

**PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

HEITOR CAMPOS BUENO

**CARTAS DAS AMIGAS TELESPECTADORAS: FEMINISMO,
SEXUALIDADES E MEDIAÇÕES (1980-1983)**

DOCTORADO EM HISTÓRIA

**SÃO PAULO
2020**

HEITOR CAMPOS BUENO

CARTAS DAS AMIGAS TELESPECTADORAS: FEMINISMO, SEXUALIDADES E
MEDIACÕES (1980-1983)

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de Doutor em História sob a orientação do Prof^a
Dra. Carla Reis Longhi.

SÃO PAULO
2020

BANCA EXAMINADORA

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura:

Data: 23 de janeiro de 2020

E-mail: heitor.c.bueno@hotmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema para Geração Automática de Ficha Catalográfica para Teses e Dissertações com dados fornecidos pelo autor

BUENO, HEITOR CAMPOS
CARTAS DAS AMIGAS TELESPECTADORAS: FEMINISMO,
SEXUALIDADES E MEDIAÇÕES (1980-1983) / HEITOR CAMPOS
BUENO. -- São Paulo: [s.n.], 2020.
129p ; cm.

Orientador: Carla Reis Longhi.
Tese (Doutorado em História)-- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de
Estudos Pós-Graduados em História, 2020.

1. Cartas; Missivas; . 2. Feminismo; Sexualidade;
. 3. Imprensa Feminina;. 4. Mediações; TV Mulher..
I. Longhi, Carla Reis . II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de
Estudos Pós-Graduados em História. III. Título.

CDD

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Número de Processo: 88887.149761/2017-00e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) - Número de Processo: 140062/2018-1

This study was financed in part by the Improvement Coordination Education Personnel - Brazil (CAPES) process number: 88887.149761/2017-00 and National Council for Scientific and Technological Development – Brazil (CNPq) – process number: 140062/2018-1

AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo de produção desta pesquisa recebi diversos suportes e colaborações generosas. Contudo, não posso deixar de expressar os seguintes agradecimentos.

Aos meus mestres professores da PUC-SP, por toda atenção e dedicação dadas a mim durante o amadurecimento e desenvolvimento de minhas pesquisas.

À professora Dr^a Carla Reis Longhi pela excelência de seu trabalho durante todos os anos de orientação e dedicação a mim.

À professora Dr^a Professora Luana Saturnino Tvardovskas e ao professor Dr. Amílcar Torrão Filho que encarecidamente abriram caminhos para a conclusão desta dissertação.

À professora Dr^a. Luzia Margareth Rago por suas bondosas orientações e auxílios prestados a mim desde o meu Mestrado.

À toda equipe técnica do CEDIC (Centro de Documentação e Informação Científica), por todo conhecimento empírico que pude adquirir enquanto estagiário e depois, por toda prestatividade em meu retorno como pesquisador.

Agradeço aos professores participantes da banca examinadora que colaboram junto a mim este momento tão importante e esperado: Prof. Dr. Amílcar Torrão Filho Barbosa; Prof^a Dr^a Denise Bernuzzi de Sant'Anna, Prof^a Dr^a Gisele Bischoff Gellacic, Profa Dr^a Letícia Nunes de Moraes.

À todos meus familiares, amigos e colegas por todo o apoio recebido. Muito obrigado.

“Nunca me perguntaram como era ser eu. Quando eu disse a verdade sobre isso, me senti livre.”
(Aibileen Clark (Viola Davis) – Palavras Cruzadas (The Help))

BUENO, Heitor Campos. *Cartas das Amigas Telespectadoras: feminismo, sexualidades e mediações (1980-1983)* Tese de Doutorado em História Social. Programa de Pós – Graduação em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC - São Paulo, 2020.

RESUMO

Os movimentos feministas brasileiros exerceram papéis relevantes na construção uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Propõe-se a analisar a circularidade de temas que compunham a agenda de luta dos movimentos feministas entre a passagem dos anos 70 e 80 no Brasil bem como, as influências destes no processo de constituição das subjetivações dos sujeitos. Para tanto, foram utilizados como fontes documentais o acervo de cartas enviadas ao extinto programa televisivo *TV Mulher* com o aporte do periódico feminista *Mulherio* e do *Jornal Folha de São Paulo* através de seu Suplemento Mulher. O período circunscrito de análise compreende os anos de 1980 a 1983. A pesquisa retomou os processos de mediação estabelecidos entre as telespectadoras missivistas, e os meios de comunicação ao atentar para indícios presentes nas narrativas e discursos registrados em suas cartas. Foram também observados neste estudo a relação estabelecida entre a apresentadora e psicóloga clínica da *TV Mulher* Marta Suplicy. Pondera-se que através destes vestígios e mediações, com os usos e práticas dos discursos progressistas das feministas brasileiras, ocorreram processos de normatização com efeitos de liberalização que ocasionaram avanços e conquistas na qualidade de vida de brasileiras e brasileiros.

Palavras-chave: Cartas; Missivas; Feminismo; Sexualidade; Imprensa Feminina; Mediações; *TV Mulher*.

BUENO, Heitor Campos. *Letters from Friends Viewers: feminism, sexualities and mediations (1980-1983)* Doctoral Thesis in Social History. Postgraduate Program in Social History - Pontifical Catholic University of São Paulo - PUC - São Paulo, 2020.

ABSTRACT

The Brazilian feminist movements played important roles in building a more just, egalitarian and democratic society. It is proposed to analyze the circularity of themes that made up the struggle agenda of feminist movements between the passage of the 70s and 80s in Brazil, as well as their influences in the process people construction of the people. For this purpose, the collection of letters sent to the extinct television program *TV Mulher* with the contribution of the feminist periodical *Mulherio* and the *Folha de São Paulo* newspaper through its Supplement Woman were used as documentary sources. The circumscribed period of analysis comprises the years 1980 to 1983. The research returned to the mediation processes established between the missivist viewers, and the media when looking for evidence present in the narratives and speeches recorded in their letters. The relationship established between the presenter and clinical psychologist of *TV Mulher* Marta Suplicy was also observed in this study. It is considered that through these traces and mediations, with the uses and practices of the progressive discourses of Brazilian feminists, normative processes occurred with effects of liberalization that led to advances and achievements in the quality of life of Brazilians.

Keywords: Letters; Missives; Feminism; Sexuality; Women's Press; Mediations; *TV Mulher*.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>9</u>
<u>CAPÍTULO – 1 AS CARTAS DAS TELESPECTADORAS</u>	<u>15</u>
<u>1.1 IMPRENSA FEMININA & TV MULHER</u>	<u>18</u>
<u>1.2 QUERIDA AMIGA MARTA</u>	<u>45</u>
<u>CAPÍTULO – 2 USOS E CONSUMOS</u>	<u>56</u>
<u>2.1 REDE DE SOCIABILIDADE / NORMATIZAR PARA LIBERAR</u>	<u>59</u>
<u>2.2 ME AJUDE, POR FAVOR! - VIRGINDADE E ORGASMO</u>	<u>71</u>
<u>CAPÍTULO – 3 O ABORTO & OS DIREITOS REPRODUTIVOS</u>	<u>81</u>
<u>3.1 DISCUTINDO O ABORTO COM AS MULHERES</u>	<u>84</u>
<u>3.2 SOU A FAVOR, CONTRA OU COM TENHO MINHAS RESSALVAS</u>	<u>100</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>112</u>
<u>REFERENCIAS</u>	<u>119</u>

INTRODUÇÃO

As práxis das ações de políticas sociais feministas ao longo de três décadas, corroboraram para no processo de transformação de um Brasil mais democrático. Práticas, leis e mentalidades discriminatórias retrógradas, foram sendo superadas graças às ações de mulheres que lutaram e, ainda lutam pela conquista dos direitos básicos das mulheres. No que diz respeito às leis pode-se destacar: os direitos reprodutivos; aprimoramento das relações trabalhistas; leis de proteção contra a violência doméstica e de gênero; carestia; direitos legais com relação à propriedade e herança; entre muitos outros. Com relação às práticas e pensamentos de modo geral, pode-se indicar as mudanças e superações dos paradigmas que perpetuavam os estereótipos de modelos de feminilidade que restringiam as mulheres ao útero, a maternidade compulsória, a esfera do privado e ao perfil de “passividade”. Os feminismos no Brasil e no mundo, ao longo da história, foram se estabelecendo como críticos contundentes das maneiras sexistas supressivas de organização da vida social. A “política de nós mesmas” que “libertou as mulheres das mulheres” desde pelo menos os anos 70 veio com *“a ativação de políticas de nós mesmas”, ou de políticas da subjetividade, pelas quais tem sido problematizado o que as mulheres são e o que querem ser, escapando às malhas do poder.*” (RAGO, 2019, p. 4)

Os discursos feministas que foram engendrados a partir de ações individuais e coletivas organizadas em grupos reflexão, centros de estudos espalhados pelas faculdades e universidades e organizações políticas, acabaram por serem multiplicados em sindicatos, organizações sociais, partidos políticos, academias e pela sociedade como um todo. Com o grande auxílio da proliferação frutífera das pesquisas acadêmicas que esmiúçam estas trajetórias das mulheres no Brasil, hoje podemos cada vez mais conhecer as histórias de centenas de mulheres que fizeram e ainda fazem a diferença nestas conquistas de espaços concretos e simbólicos:

“Recordar esses capítulos fundamentais da luta das mulheres por seus direitos humanos é necessário como um aporte ao diálogo com as novas gerações de feministas, herdeiras desse processo virtuoso de afirmação de direitos nas esferas nacionais e internacionais e que hoje se manifestam pela ampliação da pauta de direitos humanos das mulheres em sua diversidade.” (PINTANGUY, 2019, p. 80)

A historiadora Margareth Rago ao traçar as convergências entre os pensamentos do filósofo francês Michel Foucault e os feminismos, aponta que os movimentos feministas criaram ao longo de décadas “estéticas feministas da existência” tanto nas relações que estabelecem entre si quanto ao próprio “cuidado de si”. (RAGO, 2019, p. 8) Em outras palavras, refere-se como as mulheres desenvolveram “técnicas de si” e “cuidados de si” próprios a elas, isto permitiu desenvolvimento de reflexões e práticas sobre a maneira cotidiana de viver em sociedade e com isso regular condutas que conceberam aos indivíduos enfrentar as incertezas da materialidade da vida. Ainda segundo a historiadora Margareth Rago, os movimentos feministas brasileiros tornaram nossa cultura e sociedade mais feminina e como isto mais libertária e solidária, em sua definição, mais filógena ao contrário de misógino. O ponto de vista das mulheres mostrou-se ser capaz de fazer a diferença – positiva – para todos. (RAGO, 2004, p. 3).

Uma das maneiras de apontarmos como o Brasil se tornou um país feminilizante, é através das mediações realizadas pela mídia brasileira, seja ela impressa ou audiovisual. A chamada imprensa feminina que surge ainda no início do século XX e que foi se modificando ao longo dos anos com suas revistas, periódicos e programas televisivos, pôde levar as brasileiras e brasileiros maneiras diferentes do ser, pensar e fazer mulher. Apesar de em muitos casos ser mantenedora de *status quo*, a mídia brasileira foi sendo angariada por feministas que souberam aproveitarem-se do contexto para levar suas bandeiras a uma maior diversidade de sujeitos. Um desses casos foi o programa *TV Mulher* (1980- 1986) da Rede Globo de televisão.

Voltado ao segmento do público feminino, a *TV Mulher* transmitia aos telespectadores e telespectadoras¹ conteúdos considerados de interesse das mulheres de um modo até então nunca vista pela televisão. Um destes conteúdos abordados eram o tratos da sexualidade da mulher apresentados pela psicóloga clínica Marta Suplicy. Em seu quadro “Comportamento Sexual”, Marta Suplicy chegou a apresentar representações do sistema reprodutor feminino e a falar abertamente sobre temas como orgasmo, masturbação e virgindade. Pelo assunto tabu e pela maneira clara que expunha seus discursos e opiniões, Marta Suplicy logo ganhou fama. Ainda que houvesse muitas críticas negativas condenatórias, muitos declararam simpatia e apressos por suas orientações. Tais situações ficaram evidenciadas através das cartas enviadas pelas telespectadoras do programa *TV Mulher* à Marta Suplicy.

¹ Desde já esclareço que ao longo de minha tese em alguns momentos utilizei o termo “telespectador” para determinar o público feminino em sua maioria, e masculino televisivo do programa *TV Mulher* da Rede Globo)

Estas cartas foram doadas por Marta Suplicy em 2010 à Faculdade de Psicologia da PUC-SP que então as repassou ao CEDIC (Centro de Documentação e Informação Científica) ligado à Universidade, para que fossem dados os devidos procedimentos arquivísticos. Tratava-se de toda uma documentação que compunha o arquivo pessoal de correspondências de telespectadores recebidas por ela entre os anos de 1980 e 1986, contendo aproximadamente cerca de seis mil correspondências enviadas por brasileiras e brasileiros de todo o Brasil. Através destas cartas é possível analisar uma infinidade de indícios relacionados não somente aos temas tocantes as mulheres, mas também a sociedade brasileira da primeira metade dos anos 80. Durante a realização de minha dissertação pude analisar a totalidade do acervo, todavia, por questões metodológicas, o foco manteve-se entre os anos de 1980 e 1982. Foram apontados dados quantitativos como: volume; gênero; e localidade dos telespectadores. Elegi este período do programa, durante a pesquisa de dissertação, após observar que o acervo apresentava um determinado volume e especificidade quanto a localidade dos missivistas. Nesta etapa, pude destacar dois períodos, ou momentos, diferentes: uma primeira fase, entre 1980 e 1982, na qual o programa era transmitido para apenas alguns estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), que culminou também com polemica entorno da censura oficial e posterior liberalização do quadro de Marta nos meses finais de 1982; e uma segunda fase a partir de 1983, quando o programa atingiu a maior parte do território nacional provocando assim o aumento gradativo do número de missivistas telespectadores que interagem com a psicóloga clínica.

Para esta presente tese, optei por analisar as cartas que estão compreendidas entre os anos de 1980 e 1983, ou seja, o primeiro momento do programa *TV Mulher* enquanto era exibido para poucos estados brasileiros e o primeiro ano – 1983 - em que houve a sua expansão para todo o Brasil. Não é minha proposta retomar uma análise quantitativamente do acervo, destacando aspectos como gênero, idade e localidade. Apenas serão fornecidos tais dados quando houver a descrição parcial das cartas. Também não é proposta desta pesquisa remontar o missivista através de sua grafia, grau de literacidade, estilo de escrita ou ainda analisar o papel de registro, envelope e maneira de envio das cartas. Ficam apenas aqui registrados o indicativo destas informações para as futuras pesquisas que encontrarão um acervo que se apresenta em bom estado de conservação e que está organizado e disponibilizado de maneira sistêmica pelo CEDIC. Minha intenção é a de ponderar sobre determinados indícios sobre o trato dos assuntos suscitados – não necessariamente nesta ordem - pelo programa *TV Mulher*, por Marta Suplicy ou qualquer outro agente que apareça nas falas desses telespectadores.

Trabalhar com conjunto de documentação como este não é uma tarefa fácil em virtude de seu volume e variedade. Por existir as missivas dos telespectadores e devido às dificuldades encontradas em se obter acesso ao arquivo da Rede Globo contendo as gravações do *TV Mulher*, a pesquisa não pode caminhar na análise das falas de Marta Suplicy e leitura e respostas que ela realizava das cartas recebidas.

Desta maneira, buscando refletir sobre as mediações que foram feitas entre os discursos produzidos e recebidos, utilizei as seguintes fontes documentais: prioritariamente as narrativas presentes nas cartas enviadas ao programa *TV Mulher*; como o aporte e de maneira complementar as reflexões e discursos produzidos Marta Suplicy em seus quatro livros publicados nos 1980 - *Conversando sobre Sexo* (1983), *Condição da Mulher – Amor, Paixão, Sexualidade* (1984), *De Mariazinha a Maria* (1985), *Reflexões Sobre o Cotidiano* (1986) –; e também os discursos e narrativas apresentados pelo periódico feminista *Mulherio* e o Jornal *Folha de São Paulo* através de seu *Suplemento Mulher*.

Com relação a aparente insistência nesta tese em se mencionar e examinar as falas de Marta Suplicy, enquanto apresentadora do *TV Mulher* e feminista atuante neste período, procuro tomar a devida atenção para o que a pesquisadora Ângela Maria De Castro Gomes adverte quando se trabalha com materiais biográficos uma vez que estes trazer reflexões pessoais de uma escrita de si que assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem. Estes documentos não discorrem sobre o que houve, mas sim o dizer do que o autor viu, sentiu e experimentou (GOMES, 2004, p. 15). Cada livro e cada texto produzido entre os anos de 1983 e 1986, por Marta Suplicy, traz diversas interpretações e reflexões suas acerca de diversos assuntos que dialogavam, de alguma maneira, com sua atuação na sociedade brasileira naquele período. Procuro tomar o cuidado de não me deixar incorrer no erro de afirmar que as fontes dizem apenas verdades e que reconstituem uma realidade tal como ela seria. Apesar da produção de Marta Suplicy apresentar uma determinada linearidade que segue a trajetória de suas ações cotidianas como psicóloga, feminista, apresentadora e colunistas não assumo a chamada "ilusão biográfica", isto é, da crítica ingênua de se supor a existência de um “eu coerente” e contínuo que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo “efeito de verdade” que ela é capaz de produzir (Idem).

Para o especialista em biografias Sérgio Vilas Boas, um equívoco comum de trabalhos que levantam aspectos biográficos é o de apenas tentar mostrar a “verdade” deixando de se reconhecer que os fatos narrados não são “puros” e que apenas trazem pontos de vistas que são

postos em evidência através de métodos empíricos de análise. Tampouco pretendo dotar a apresentadora com uma áurea de predestinação. Para Vilas Boas considerar o biografado como um ser possuidor de características que lhe conferem o status de pessoa única, extraordinária merecedora da notoriedade da que desfruta este, seria outro equívoco (BOAS, 2008, p. 20). Sendo assim, apesar de abordar aspectos biográficos e das produções autorais de Marta Suplicy, minha intenção não é produzir uma biografia verdadeira sua, mas apenas dimensionar brevemente sua trajetória a fim de melhor contextualizar particularidades que sejam relevantes à pesquisa e que podem auxiliar numa melhor compreensão do que telespectador a dialogar. Afinal, entendo, que durante o processo de mediação e dadas as particularidades de uma carta, estes sujeitos estão dialogando com alguém real e não com algo de maneira abstrata e impessoal. Quem envia uma carta o faz de maneira endereçada e com anseio de respostas. Resumidamente, com intenção de atingir uma melhor compreensão e interpretação do missivista recorri aos possíveis discursos a que estes podem ter sido apresentados ou tido contado de alguma maneira – seja através de Marta Suplicy, do programa *TV Mulher*, das produções televisivas, da mídia impressa, etc.

A pesquisa tem como foco analítico os discursos feministas que circulavam na sociedade brasileira da primeira no início anos 80 a partir das cartas das telespectadoras do extinto programa *TV Mulher* da Rede Globo de Televisão no período entre 1980 e 1983. Explorarei as tecitudes dos discursos feministas e/ou outros mediados pelos meios de comunicação ao retomar as falas dos sujeitos registradas em suas cartas. Consequentemente, a pesquisa visa contribuir para registro das narrativas, aparentemente comuns, mas que nos auxiliam na problematização a respeito da história de mulheres brasileiras que foram influenciadas, de maneira direta ou indireta, pela mobilização de mulheres que ousaram lutar contrariamente aos sistemas de opressão misóginos dispersos pela sociedade. Não é minha pretensão exaurir as temáticas presentes nesta pesquisa de forma a delimitar uma história totalizadora e absoluta sobre os feminismos e as mulheres brasileiras.

Muito das histórias dos feminismos e suas implicações já estão registrados, cabe nesta pesquisa retratar um corpo documental praticamente inédito que são as cartas, sobre o programa *TV Mulher* bem como o *Suplemento Mulher* do *Jornal Folha de São Paulo* (o qual não pude encontrar pesquisas que analisassem o mesmo). As reflexões apresentadas são apenas alguns dos aspectos que compõe as questões relacionadas aos feminismos, à sexualidade e aos direitos básicos das mulheres. Há de se ter a consciência de que ao focar meu olhar analítico para determinados assuntos, tantos outros são deixados de lado, como por exemplo, todas as

especificidades dos movimentos feministas das mulheres negras. Por não aparecer nas cartas, de maneira contundente, as informações referentes à etnia de seus produtores, não optei por avançar quanto ao tema.

Assim sendo, no primeiro capítulo apresento o corpus documental prioritário desta pesquisa que são cartas das telespectadoras da *TV Mulher* e o tratamento dado a elas por parte de sua destinatária mediadora: a psicóloga clínica Marta Suplicy. Elenco ainda nesta primeira parte as particularidades destas fontes atentando para reflexões a partir dos referenciais teóricos que estruturam metodologicamente este presente trabalho, sendo eles: os estudos propostos pelo filósofo Michel Foucault sobre os processos de subjetivação a partir de uma série de poderes exercidos sobre os sujeitos; o método indiciário proposto por Carlo Ginzburg, que estabelece uma relação entre a micro e macro História; e os estudos epistolares.

No segundo capítulo aponto para a relação das missivas com as temáticas relacionadas aos movimentos feministas e suas propositivas para a sexualidade da mulher brasileira salientando o papel mediador da mídia brasileira que teve papel importante para o estímulo de uma diversidade de usos e práticas. Indico ainda o que denomino de “rede de sociabilidade” como sendo uma rede ampla de compartilhamento, mediações e sociabilidade entre os telespectadores e os apresentadores da *TV Mulher*. Virgindade e orgasmo foram os temas analisados nesta pesquisa por estarem presentes de maneira significativa/volumosa no acervo de cartas. Os referenciais teóricos que embasam esta segunda parte são as propositivas reflexivas de: Michel de Certeau e sua perspectiva analítica do cotidiano de sujeitos ordinários; Jesús Martín-Barbero e o processo de mediação das mídias dos discursos emitidos e recebidos.

Por fim, no terceiro e último capítulo, exploro a temática do aborto e dos direitos reprodutivos, na passagem dos anos 70 e 80, por considerar esta reflexão profícua ao se estabelecer pontos reflexivos entre estas bandeiras importantes dos movimentos feministas do período, sua interação com o Estado e suas possíveis interpretações e reações por parte de diversos setores que compunham a sociedade brasileira. Para isto, foram retomados o contexto histórico, referenciais teóricos dos movimentos feministas, as falas das telespectadoras missivistas e outras mulheres ordinárias a respeito do tema.

CAPÍTULO – 1 AS CARTAS DAS TELESPECTADORAS

Em 2010 este conjunto de correspondências, divididos em trezes caixas, foi doado à Faculdade de Psicologia da PUC-SP por Marta Suplicy. Tratava-se de uma documentação que compunha o arquivo pessoal de correspondências de telespectadores recebidas, entre os anos de 1980 e 1986, pela psicóloga enquanto está fora apresentadora do quadro Comportamento Sexual do extinto programa *TV Mulher* da Rede Globo de Televisão. Trata-se de um conjunto de aproximadamente seis mil correspondências enviadas por brasileiras e brasileiros de todo o Brasil.²

O material foi repassado ao Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC), vinculado à PUC-SP, que iniciou todo o processo arquivístico para seu armazenamento e preservação, a saber: higienização; identificação; separação; organização; acondicionamento. O conjunto da documentação encontra-se em bom estado de conservação, contendo poucas correspondências danificadas pelo mau acondicionamento e ação do tempo. A equipe técnica do CEDIC mantém toda a documentação organizada segundo os critérios de seleções e interesses estabelecidos por Marta Suplicy e seus assistentes sendo apenas reordenadas de maneira cronológica. O volume de correspondências varia de acordo com as temáticas presentes em cada uma das treze caixas. Os temas recorrentes que pode ser destacados são: aborto; lógicas femininas e masculinas; dúvidas ginecológicas; dúvidas diversas; sexo na terceira idade; críticas; apoios; orientação para os pais; sexo na adolescência; gravidez; homossexualidade; orgasmo, virgindade; mariaszinhas (termo classificatório criado por Marta Suplicy para referir-se às mulheres que ainda estavam em um nível psíquico de submissão aos homens e sociedade); sexo oral; sexo anal; disfunção sexual masculina e feminina; frigidez feminina; gravidez; parafilias; problemas pessoais; infertilidade; traição; entre outros. Também há dentre esta documentação muitas correspondências enviadas diretamente à residência de Marta Suplicy e ao *Jornal Folha de São Paulo* no qual Marta mantinha uma coluna periódica desde o início de 1980³.

² Marta Suplicy relata que a documentação doada não corresponde à totalidade das correspondências recebidas por ela enquanto apresentadora do *TV Mulher*, tendo sido uma parte desta documentação perdida. Todavia, centenas de correspondências foram preservadas seguindo critérios temáticos próprios da psicóloga para a publicação de seus livros. Informação pessoal concedida por Marta Suplicy em janeiro de 2015.

³ A partir de abril de 1982, Marta Suplicy passará a escrever para o *Jornal Folha de São Paulo* como uma das colunistas do recém-criado caderno feminino publicado aos domingos, o “*Suplemento Mulher*”.

Vale ressaltar a quantidade dos anexos enviados pelos telespectadores que, em sua maioria, serviam para auxiliar na argumentação das dúvidas presentes em suas cartas, e/ou contribuírem de alguma forma com Marta Suplicy e seu trabalho desenvolvido dentro e fora do programa. Trata-se de xerocópias de jornais e revistas, panfletos, atas de reuniões de organizações e movimentos sociais (com grande destaque às contribuições do Grupo Gay da Bahia), prontuários médicos, chapas de raios-X, entre outros.

Enquanto ainda graduando e estagiário sob supervisão do CEDIC, fui o responsável por dar seguimento aos processos arquivísticos. Em um primeiro momento, pude logo compreender estar diante de fontes documentais que estavam dispostas sob uma determinada lógica (posteriormente confirmada por Marta Suplicy em entrevista pessoal)⁴. A partir deste indicativo, foi elaborada uma ficha técnica para cada carta que buscava respeitar a organização da documentação, assim como os procedimentos necessários para a constituição de um acervo documental. Nesta ficha técnica, encontram-se os seguintes dados de identificação: destinatário (Rede Globo, Folha de São Paulo, *TV Mulher*, Marta Suplicy); remetente; pseudônimo⁵; data de produção; data de postagem; observações.

A respeito destes procedimentos tomados a respeito dos processos de arquivísticos, Heloisa Bertolo afirma que devem ser respeitados os seguintes princípios: providência; organicidade; unicidade; indivisibilidade ou integridade arquivística; comutatividade. O primeiro princípio – providência – fixa a produção e a identidade do documento, o segundo – organicidade – estabelece as relações administrativas orgânicas que se refletem nos conjuntos documentais, o terceiro – unicidade – além da forma, gênero, tipo ou suporte, visa conservar o caráter único do documento em função do contexto em que foi produzido, o quarto – indivisibilidade ou integridade – garante que os fundos de arquivos devam conservar a documentação “*sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada, adição indevida*”. (BERTOLLO, 2002, pp. 18-19). Por fim, o quinto é a formação progressiva, natural e orgânica. Respeitados estes princípios, segundo Heloísa Bertolo, os arquivos cumprirão com sua devida função e com isto:

⁴ Em Janeiro de 2015, já em fase de revisão final e depósito de minha dissertação de Mestrado, pude realizar uma breve entrevista com Marta Suplicy, que naquele momento era a então Ministra do Turismo do Estado brasileiro. Por ter sido concedida num processo de finalização e com isto não ter sido utilizada de maneira prioritária, a entrevista não pode ser realizada com os devidos rigores demandados pela História Oral. Todavia, os relatos concedidos por Marta Suplicy elucidam alguns aspectos referentes a trajetória enquanto apresentadora da *TV Mulher* (1980-1986), a produção da documentação e da relação da psicóloga com suas telespectadoras.

⁵ Abordarei mais adiante esta informação.

[...] permitir o acesso também a história: o arquivo é um espetáculo da vida dos homens, um dos registros de memória permanente e coletiva dos mais completos para sustentar, com eficácia e trama jurídica (diretos e obrigações) do tecido social, por um lado, e para guardar a memória histórica, por outro (Ibidem, pp. 21-22).

Portanto, entendo que o trato arquivístico dado a documentação pôde respeitar o princípio de organicidade e unicidade. As origens, as intenções e a organização das cartas, tais quais foram doadas, podem fornecer dados para futuras e variadas pesquisas a serem desenvolvidas juntas ao acervo. Para esta presente pesquisa, basta evidenciar que as temáticas e os interesses de Marta Suplicy ao produzi-las/seleciona-las, seguem critérios próprios estabelecidos conforme seus interesses de publicação dos livros de sua autoria. Com relação à tipologia da documentação – cartas – serve-me como base os estudos desenvolvidos na área epistolar.

Uma das primeiras características apontadas nas pesquisas epistolares é o fato de que qualquer pessoa ao ler uma carta não endereçada diretamente a sua pessoa, ela está cometendo uma invasão, uma violação pois o íntimo de alguém está sendo revelado sem o devido consentimento. Quando produzida, a carta traz consigo pensamentos e sentimentos únicos endereçados a outrem. Isto revela seu caráter íntimo e que durante sua análise como documento histórico, não pode e não deve de ser deixado de ser levado em consideração. Intenta-se, assim, buscar manter o máximo de rigor e respeito aos conteúdos ali deixado em um momento outrora de intimidade.

As palavras trocadas por missivistas demonstram os pactos de confidencialidade e cumplicidade estabelecidas entre os privados de cada um. Frases como, por exemplo, “não mostre a ninguém”, “não deixe cair em mãos erradas” ou “destrua esta carta assim que a ler” eram comumente registradas afim de alertar o destinatário de que o fora ali registrado não poderia ser acessado por mais ninguém.

Retomando os estudos do historiador estadunidense Peter Gay (GAY, 1999), a pesquisadora Maria Ionta esclarece que a prática epistolar se difundiu durante os anos da Era Vitoriana em meados do século XIX. O hábito de se escrever cartas se popularizou entres classes médias devido a fatores como: o aumento da alfabetização; as modernidades tecnológicas; a melhoria de estradas; maior rapidez e fluidez nos envios; e o barateamento dos serviços de postagem. “*De um modo geral, as cartas, a partir do século XIX, pareciam fazer parte da vida de uma pessoa importante; as pessoas educadas eram estimuladas a escrever com frequência e regularidade.*” (IONTA, 2004, p. 74).

Conforme este hábito se espalhava e consolidava-se em meados do século XIX, multiplicavam e intensificavam-se também as solicitações de segredo: “*Escritas a mão, as cartas tornavam-se testemunhos eloquentes de quem as escrevia e, por isso, era inaceitável deixar seus vestígios do eu caírem em mãos indignas uma vez que escrever era se mostrar, fazer aparecer o rosto junto ao outro*” (Ibidem, p. 74).

Esta solicitação de manutenção da privacidade dos fatos e sentimentos narrados aparece comumente nas cartas das telespectadoras da *TV Mulher*. Daí o propósito de se apontar na ficha técnica do acervo o campo “*Pseudônimo*” da missivista:

Por favor não diga o meu [nome] no ar. Diga apenas Jovem Sofredora de Bebedouro⁶(Bebedouro – SP, dezembro de 1980).

Não diga meu nome apenas mineirinha (Cariacica – ES, novembro de 1981).

Caso a resposta vai ser dada através da televisão, gostaria que ã fosse mencionados, nenhum dado que pudessem me indentificar. Responda, por gentileza apenas à _____, sem nem mesmo dizer onde (São José dos Campos – SP, março de 1982).

Não mencione o meu nome pois meu marido. Também gosta de ver este programa e eu não quero nunca que ele me sensure. Gostaria que você ao ler a minha carta me desse o nome de “Epôsa eternamente apaixonada (Salvador – BA, junho de 1983).

Gostaria de analisar dois aspectos com relação as possíveis apreensões acerca da relação da figura de Marta Suplicy e suas centenas de telespectadoras missivistas. O primeiro é em relação ao propósito do quadro de Marta – *Comportamento Sexual* – que abordava uma temática considerada tabu e de fórum íntimo dos indivíduos. O segundo relacionado ao próprio gênero epistolar.

1.1 IMPRENSA FEMININA & TV MULHER

Nas primeiras décadas do século XX, a principal mobilização de brasileiras será marcada pelas lutas sufragistas. Estas mobilizações das mulheres são conhecidas nos estudos sobre os feminismos no Brasil por termos como “Feminismo bem comportado” (PINTO, 2003, p. 23), a “Primeira Onda” ou ainda “Velho Feminismo”. Tal caracterização é feita por pesquisadores que tendem a compreender que estes movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação ou mesmo seus propósitos já que não questionavam as relações de poder, a liberalização e autonomia feminina, o papel social atribuído às mulheres brasileiras e ainda a fertilidade, aborto e sexualidade (Ibidem, p. 44). Também costumam ser diferenciadas

⁶ Toda a documentação será transcrita mantendo a grafia original de seus autores para que assim o leitor possa aprofundar sua interpretação a respeito das telespectadoras missivista.

devido ao fato de que muitas destas mulheres pertencerem ou frequentarem círculos sociais ligados às elites e em muitos casos contarem com apoio e respeito de conservadores e políticos.

Já o surgimento dos conhecidos “Atual Feminismo”, “Novo Feminismo” ou “Feminismo de Segunda Onda” é apontado por ter ganhado representatividade a partir de 1975, estabelecido como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No dia 19 de Junho de 1975 cerca de 130 delegações de Estados participantes e mais de duas mil mulheres de diversos países se reuniram na Cidade do México para a primeira Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher promovida pela ONU.⁷A partir deste evento foram definidas quais seriam as questões a serem defendidas com relação à questão feminina. Dentre as temáticas propostas estavam discussões sobre o planejamento familiar, o papel da mulher no desenvolvimento da sociedade, sua integração aos processos políticos, econômicos e sociais, entre outros.

Porém, para a historiadora Joana Maria Pedro, o “Novo Feminismo Brasileiro” teve início anos antes com a atuação de mulheres que já demonstravam publicamente seu interesse em discutir a situação da mulher brasileira e defender seus direitos.

Em seu levantamento, Joana Maria Pedro ressalta a atuação da advogada Romy Martins Medeiros da Fonseca, que em 1962 consegue a aprovação do Estatuto da Mulher Casada, que estabelecia o direito das mulheres ao trabalho sem consentimento do pai ou do marido, a igualdade entre marido e mulher no gerenciamento dos bens e nas decisões familiares (PINTO, 2003). Participaram ainda deste “primeiro movimento” as feministas Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti e Carmem da Silva⁸. A historiadora defende que, por comporem um grupo de mulheres não vinculadas à esquerda e pelo fato de Romy Medeiros ser influente entre as elites e a Ditadura Civil-Militar, este grupo em específico não é lembrado por ter inaugurado o “Novo Feminismo” no Brasil.

Todavia, o ano 1975 representa um marco para os estudos feministas brasileiros. É com o apoio e a tutela da ONU (Organização das Nações Unidas) que mulheres de diversos países

⁷ Uma das primeiras iniciativas dessa categoria ocorreu em 1946 quando fora assinado um compromisso para melhorar a situação das mulheres pelos respectivos cinquenta e um Estados-membros das Nações Unidas.

⁸ Carmem da Silva é lembrada por muitas feministas como uma das grandes precursoras do feminismo no Brasil graças ao trabalho desenvolvido na coluna “A Arte de Ser Mulher” na revista *Claudia* desde 1963. Nesta coluna Carmem da Silva ressaltava a importância da autonomia e independência da mulher, como veremos mais adiante. Ver: (DUARTE, 2005); (MENDEZ, 2008); (MORAES, 2007)

reuniram-se para debater conjuntamente sobre questões que consideraram relevantes para a garantia do bem estar de todas as mulheres do mundo. Aquelas que proviam de países latino-americanos que ainda sofriam com Ditaduras, como o Brasil, sentiam-se mais confiantes para se organizarem e com isto discutirem e lutarem por seus direitos sem o temor de maiores represálias por parte de seus governos.⁹ Ainda em 1975, em Junho, ocorre o 1º Encontro de Mulheres do Rio de Janeiro. Nele foram realizadas variadas atividades culturais, debates e festas. A partir deste primeiro encontro nasceu o Centro da Mulher Brasileira.

Já em São Paulo, ocorre em Outubro do mesmo ano, o Encontro para o diagnóstico da Mulher Paulista, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana. Após este encontro deu-se a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. (TELES, 1999, p. 86) Fica evidenciado que através de eventos como estes que “há uma virada radical no movimento, que não só se tornava público como buscava institucionalizar” (PINTO, 2003, p. 57).

Pesquisas sobre os feminismos brasileiros costumam caracterizar e diferenciar suas lutas e pautas em duas principais categorias: uma exigia o fim das hierarquias sexuais, a conscientização de mulheres como seres autônomos, a liberdade sexual, o direito a reprodução e aborto; e outra marcada pelos protestos contra o aumento do custo de vida, vagas em creches, saúde e transporte público, moradias populares e condições dignas de vida. Esta heterogeneidade é apontada por Vera Soares como resultante de movimentos que não seguem critérios tradicionais de organização e ação política:

Os movimentos de mulheres, como outros movimentos sociais, são movimentos não clássicos, na medida em que transcorrem nas esferas não-tradicionais de organização e ação política- a novidade é que tornaram visíveis a prática e a percepção de amplos setores sociais que geralmente estavam marginalizados da análise da realidade social, iluminaram aspectos da vida e dos conflitos sociais em geral obscurecidos e ajudaram a questionar velhos paradigmas da ação política. Uma das principais contribuições do

⁹ Em 1975, a ONU promoveu a I Conferência Mundial que trataria exclusivamente de questões relacionadas às mulheres de todo o globo. Com a presença de centenas de mulheres de diversos países (sendo um total de cento e trinta delegações, das quais cento e treze comandadas por mulheres) o tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, foram propostos planos que visassem o combate e superação das desigualdades entre homens e mulheres. Neste I Conferência foram indicados três objetivos prioritários: a igualdade e a eliminação da discriminação de gênero; participação social das mulheres; maior contribuição das mulheres para a paz mundial. Pretendia-se assim, chamar a atenção da comunidade internacional para questões relacionadas não somente aos direitos legais das mulheres, mas também ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas a elas. Para tanto, foi ainda aprovado no ano seguinte um plano mundial que garantisse sua prática efetiva pela comunidade internacional em um prazo de dez anos. Decretada como a “Década da Mulher – 1976/1985”, esta período serviu como marco inicial de afirmação dos direitos das mulheres. Desta I Conferência também resultaram as criações do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) bem como o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW). Ver: (TABAK, 1985); (HEILBORN, 1995).

movimento de mulheres tem sido evidenciar a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito.” (SOARES, 1988, p. 38)

Em meados da década de 1970 surgem em grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, grupos de reflexão de mulheres interessadas em debater e propagar o ideário feminista no país. Para elas, havia a necessidade de ultrapassar o individualismo e de unirem-se coletivamente e cooperativamente para compreenderem melhor as propostas do feminismo internacional, que algumas tiveram a possibilidade de entrar em contato durante suas trajetórias de vida até então.

De caráter informal e sem organização, estes grupos eram formados por mulheres intelectuais de esquerda pertencentes às classes médias que possuíam certa intimidade e que se reuniam nas casas umas das outras para seus encontros. Sem pautas pré-estabelecidas para suas discussões, formavam “um grupo de mulheres de esquerda, traumatizadas pela conjuntura, as *unhappy few* em busca do seu lado feminino” (COSTA, 1988, p. 65). Queriam compreender melhor o que era ser mulher e assim romperem com as opressões sociais que eram submetidas.

A origem social de suas integrantes, sua informalidade e não militância em temor da repressão policial¹⁰ as levou a serem consideradas como feministas “bem comportadas” predecessoras do “Novo Feminismo”:

“É longe da polícia, embora perto da patrulha ideológica e em confronto com ela, mas longe da miséria e da fome, que tende a se desenvolver um feminismo radical de cunho libertário. É a convivência com a repressão, o controle ideológico relaxado em virtude do vazio político, a proximidade da iniquidade social que modelam um estilo de feminismo “bem comportado”, de cunho marcadamente social.” (COSTA, 1970, p. 66).

Essas mulheres queriam ganhar maior visibilidade ao mesmo tempo em que enfrentavam a repressão e a censura promovidas por conservadores e pela Ditadura Civil-Militar. Também sofriam críticas da esquerda que considerava suas pautas e propostas desvirtuantes das discussões que envolviam a luta de classes. Ao envolver várias vertentes do feminismo da época, a organização do Centro de Desenvolvimento da Mulher refletia a situação complexa de uma sociedade que vivia duros anos de um regime de exceção em detrimento dos

¹⁰ Segundo depoimento de Walnice Nogueira Galvão: “A impossibilidade do exercício político, que todo o mundo tinha tido antes, nos levou a procurar alguma coisa para fazer que não fosse só individual, alguma coisa coletiva – reflexão coletiva. [...] A gente nunca apareceu em público, o grupo era fechado, a militância política estava impossível no Brasil.” (Idem)

países europeus ou estadunidenses que permitiam debates e lutas abertas pelos direitos de minorias e dos oprimidos.

Dois eram os principais grupos de feministas que estavam ligados ao Centro de Desenvolvimento da Mulher e as publicações feministas: Nós, Mulheres e Brasil Mulher. O primeiro, de linha marxista, engajava-se na luta contra a Ditadura Civil-Militar e sua repressão, pela anistia e pelos direitos básicos de operárias. O segundo, formado em grande parte por ex-exiladas, preocupava-se com questões que envolviam a sexualidade, o aborto, a contracepção e a emancipação psíquica e financeira da mulher.

Ainda na década dos anos 70, surgiam pelos bairros brasileiros grupos de mulheres organizados em clubes de mães, associações, grupos de amigas em casas de particulares. Em muitos casos estavam ligados às organizações e entidades vinculadas à Igreja Católica e aos movimentos marxistas. Discutiam inúmeras questões que diziam respeito aos problemas enfrentados cotidianamente por mulheres como o custo de vida, os salários baixos, a infraestrutura de onde moravam e principalmente a criação de creches. A demanda por creches tornou-se uma das maiores bandeiras dos movimentos de mulheres uma vez que sem estas as mães trabalhadoras, em especial aquelas que proviam das periferias, não podiam se dedicar ao trabalho e com isto melhorar a renda familiar. Em um documento de 1973, elaborado por estas mulheres, fica dimensionado como se deu o início desta mobilização:

aos poucos, as mães conversando com uma com as outras, foram percebendo que o seu problema é o problema da vizinha também e que diante disto a agente não encontra solução sozinha. (...) se ajuntar um grupo de mães de um bairro com outro, de uma região com a outra, é possível fazer com todo mundo compreenda esses problemas, e assim encontrem uma verdadeira solução. (TELES, 1999, p. 79)

Em 1975, o Ano Internacional da Mulher, e com maior apoio dado à elas pela ONU, estas mesmas mulheres redigem uma carta encaminhada às autoridades. Nesta carta denunciam o aumento do custo de vida com dados sobre os salários e os aumentos de preços dos alimentos. (Idem)

Tendo em vista toda esta trajetória das mobilizações e organizações femininas e feministas que firmaram passo a passo as mulheres como sujeitos dotados relevância social, o capital industrial brasileiro não tardou em capitanear cada vez mais as mulheres como consumidoras potenciais. A segmentação de público da mídia brasileira iniciada em meados século XX, possibilitou uma renovação da imprensa feminina propiciando o surgimento de

novos produtos editoriais destinados ao público feminino. Segundo a antropóloga Miriam Goldenberg, tal mudança e foco especial no público feminino devem-se:

a necessidade econômica; ao aumento nas expectativas de consumo; as mudanças econômicas e a abertura de novos empregos; aos movimentos feministas dos centros estrangeiros; a queda da natalidade; ao aumento dos níveis de escolaridade, colocando as mulheres nas universidades (GOLDENBERG, 2000, p. 108 apud LIMA, 2003, p. 3).

Porém, destaca Dulcília Buitoni, os folhetins femininos abordavam apenas assuntos relacionados à moda, arte, literatura e variedades que reforçavam a imagem doméstica da mulher. É a partir de meados do século XX, com advento das referidas mudanças socioculturais, que surgem novas temáticas e abordagens.

Logo, são retratadas nas páginas das revistas femininas conteúdos que ora mantinham as mulheres presas ao âmbito doméstico, com assuntos relacionados ao trato do marido e filhos, culinária, decoração, beleza, etc. ora preconizavam uma mulher que aos poucos assume novos papéis, conquista novos postos de trabalho além de exigir direitos civis como o divórcio e a escolha de gerar ou não uma criança com a possibilidade de métodos contraceptivos:

A presença de matérias que tinham como tema a insatisfação das mulheres e que valorizavam a emancipação feminina estava não apenas em consonância com o contexto vivido na época, mas também funcionava como uma estratégia na conquista de leitoras. Histórias de mulheres insatisfeitas com seu exclusivo papel como donas-de-casa e que quebraram barreiras assumindo funções antes desempenhadas apenas por homens, traziam a ideia de um novo modelo de mulher, aquela que deixa de ser a “rainha do lar” e que passa a ser uma mulher realizada consigo mesma, independente (MIGUEL, 2012, p. 29).

Outra característica das revistas femininas é o chamado “jornalismo de serviço”. Focadas no cotidiano, multiplicam-se seções que informavam e tiravam dúvidas diversas de suas leitoras. Eram consideradas de utilidade já que visavam a possibilidade de realização imediata, poupando o trabalho de pesquisa de suas leitoras:

Além das tradicionais [seções] – consultório sentimental, de beleza, médico, jurídico – acrescentam-se inúmeras especialidades [...] Assim, temos respostas sobre homeopatia, acupuntura, regime, velhice, jardinagem, tratamento de animais domésticos, astrologia, informática, etc. (BUITONI, 1981, p. 41).

Para aumentar a credibilidade e o prestígio junto ao público quanto aos serviços prestados, as revistas contavam muitas vezes com colaboradores especializados e de renome em diversas áreas e assuntos.

O programa *TV Mulher* era a versão televisiva desta imprensa feminina. Criado em 1980 com a proposta de trazer informação, lazer e cultura para as mulheres de todo o Brasil, o

programa apresentava quadros curtos (de cerca de cinco minutos cada) que tratavam de moda, culinária, atualidades, “fofocas”, direitos femininos, entrevistas e sexualidade:

Produzido no Teatro Globo, em São Paulo, o *TV Mulher* tinha inicialmente três horas de duração. O programa era transmitido ao vivo, inicialmente apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Juiz de Fora. O programa ocupava a faixa de horário da manhã, mas seu horário variou ao longo dos anos. A partir de 1981, *TV Mulher* passou a ser apresentado das 8h30 às 12h. Em 1983, o horário foi estendido até às 13h. E, em 1984, ocupou a faixa de 8h às 9h30. No último ano de exibição, foi comprimido de 8h às 9h. [...] Em setembro de 1981, o *TV Mulher* começou a ser exibido para Belo Horizonte e Recife. Por conta da expansão, o programa ampliou a cobertura de suas pautas para sair do eixo Rio-São Paulo. Pequenos ajustes foram feitos nos quadros e no cenário (MEMORIAL GLOBO).

A partir de 1983 a *TV Mulher* começou a ser transmitida gradativamente para todas as regiões do Brasil. O programa era dividido em seções curtas de até cinco minutos, nas quais se abordavam assuntos variados. Por conter produções jornalísticas e editoriais que atrelavam áreas de entretenimento ao comercial, a *TV Mulher*, segundo o coordenador Durval Honório, “foi o primeiro programa em que foi feito um trabalho em conjunto entre o comercial e produção. Montaram um programa segmentado” (Idem). Esta segmentação de um produto televisivo seguia os mesmos padrões da mídia impressa feminina presente no Brasil desde o início do século XX. O programa apresentava quadros com os mesmos padrões das seções das revistas femininas: culinária, moda, atualidades, “fofocas”, consultório sentimental, entrevistas, produções editoriais, horóscopo, saúde, sexualidade, entre outros. Os quadros presentes no programa ao longo de seu tempo de exibição foram: Comportamento sexual; Ponto de Encontro (entrevistas); TV Homem (quadro apresentado pelo cartunista Henfil); Bolsa de Mercadorias (tratava as variações dos preços da cesta básica e de outros produtos) ; Panela no Fogo (culinária); Clodovil (moda); Claquete (bastidores da televisão); Marisa Raja Gabaglia (consultório sentimental); Turismo; Serviço de Proteção à Telespectadora (queixas e pedidos de ajuda do público); Direito da Mulher (orientações jurídicas).

As estratégias e linguagens adotadas também seguiam os mesmos padrões: um jornalismo de serviço que visava à possibilidade de soluções imediatas para diversos problemas do cotidiano; desenvolver a função psicoterápica de reconfortar e aliviar ao recorrer aos sentimentos; utilizar uma linguagem coloquial para aproximar-se das mulheres como se fossem amigas e companheiras confidentes. Segundo a própria Rede Globo, desde a estreia a *TV Mulher* tinha a pretensão de interagir com o público feminino, recebendo cartas e telefonemas

com as sugestões, dúvidas, críticas e elogios do público.¹¹ A partir de 1982, o programa passou a contar inclusive com uma plateia em seus estúdios.

Em seu terceiro aniversário, em 1983, o novo cenário da *TV Mulher* foi reformulado e passou a reproduzir “um clima de maior intimidade, semelhante de uma casa”. Tempos depois o programa ganhou ainda um cenário mais amplo (com folhagens de cores mais fortes ao fundo) que permitia a apresentadora Marília Gabriela maior locomoção e interação.

Partindo dessas informações coletadas e divulgadas pela própria Rede Globo em seu memorial, destaco os seguintes aspectos e indícios que permitem dimensionar as recepções e representações de missivistas de Marta Suplicy.

O programa foi elaborado e pensado para atender um “novo perfil feminino”, considerados modernos para os padrões das décadas anteriores. Quais? Uma mulher que buscava se manter mais informada e atenta aos assuntos que lhe seriam mais úteis ao seu dia a dia; uma mulher preocupada com sua família e casa sem deixar de lado suas aspirações pessoais; uma mulher disposta a buscar mudanças e reformulações, em acordo aos novos tempos e possibilidades ofertadas pela sociedade; uma mulher interessada em sua educação e formação; uma mulher que conciliava lazer e entretenimento com suas responsabilidades e afazeres; uma mulher mais “despojada” e “sem grilos”; uma mulher que “sonhava e realizava” seus próprios anseios e que sonhava em ousar diferente das gerações anteriores.

Note que todas estas possíveis atribuições de mulher moderna já estavam presentes na mídia brasileira através das revistas femininas, filmes e novelas. Os quadros como Ponto de Encontro (entrevistas), Bolsa de Mercadorias, Turismo, Serviços de Proteção à Telespectadora, Direito da Mulher e o próprio Comportamento Sexual, traziam as mesmas sessões presentes nas imprensas femininas impressas.

Com relação a *TV Mulher*, podemos estimar a receptividade das telespectadoras através das missivistas do quadro Comportamento Sexual:

Querida Marta.

Somos duas mulheres que assistem na medida do possível a *TV Mulher*, mas procuramos não perder a parte que apresenta, ou seja, Comportamento Sexual.

¹¹ “A produção do programa registrou, no primeiro mês de exibição, uma média de 200 telefonemas por dia. Os assuntos mais solicitados pelas telespectadoras diziam respeito à violência contra a mulher, o pagamento de pensão alimentícia, partilha de bens em caso de divórcio, rotina da mulher nas grandes cidades e problemas no cuidado com a casa.” (MEMORIAL GLOBO)

Queremos parabeniza-la, pois o seu trabalho tem ajudado a todos, pois cada pessoa tem sua parte de duvida e até mesmo ignorância crescer assunto.

Temos crianças pequenas que já começaram à se interessar em saber um pouco das coisas. Gostaríamos de aprender um pouco mais para explicarmos com naturalidade a eles, pois como é horrível a gente aprender tudo errado ou não aprender, afinal nós ainda somos de uma geração que muita coisa era errado e repleta de tabus. Temos 23 e 20 anos respectivamente. Somos vizinhas e já contamos de 6 e 4 anos de casamento, o que não é fácil somos mulheres de mente aberta e contamos com o apoio de nossos maridos que também são jovens. [...] Mas nos escrevemos para pedi que se possível você dê a relação dos livros de educação sexual que seriam por idades.[...] (São Paulo - SP, 24/04/1981)

Prezada Doutora:

Tenho 49 anos, sou casado há 28 anos, quatro filhos, Conheço muito bem a Vida, sei de muitas coisas, tenha uma tremenda experiência mas, não tenho vergonha de lhe confessar (com muita honra) que tenho aprendido demasiadamente com a senhora, assistindo aos seus programas no TV MULHER. Reputo o ponto mais importante do programa, a sua participação (o programa no seu todo é importantíssimo) e o considero de utilidade Nacional, pois, ensina à essas pobres mulheres desenformadas, (e aos homens também) aquilo que deveriam aprender em casa e nas escolas... de fato e de direito. (Telespectador, Recife – PE, 14 de dezembro de 1983)

Querida Marta

Escrevo minha opinião a respeito da campanha contra seu programa.

Devo dizer que admiro as senhoras de Santana pela coragem e espero que consigam bons resultados , uma vez que também acho a licenciosidade está caminha a passos largos.

Quanto ao seu programa acho ótimo. O próprio título “comportamento sexual” é um chamarisco todos que buscam informação e sabem que podem dialogar , solucionar dúvidas através das cartas. [...]

Disse acima que espero que a campanha consiga bons resultados porque acho exagero e desnecessário o que a TV tem mostrado inclusive nas propagandas . Porque closes dos bumbuns , dos rebolados das mulatas (como do programa do Chacrinha , do João Roberto Kelly) em horário que é possível crianças assistirem.[...] Daí então desenvolvem a malícia , o desrespeito pelo sexo, e também a consideração e a transformação da mulher em objeto de prazer. Nós mulheres que estamos querendo conquistar nosso lugar ao Sol, vencer o machismo , vemos as próprias mulheres vendendo, através de propagandas, o próprio corpo contribuindo para reforçar o machismo. (Rio de janeiro - RJ, 03 de junho de 1981).

Na opinião do diretor Nilton Travesso, o perfil do público foi modificando ao longo dos anos de exibição da *TV Mulher*. Com o maior contato e com as percepções individuais e coletivas dos conteúdos exibidos, as telespectadoras foram se adaptando ao programa. De acordo com o diretor:

“Marta recebia dois tipos de correspondência na fase inicial do programa: as tímidas, que eram cheias de rodeios, e as agressivas, que incluíam xingamentos, censuras aos temas e grosserias. Dois anos depois, as cartas passaram a ser mais corajosas, menos prolixas, e sem protestos.” (Memorial Globo)

Como já afirmei, o volume de cartas contidas no acervo aumentou exponencialmente a partir de 1983, bem com a origem das telespectadoras tornou-se diversificado geograficamente, provindo a partir desse ano de todas as unidades de federação - dos grandes centros urbanos as regiões mais campesinas. Se houvesse uma televisão e uma antena parabólica, lá estaria a Rede Globo e a com ela a *TV Mulher*. O próprio programa, segundo o Memorial Globo, em meados dos anos de 1983 sofreu uma alteração na linguagem e na maneira como os apresentadores interagiam entre si e com os assuntos abordados, tendo como foco o público feminino na faixa dos 40 anos de idade:

“A orientação também era intensificar a prestação de serviços e garantir a participação das emissoras afiliadas da Globo. Um espaço de 15 minutos foi reservado para que cada praça tivesse a possibilidade de apresentar um tema local no *TV Mulher*.” (MEMORIAL GLOBO)

Dentro das residências ou nos estabelecimentos públicos e comerciais, bastaria sintonizar e colocar o áudio em bom tom. Na casa da “patroa” ou no restaurante na hora do almoço. Todavia, é preciso registrar que a classe social dos sujeitos também condicionava seu acesso a este produto midiático “Global”.

Primeiramente pela necessidade e disposição monetária para se adquirir uma televisão e antena seguindo pela faixa de horário – manhã – em que o programa era transmitido. Em relação ao primeiro aspecto, comprar e deixar um televisor ligado e consumindo energia não era e não é uma questão fácil para as classes trabalhadoras. O segundo, que me atente mais, diz respeito ao horário do programa: quem podia ficar em casa assistindo, ouvindo e assistindo a TV?

“Querida Marta,

Acabei de ver seu programa na T.V. Mulher e resolvi escrever, eu estudo de manhã então não tenho oportunidade de ver seu programa a não ser agora que estou de férias e quando assisto te adoro ver falar.”(Santos, 30 de novembro de 1981)

“A Marta Suplicy

Tive o prazer no meu segundo dia de férias de ouvi-la responder perguntas dos alunos da FIAM. Desde o início da TV Mulher na Rede Globo tenho muita vontade de vê-la na TV, mas são poucas as oportunidades como a de hoje por exemplo. [...] Não adianta responder no ar, pois eu já estarei trabalhando e impossibilitado de assisti-la. Em todo caso, se merecer sua atenção por escrito ficarei muitíssimo agradecido”(São Bernardo do Campo, 9 de novembro de 1982)

“Prezada Amiga Marta

É com muitas saudades que escrevo-lhe esta cartinha. Estou muito triste pois este só pude assistir o seu programa, até o mês de maio, porque com a minha mudança de

emprego e dos horários dos TV Mulher, ficou um pouco impossível para mim assisti-lo antes das 9:30h.”(Belo Horizonte, 10 de setembro de 1983)

Ainda assim, é através da televisão que muitas brasileiras e brasileiros obtinham acesso ao entretenimento e a informação. A *TV Mulher* que fora idealizada para esta finalidade comercial, direcionava-se a um público feminino que desejava e buscava manter-se mais informado e “atenado” aos assuntos que lhe seriam mais úteis ao seu dia a dia; uma mulher preocupada com sua família, casa sem deixar de lado suas aspirações pessoais; uma mulher disposta a buscar mudanças e reformulações, em acordo aos novos tempos e possibilidades ofertadas pela sociedade, como a educação e trabalho; uma mulher que conciliava lazer e entretenimento com suas responsabilidades e afazeres; uma mulher mais “despojada” e “sem grilos”, uma mulher que “sonhava e realizava” seus próprios anseios e que ousava ser diferente das gerações anteriores de mulheres.

Note que todas estas possíveis atribuições de mulher moderna já estavam presentes na mídia brasileira através das revistas femininas, filmes e novelas. Os quadros ao longo dos anos Ponto de Encontro (entrevistas), Bolsa de Mercadorias, Turismo, Serviços de Proteção à telespectadora, Direito da Mulher e o próprio comportamento sexual traziam as mesmas sessões presentes nessas imprensas femininas impressas.

Um das estratégias desenvolvidas pela imprensa feminina para atingir seu público foi recorrer aos sentimentos. Para esta mídia, o sentimento desenvolve uma função psicoterápica. Seções de aconselhamentos, artigos psicológicos, fotonovelas e contos românticos buscavam ao mesmo tempo aliviar e confortar suas leitoras. Além disso, recorreriam a uma linguagem coloquial que buscava aproximar a revista da relação entre mulheres amigas e companheiras confidentes (BUITONI, 1981).

Para Edgar Morin, a informação romanceada apela para os processos de projeção-identificação, e assim intervém em todas as relações humanas, desde que estas sejam “coloridas” de afetividade: “*nós nos projetamos e nós nos identificamos em nossas amigas, nossos amores, nossas admirações, nossos ódios, nossas cóleras, etc.*” (MORIN, 1977, p. 101).

O quadro Comportamento Sexual de Marta Suplicy, valia-se de estratégias como estas para estabelecer um canal de mediação com as telespectadoras:

“Querida Marta,

Obrigada pela resposta da terceira carta que eu mandei. Eu continuo adorando este programa.

Eu só fico triste quando chega alguma carta criticando você, eu não consigo entender como alguém possa não gostar de você. Você é uma pessoa simples e maravilhosa.[...]

Marta eu continuo dormindo cêdo o meu marido não deixa eu assistir televisão até tarde, será que não daria para o Sr. Nilton Travesso colocar o Malu Mulher, na TV Mulher eu assistia o Malu Mulher mas só quando meu marido estava desempregado agora esta trabalhando e nunca mais eu pude assistir o Malu Mulher. [...]

Marta eu já lhe disse na outra carta que você é minha amiga por isso eu vou lhe dizer uma coisa, leia só para você ta.

Eu soubece que iria morrer e pudece escolher um desejo. Sabe o que eu escolheria, passar toda a manhã nos istudios da TV Mulher.

Eu tenho todos vocês como os meus amigos, porque vocês eu posso escrever tudo que eu estou sentindo e recebo as respostas de um modo direto e gentil por isso eu sinto como se estivece conversando com voceis. [...]" (São Paulo - SP, 16 de dezembro de 1980)¹²

Esta telespectadora, impossibilitada porque o marido não a permitia ficar acordada até mais tarde, lamenta não poder mais assistir a sua telenovela de preferência, que lhe concedia fantasiar com a vida de uma mulher mais autônoma de si que enfrentava problemas do cotidiano semelhantes aos dela. Sem ter alguém em que possa confidenciar seus pensamentos e sentimentos volta todas suas atenções à Marta Suplicy e a toda equipe do *TV Mulher*, tratand-os como os amigos mais próximos que ela possui. Para ela o programa seria ponto de fuga de sua realidade e uma fonte agradável de entretenimento diário.

A maneira como tratava a temática sexual, era considerada por suas telespectadoras como direta, séria, leve e de forma clara, fez com que muitas passassem a admirá-la. Pensavam em Marta como uma amiga “experiente” e íntima em quem podiam confiar suas histórias, segredos, medos e culpas:

“[...] eu quero dizer a você que eu adoro você, adoro seu jeito de ensina, aconselhar, orientar, gosto do seu jeito, só lhe escrevi sobre todos os meus problemas porque confio em você e acredito que você possa me ajudar preciso de conselhos, eu acho que não é necessário escrever p/ outras sessões você pode me ajudar, você é a pessoa que eu mas confio. Sua amiga que muito te admira, confia e gosta muito. [...] Obrigado” (Adolescente de 16 anos. Guarulhos-SP, 13/02/1981)

“Realmente você é uma pessoa muito aberta e legal, sabe vou me casar dia 14 próximo e muitas coisas que eu não sabia e não ia saber tão logo por não ter condições de comprar livros e por minha mãe não saber responder minhas perguntas, com você tive respostas claras e abertas as minhas e isto me fez agradecer de pleno coração, por tudo você tem proporcionado por meio deste magnífico programa.” (Caucaia do Alto - SP, 10 de fevereiro de 1980)

¹² Toda a documentação será transcrita mantendo a grafia original de seus autores. A fim de aprofundar uma maior compreensão dos telespectadores missivista, buscaremos transcrever partes consideráveis das correspondências.

A psicóloga inspirava em adolescentes como estas, um sentimento de intimidade e confiança que elas não encontravam em suas casas e entre seus pais ou familiares. Na expectativa de encontrar uma solução para seus problemas ou em busca de alguém para desabafar, confessavam a Marta Suplicy seus medos e anseios:

“Dra Marta.

Desculpe chamar assim amiga. Porque mesmo a senhora não ter respondido nossa carta de 01/12/80 agente gosta da senhora doutora.

Essa é a nossa converça nossa eu a minha mulher, a gente diz querida pessoa é a Marta. Na outra carta a gente falou da senhora e de nós, pena se não recebeu.

Doutora Marta, o seu trabalho na TV é ótimo porque essas respostas positivas que a senhora dá não tem recursos para pagar consultas. É da senhora que recebem grátis, pode ficar certa que é de muita valia. Pena que o espaço é curto na TV. Olhe doutora Marta, hoje a senhora estava muito bonita vestindo uma linda bluzinha hoje 26/12. Vá em frente que aqui a gente lhe aplaude.

Doutora desculpa a curiosidade para com a senhora, mas a gente gosta da Dra Marta.

Um abraço dos amigos [...]” (Casal. Pelotas - RS, 26 de dezembro de 1980)

Apesar de evidenciar o reconhecimento que o casal tem por Marta Suplicy ao tratá-la como “doutora”, não deixa de relatar os elogios e afetos que sentem por ela devido à maneira como lidava com a temática e o público na televisão aberta brasileira. Compreendem que Marta Suplicy desenvolve um trabalho de grande utilidade para pessoas que não tem recursos para pagar a um especialista.

“Habitualmente vejo seu programa na TV Mulher. Gosto muito de sua maneira meiga e gentil de falar conosco e principalmente de seus conselhos e palestras sobre como deve ser o nosso comportamento Sexual. Sua forma franca, sincera e objetiva de conduzir os problemas sexuais. [...]

Minhas amigas e cunhadas nunca tocaram nestes assuntos comigo e eu não me atrevo a conversar com elas porque acho que o assunto [sexo anal] muito íntimo e daqui a pouco toda a comunidade estará sabendo e comentando. Acho que a vida íntima de um casal deve ser preservada.

Espero que você seja minha amiga e procure dizer-me uma palavra.” (Telespectadora de 52 anos. Rio de Janeiro - RJ, 28 de junho de 1980).

Muitos destes telespectadores relatam não ter a oportunidade de receber uma educação sexual. Relatam os ambientes em que vivem como sendo repressivos e conservadores, bem como descrevem pais e educadores que não os informavam adequadamente sobre suas sexualidades. Pela falta de informação, medo e até mesmo vergonha, essas telespectadoras recorriam à única pessoa com conhecimentos sobre o assunto e que atendia as dúvidas de pessoas como elas:

“Querida Amiga,

[...] Meu problema é o seguinte:

Meus pais nunca me informaram nada sobre sexo e o pouco que sei aprendi com você “escondida”; pois minha mãe chega até a desligar a televisão no seu quadro veja só quanta ignorância junta.

Minhas amigas até dão risada de mim quando sai algo sobre o assunto de sexo e ela percebem que eu não sei quase nada.

Eu tenho 16 anos e quando tive minha 1ª menstruação (até envergonho de dizer) eu pensei que eu tivesse me machucado. Fui até minha mãe com muito medo e ela me disse: - Isso é normal, você está menstruada pela 1ª vez e isso vai acontecer todo mês. Depois disso me deu um pacote de *modess* e nunca mais me disse nada, por ai você vê como eles são. Se eles descobrirem que eu escrevi para você, eu nem sei o irá acontecer comigo.”(Adolescente de 16 anos, Penápolis - SP. 30 de janeiro de 1981)

“Quando criança não tive nenhuma informação, pois quando perguntava alguma coisa a minha mãe, ela dizia – “quando você crescer mais eu te explico, agora você não vai entender nada”- e nunca mais se tocava no assunto.”(São Paulo - SP, 8 de abril de 1981)

Adolescentes e mulheres adultas contam ter recebido ao longo de suas vidas uma educação sexual repressora ou omissa que as levaram a reprimir suas dúvidas quanto aos seus corpos e sexualidades. Também estão presentes nas narrativas dessas telespectadoras, exemplos de profissionais da saúde que geram dúvidas maiores ou até mesmo recusam-se em abordar o assunto:

“Olhe este não é um problema só meu [sexo na gravidez] quando vou ao médico fazemos um grupinho de mulheres e discutimos o assunto o interessante é que cada uma sabe menos que a outra, já tentamos falar com o médico mas ele é tão fechado que não temos coragem, na última consulta que fomos enquanto ele não chegava fizemos um acordo de que eu escreveria para você e ficaríamos a partir de hoje na expectativa de sua resposta”(Santos - SP, 20 de fevereiro de 1981).

Um homem, médico e que se mostra “fechado” desestimulava as gestantes questionarem a respeito das próprias saúdes. Apesar da situação absurda como esta entre um médico e pacientes, o relato da telespectadora demonstra como determinados assuntos ainda eram tabus ou geravam constrangimentos dentro dos consultórios médicos que contavam ainda com uma grande maioria de homens. A “amiga doutora” Marta que agora se apresentava na televisão era uma luz de esperança para atendimento.

A relação estabelecida entre Marta Suplicy e suas telespectadoras, remonta a aquela descrita por Foucault como sendo entre aquele que confessava e aquele que desenvolvia papel de ouvinte. Para o filósofo, falar sobre a intimidade de seus pensamentos carrega semelhanças ao sacramento da confissão e os poderes pastorais estabelecidos pela Igreja Católica. Em um Brasil em que a presença do catolicismo se fez presente, o sacramento do ato de se confessar

colaborou para o estabelecimento de um método confessional eficiente na produção da verdade sobre o sexo:

“A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização do poder. [...] A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passados e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; [...]. Confessa-se - ou se é forçado a confessar [...]. A obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir de tantos pontos diferentes, já está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; parece-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não "demanda" nada mais que revelar-se [...]" (FOUCAULT, 1999, p. 59).

Assim, os indivíduos são conduzidos pelo poder pastoral a dizer as verdades sobre si e com isso analisarem suas sexualidades e desejos, mesmo que haja a obrigação de se manter o segredo devido às regras da modéstia e decência. Como identificar as verdades sobre si a fim de controlar os desejos? Para Foucault são desenvolvidas técnicas que levam os indivíduos a compreenderem quem realmente são. O cuidado de si não conduz os sujeitos por meio de práticas coercitivas, mas por práticas de autoafirmação:

“[...] que permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade.” (FOUCAULT, 1994)

Para um monge cristão atingir a pureza e a Deus, ele não pode confiar apenas em si para determinar o que realmente é bom. Em uma prática ascética, ele confessa seus pensamentos mais íntimos a um mestre e de forma obediente segue todas as suas determinações. O monge revela-se e renuncia a si como sujeito ao verbalizar os pensamentos, os movimentos mais íntimos, suas intenções e o que se passa em sua mente. Em uma luta incessante, o monge deve controlar corpo e alma contra as impurezas que lhe possam afligir. O corpo, como prisão da alma e sede dos desejos sexuais, tornou-se algo suspeito. Seria ele a sofrer com as humilhações impostas por Deus pelos pecados da alma (SANT'ANNA, 2011, p. 17).

Esta confissão passa a ser o reconhecimento de alguém de suas próprias ações e pensamentos. O ato de confessar ao longo do tempo perde seu aspecto ritualístico ao difundir por outras esferas: justiça, medicina, pedagogia, relações familiares, relações amorosas, na vida cotidiana e nos ritos mais solenes. É marcada, por exemplo, pelas relações entre médico e paciente, delinquentes e peritos, pais e filhos, pedagogos e alunos. Nesse sentido, Foucault argumenta que pertencemos a uma sociedade que articula o saber sobre sexo não como a transmissão de um segredo, mas como algo a ser confidenciado não se tratando apenas “*de dizer*

o que foi feito – o ato sexual – e como; mas reconstruir nele e ao seu redor, os pensamentos e as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que contém” (FOUCAULT, 1999, p. 62).

Como já mencionado, as cartas são um produto do mundo privado dos indivíduos. Quando analisadas de tanto sob uma ótica micro ou macro, possibilitam um “caleidoscópio” de interpretações a depender dos questionamentos feitos. Desta maneira, não devem ser tratadas de forma absoluta e portadoras de informações e relatos tidos a primeira vista como verdadeiros e muito menos com perfis únicos de seus autores. Analise-se sob um ângulo, um viés, uma possibilidade em um prisma.

Gilles Jean Alves entende que o gênero epistolar deva ser analisado como um gênero textual híbrido, carregado de características interpretativas de ficção e de testemunho pessoal uma vez que seu interlocutor não é totalmente ausente e o texto ali impresso não é uma total ficção/elaboração imaginativa:

“A carta se situa em um limiar no qual ocorrem permanentes derivas entre gêneros considerados assaz distintos. Entre o diário íntimo e prosa de ficção: eis a primeira deriva. A segunda se encontra na relação do sujeito com o destinatário e consigo mesmo. Em outras palavras, aquele que escrever missivas pode tencionar para o movimento de persuasão, de representação, de confissão, de testemunho ou debate, transitando entre *persona*, que emprega artifícios persuasivos, ou pessoa que se abre ao outro, que se dá a conhecer, o que revela a si mesmo” (ABES, 2015, p. 48).

O sujeito pode até parecer de maneira abstrata, mas é “um sujeito” dotado com várias identidades em si mesmo. Este não a tem por obrigação se apresentar coerentemente, linearmente, fidedignamente, etc. Em seu ato de escrita de si, ou seja, um ato autobiográfico, ele reconstrói o mundo ao seu redor e a si mesmo. Reconstrói ainda a maneira como se relaciona com o outro e consigo mesmo, possibilitando que o sujeito possa enxergar-se, registrar-se, e interpretar-se e com isso, pode-se dizer, existir.

Um registro de si mesmo feito à mão, materializa simbolicamente quem o sujeito pode ser, como pensa, como sente, como raciocina, como vive etc. O ato de escrever uma carta faz emergir a si mesmo ao passo que se registra em palavras escritas uma organização e seleção de pensamentos. Nos estudos epistolares este ato pode ser compreendido como uma encenação, pois o missivista esconde-se e revela-se, de maneira de maneira nada espontânea o si. Ao se buscar o estabelecimento de um canal de diálogo em uma relação com outrem ao registrar em palavras no papel e tinta, o sujeito demonstra a complexidade que o ato de escrever demanda:

ora de maneira direta e de aparente facilidade ora maneira indireta podendo conter eufemismos e delongas.

Uma das dificuldades encontradas por mim durante minha dissertação de mestrado foi o de tentar analisar os possíveis diálogos estabelecidos entre as missivistas e Marta Suplicy uma vez que o acervo possui apenas as cartas das telespectadoras e apenas alguns comentários e respostas breves dados pela psicóloga nos cantos das cartas e envelopes (são raras as respostas encontradas neste conjunto documental, o que me leva a crer que foram alguns casos esquecidos de serem postados em retorno). Outra dificuldade foi a ter acesso ao material armazenado pela Rede Globo de Televisão do *TV Mulher*. Este se encontra sendo administrado por uma empresa terceira que cobrar valores altos para ser analisado. Dado a estas dificuldades, encontrei como alternativa de análise discursiva de Marta os seus textos publicados em seus livros e no jornal Folha de São Paulo.¹³ Pude, assim, vislumbrar os possíveis discursos apresentado no quadro Comportamento Sexual e as possíveis interpretações das telespectadoras a partir destes.¹⁴

Esta particularidade desta documentação epistolar me direciona a tomar outros rumos e oportunidades de reflexões do que comumente se encontra nas pesquisas relacionadas a trocas epistolares, como por exemplo, entre literatos, artistas, pensadores, músicos, políticos e outros. Somente com um dos “autores” e sem os vestígios das trocas de palavras, pensamentos e experiências e por se tratar da relação entre milhares de telespectadores com uma única pessoa, está presente pesquisa intentará trazer problematizações baseados apenas nas missivistas. Os discursos de Marta Suplicy servirão como subsídio para melhor compreensão dos registros encontrados, afinal as telespectadoras não estão buscando dialogo com algo abstrato, mas sim, com uma figura pública que entrou em sua vida através da televisão. Não entendo, todavia, este fato como uma limitação em comparação com as outras pesquisas senão apenas como uma nova frente de investigação.

As cartas em por si próprias já auxiliam numa melhor compreensão a respeito da sociedade (classe, gênero, escolaridade, formação) dos códigos sociais de escrita do período (papel, letra, envelope, timbre, marcas d’água, monogramas etc.) (MORAES, 2009, p. 123)

¹³ Ver: (BUENO, 2014)

¹⁴ Em todos os livros de Marta Suplicy ela utiliza as missivistas como exemplo e ou parâmetros analíticos para o seu trabalho. São as telespectadoras brasileiras que servem de material para que Marta aborde a sexualidade das brasileiras e brasileiros bem como tecer comentários e teorias a respeito da condição da mulher no Brasil do início do anos 1980.

Apesar de não meu foco nesta tese, creio contribuir de alguma maneira para futuras pesquisas deste acervo:

“São justamente essas representações de mundo de um indivíduo, em meio a uma determinada sociedade, com seus usos e sonhos, com suas significações plurais e contrastadas, suas percepções e experiências [...] que nos interessam.” (ABES, 2015, p. 53).

Ao analisar as correspondências de Baudelaire o pesquisador Gilles Jean ABES retoma os estudos de Roger Chartier a respeito das representações e possíveis apreensões realizadas a partir do gênero epistolar. Em livre tradução Abes cita Chartier:

“Os usos da escrita, em suas variações, são decisivos para compreender como as comunidades ou os indivíduos constroem representações do seu mundo e investem de significações plurais, contrastadas, suas percepções e experiências. Numa história cultural redefinida como o lugar onde se articulam práticas e representações, o gesto epistolar é um gesto privilegiado. Livre e codificada, íntima e pública, tensionada entre segredo e sociabilidade, a carta, melhor do que qualquer outra expressão, associa o vínculo social e a subjetividade. Cada grupo vive e formula a sua maneira este problemático equilíbrio entre o eu íntimo e os outros. Reconhecer essas diversas maneiras de manejar a aptidão de corresponder é sem dúvida melhor compreender o que faz com que uma comunidade exista, consolidada pela partilha das mesmas práticas, das mesmas normas, dos mesmos sonhos” (CHARTIER, 1991, pp. 9-10 apud ABES op. Cit.).

Assim sendo, uma vez que a carta demanda uma distância entre os interlocutores o modo como o sujeito quer ser apresentar, se dirijo e o que dirigir pode mudar. Informações como local, espaço, tempo, rituais, marcas linguísticas, estrutura da escritas, etc. indicam uma performance e representação do eu e dos outros. Em relação as telespectadoras missivistas, pode-se retratar os primeiros anos da década de 80, os interesses pessoais e coletivos com relação aos assuntos discutidos no quadro e na *TV Mulher*, os papéis desenvolvidos pelos apresentadores e Marta Suplicy, as representações de mundo e sociedade etc. Porém, há de se destacar que o ato de escrever já é uma ato de privilégio uma vez nos anos 80 a taxa de analfabetos no Brasil era de 25,9% entre a população de 15 anos ou mais.¹⁵ Todavia, é a partir destas que podemos ter um tom das vivências de brasileiras em relação aos seus corpos, sexualidades, cotidiano e relações pessoais.¹⁶ Entendo que a *TV Mulher*, ao trazer discussões sobre a sexualidade da mulher

¹⁵ Ministério da Educação. INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) - Mapa do Analfabetismo no Brasil. 2003. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em 12/01/2020.

¹⁶ O acesso à cultura letrada é tratado com elucides na pesquisa que a psicóloga Ecléa Bosi realizou com um grupo de mulheres operárias nos início dos anos 70. A pesquisadora sondou quais eram os hábitos, grau de literacidade e quais eram as leituras desenvolvidas por estas. Uma de suas considerações finais foi à dificuldade encontrada por elas em acessar bibliotecas e livrarias devido à falta de tempo e renda familiar. Ver: BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular: Leituras de Operárias*: 13 ed. Petrópolis, Vozes, 2009.

brasileira para o meio televisivo, Marta Suplicy acabou por inovar e polemizar assuntos que atingiam agora o grande público de todo o Brasil. Se na mídia impressa da imprensa feminina havia um público mais seletivo de mulheres que eram mais escolarizadas, urbanas e que detinham um maior poder aquisitivo a proposta do *TV Mulher* diferenciava-se por ser um programa que não necessitava prender suas telespectadoras em frente à televisão. Seus idealizadores pretendiam que a *TV Mulher* fosse capaz de ser acompanhado apenas ouvindo tudo o que era transmitido deixando-as livres para desenvolverem suas tarefas diárias.

Em a Escrita de Si, Foucault propõe-se a discutir sobre processo da produção epistolar e como metodologia vai buscar nas tradições Greco-romanas respostas histórico-filosóficas sobre os possíveis processos pelos quais o sujeitos tornam-se sujeitos através de práticas de existência ou práticas de si através da troca de mensagens entre os sujeitos. Neste e em outros textos do autor, o conceito de *áskesis*, ou *acese*, é retomado para descrever exercícios e práticas individuais da antiguidade que não tinham por objetivo aperfeiçoar o sujeito espiritualmente, moralmente e eticamente. Estes exercícios sobre si mesmo daria a oportunidade ao sujeito a reconhecer-se melhor e com isso afastar disso os excessos, os prazeres mais sensíveis e as condutas que o tornam menos senhor de si. Este pensamento autodisciplinador sobre seus próprios demônios interiores, demandaria atitudes que os tragam para a luz, em outras palavras, o sujeito deveria despir sua alma, racionalizar sobre si e atuar de maneira ascética.

Uma das práticas de *áskesis* tidas como essenciais para Foucault é o ato de escrever a respeito de si mesmo. Através deste movimento de pensamento sobre si, o sujeito poderia treinar, meditar e colocar em palavras escritas suas próprias confissões no quais discursos reconhecidos e recebidos como verdadeiros têm duas funções, plutarquianas, sendo elas a *etopoiética* que serve como agente de transformação da verdade em *ethos*, ou seja, a construção do sujeito. Esta escrita etopoiética, aparece em documentos dos séculos I e II como sendo utilizadas para dois fins: os *hypomnemata* e a correspondência. (FOUCAULT, 1992, p. 134)

Nas próprias palavras do autor, os *hypomanemata*:

“podiam ser livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda. O seu uso como livro de vida, guia de conduta, parece ter-se tornado coisa corrente entre um público cultivado. Neles eram consignadas citações, fragmentos de obras, exemplos e ações de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido ou que tivessem vindo à memória. Constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; ofereciam-nas assim, qual tesouro acumulado, à releitura e à meditação ulterior. Formavam também uma matéria prima para a redação de tratados mais sistemáticos, nos quais eram fornecidos argumentos e meios para lutar contra este ou aquele defeito (como a

cólera, a inveja, a tagarelice, a bajulação), ou para ultrapassar esta ou aquela circunstância difícil (um luto, um exílio, a ruína, a desgraça).” (Ibidem, p. 135)

Estes deveriam estar sempre às mãos para consulta e não deveriam estar guardados como meros auxiliares de memória. Deveriam ser relidos, revistos e reanalisados com determinada frequência para o sujeito pudesse trazer a consciência sempre que necessário discursos e recordações de própria voz. Com isto deveria calar paixões e implementar na alma palavras próprias de autorregulação. Um processo de subjetivação do discurso. Como não trata apenas de um diário pessoal, mas sim de um compêndio ou caderno de sínteses, estes *hypomanemata* ajudariam os sujeitos a meditar sobre si mesmos numa retomada de um passado outrora registrado. Contudo deve-se ter cautela para não se tomar como verdadeiro e fiel tudo aquilo que está registrado já que uma vez já escrito está restrito ao momento em que o sujeito, entre a escrita e a leitura de se recolocar as coisas ali ditas por ele. Sua voz impressa no texto escrito torna-se o próprio autor, num princípio racional. No entanto, não é o autor em si, mas sim uma releitura dele. Através do texto pode-se reler a pessoa, uma época e um momento mas que devam vir a convergir numa unidade que é o sujeito.

Já a correspondência, nas reflexões de Foucault, muito se aproxima da *hypomanemata*, pois os escritos produzidos nestes podiam servir de base para sua composição. Mas o conceito de missiva já indicada que seu destino é outra pessoa. O exercício pessoal de se escrever uma carta faz com o sujeito atue sobre si e sobre o que está enviando e atua sobre o outro durante a leitura e releitura da carta. A troca de informações e de experiências ambos o sujeitos se exercitem e se e modifiquem mutuamente:

“A carta que é enviada para auxiliar o seu correspondente – aconselhá-lo, exortá-lo, admoestá-lo, consolá-lo – constitui, para o escritor, uma maneira de se treinar: tal como os soldados se exercitam no manejo das armas em tempo de paz, também os conselhos que são dados aos outros na medida da urgência da sua situação constituem uma maneira de se preparar a si próprio para eventualidade semelhante.” (Ibidem, p. 147).

A carta faz o seu autor quase que “presente” fisicamente para aquele a quem ele se dirige, pois traz relatos e informações sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas aventuras e desventuras. Abre-se ao olhar e análise do outro ao se mostrar neste diálogo:

“Escrever é pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face.” (Ibidem, p. 150)

A troca missivista para os antigos possibilitava um olhar para si, para a alma e o coração quando eram produzidas as correspondências. Um ato de introspecção e decifração de si para si e de uma abertura de si para o outro. O sujeito se encontrava através do discurso do outro ao mesmo tempo em que reexaminava suas ações num exame de consciência, num exercício de pensamento, numa ação racional e emocional. A narrativa epistolar “*de si próprio, trata-se de fazer coincidir o olhar do outro e aquele que se volve para si próprio quando se aferem as acções quotidianas às regras de uma técnica de vida*” (FOUCAULT, 1992, p. 159)

As telespectadoras missivistas da *TV Mulher*, ao recorrerem a Marta Suplicy, realizavam um exercício de introspecção buscando traçar uma narrativa que pudesse auxiliar a psicóloga a compreender melhor quem elas eram e haviam sido, o que elas fizeram e ainda faziam, o que passaram e ainda passavam e o que elas esperaram ou ainda virem a ser. Ao exporem suas vidas, estas mulheres retomavam suas histórias num fazer autobiográfico, esmiuçando situações e ações que as angustiavam ou intrigavam. Fatos habitavam seus âmagos e através da tela da televisão com a exemplificação de outras mulheres como ela, e dos discursos apresentados por Marta, podiam vinham à tona. Ainda que televisivamente e de aparente impessoalidade, a leitura compartilhada e a troca de experiência via carta, possibilitava uma relação terapeuta entres as missivistas via Marta Suplicy. Quase como uma roda de conversa ou uma terapia coletiva tendo Marta Suplicy como a especialista mediadora disto.

“Querida Marta:

Ouvindo hoje o seu programa, você disse que gostaria de receber cartas de pessoas que falassem de suas experiências conjugais. [...] Gostaria de falar da minha experiência como esposa e mãe. [...]

Marta, estou feliz em poder escrever para você. Acho que você tem em suas mãos uma oportunidade singular para ajudar a muitos que, mal informados, não sabem como solucionar seus problemas.”(Marília- SP, junho de 1983)

“Querida amiga Martha

A paz do Senhor

Vai aqui como pede uma verdadeira estória de amor. [...]

Espero que minha estória, seja uma boa lição, para vida tão intranquila de hoje, e cheia de tantas incompreensões.

Aqui termino desejando que seu programa tenha sempre boa audiência, pois apesar da idade, eu a vejo todos os dias, pois gosto muito de sempre me esclarecer cada vez mais, para assim ser útil a alguém.”(Telespectadora de 66 anos, Campos dos Goytacazes – RJ, junho de 1983)

“[...] Um grande abraço de uma admiradora sua

Gostaria de você rasgasse a carta após lê-la e não a comentasse com ninguém, mas que por favor não esquecesse o relato, porque acredito que este dia a dia é igual de milhares de mulheres no Brasil, mudando apenas certas equações. Muito obrigada pela atenção e desculpe o atrevimento de lhe escrever.”(Fortaleza – CE, setembro de 1983).

Nestes dois exemplos as telespectadoras sentiram-se motivadas a relatar e a opinar sobre temas que foram suscitados pela apresentadora Marta e/ou também através do relato de outras telespectadoras. As histórias e opiniões de outros telespectadores funcionavam como matizes para a composição de uma carta. Como os próprios missivistas afirmaram, Marta Suplicy, por vezes, solicitava a opinião e participação de seus telespectadores e leitores. Esta interação e proximidade com seu público pode ser encontrado não somente nas respostas acima encontradas no conjunto documental de missivistas, que afirmam estarem respondendo a Marta, mas também pelos seus artigos públicos no jornal *Folha de São Paulo – Suplemento Mulher* no qual a psicóloga solicita a participação de seu público:

A cabeça do Censor

“E você aí na sua casa, manifeste-se. Comece a pensar sobre o problema.”¹ de agosto de 1982.

Ética e Educação Sexual

“Beatriz, [...]”

Relendo o que escrevi me percebo fazendo a minha defesa. De um lado é isso mesmo. Você criticou exatamente o que tenho mais cuidado em fazer [...]

Escreva sempre.”¹⁶ de Janeiro de 1983.

Há desinteresse sexual. E não é para menos.

“Complexa a situação, não? O que você acha? Que idéias lhe ocorrem da sua experiência?”¹⁷ de abril de 1983.

Em minha dissertação de mestrado busquei reconstituir como se deu o percurso da psicóloga clínica comportamental e feminista, Marta Suplicy. Uns de meus questionamentos iniciais nesta pesquisa foi o de analisar o fenômeno que foi sua atuação enquanto apresentadora do quadro *Comportamento Sexual* do extinto *TV Mulher* da Rede Globo de Televisão.

Pela maneira como lidava com um assunto tão tabu e de caráter privado, Marta ganhou grande atenção do público e da opinião pública do período. Tida como uma amiga íntima, experiente e que detinha um conhecimento profissional sobre um assunto tão privado, Marta recebia um tratamento especial de suas telespectadoras e admiradoras. Mas, então, como foi

possível uma figura como ela surgir em um país que ainda vivia sob Ditadura Civil-Militar para abordar um tema tão tabu sob e com o viés feminista?

Esta questão relaciona-se com o momento histórico-social específico de nossa história nacional que decorreu, em meados dos anos 80, com o fim dos 20 e poucos anos de exceção decorrentes do Golpe de 1964. A construção não somente da figura pública que Marta Suplicy se tornou, mas de toda uma geração de mulheres, se insere neste contexto histórico. Tanto a apresentadora e psicóloga quanto as telespectadoras que foram influenciadas por discursos de “progressistas” que eram enunciados pelos mais diversos setores da sociedade brasileira. O vislumbre de um “novo país” atingia uma grande parcela da população através das mídias. Com o afrouxamento da Censura e com os terrenos simbólicos conquistados a duras penas pelos movimentos sociais de resistência, a possibilidade de mudança (entendo eu que esta poderia ser positiva e negativa, dada a trajetória de cada indivíduo) se fazia cada vez mais presentes nestes primeiros anos dos 80.

Minha intenção, ao bordar aspectos biográficos de Marta Suplicy, é o de atentar para fatos destacados por ela como relevantes ao seu processo de subjetivação; sua formação acadêmica como psicóloga clínica especializada em sexualidade; seu contato com discursos ditos como progressistas naquele período, em especial o feminismo; seu constante contato com brasileiras de variadas origens. Apesar de aparentar ser um curto período de tempo (1980-1984), Marta Suplicy afirma que o trato diário com as mulheres brasileiras lhe causou grandes impactos e reflexões em relação a si mesma e também aos discursos produzidos e disseminados por ela:

“Acho que a primeira coisa que percebi foi minha reação de animada expectativa e, em seguida, o meu desaponto. As cartas começavam mais ou menos assim “...você me ensinou muitas coisas... aprendi tanto...realmente a mulher deve ter direito ao prazer... luto para obter orgasmo...”, nessa hora eu sorria e pensava: “valeu, ela não se vê mais como um objeto de uso”. Ela é e se vê como gente. Prosseguia então a leitura para, nas últimas linhas, encontrar essa preciosidade : “Pois é Marta, e eu tenho que ter o orgasmo porque senão o João ou o Joaquim, ou o Mauro, ou o Aníbal me larga.”

Droga! Não aprendeu nada! E eu pensava. O que será que aconteceu? Ou melhor, deixou de acontecer? [...] É a historia prosseguindo com a mulher vivendo em função do desejo do outro, como e para o que foi educada durante centenas de gerações. Isso mostra como o informar sem conscientizar serve para muito pouco.” (SUPLICY, 1985, p. 89)

“Eu me lembro que quando fui fazer o TV Mulher eu era feminista até o último fiozinho de cabelo. Minha intenção total era essa, a de mudar o lugar da mulher na sociedade brasileira.” Em outro momento assegura considerar-se a pessoa certa na época para assumir a tarefa de apresentadora de um quadro televisivo cuja a temática era sexualidade: “Eu era a pessoa certa para fazer naquele momento porque eu tinha

os títulos acadêmicos, uma família bem constituída... Era uma pessoa que socialmente não me podiam dizer nada por estar falando sobre sexo[...]. Isso me ajudou bastante. E depois eu acreditava no que estava fazendo. Eu achava que iria ajudar muita gente. E ajudei.” (Informação verbal)

Já em um momento de revisão desde sua estreia e atuação como comunicadora, psicóloga e feminista, Marta afirma:

“Conversando com Rose Marie Muraro percebi que chegamos, por diferentes caminhos, à mesma percepção sobre as consequências da “liberação”. De um lado estamos aí. Nossos dois livros, de mulheres feministas falando sobre sexo, na lista dos best-sellers desde que saíram. Temos um espaço e somos ouvidas. O país discute sexualidade, as mulheres se posicionam sobre planejamento familiar, revistas falando sobre prazer e nossos direitos. Parece tudo muito bem e liberado. Puro engano. Estamos numa encruzilhada vital para nós mulheres: o sistema abischoitou nossa liberação e a está usando para si mesmo. A discussão sobre sexualidade, se por um lado desmitificou, quebrou tabus, por outro lado nos fez de “fazedora de tora de abacaxi” para segurar o marido pelo estômago, ao modo de “malabaristas sexuais”: dois orgasmos é pouco, tem que ser simultâneo e de ponta cabeça. [...] A ideologia ainda é a mesma de sempre: segura teu homem.” (SUPLICY, 1984, p. 100)

A psicóloga afirmava que para ocorrer mudanças profundas e efetivas na mente de suas telespectadoras, as informações e orientações prestadas por ela deveriam promover “efeitos de conscientização”, ou seja, deveriam estimular pensamentos e práticas que ela considerava positivas no que diz respeito aos processos de subjetivação de uma “nova mulher” mais autônoma e segura de si. Se num primeiro momento sua percepção foi de deslumbre quanto aos resultados que obtinha através das cartas e do contato com público, posteriormente Marta considerou que estes não correspondiam ao que ela aspirava. Sua intenção ao aceitar apresentar o quadro Comportamento Sexual era de transformar os padrões comportamentais das mulheres, e da social em geral, com relação aos seus corpos, sexualidade e práticas cotidianas. Ou seja, Marta Suplicy tinha por objetivo produzir efeitos de verdades através de suas estratégias como psicóloga clínica, apresentadora televisiva e feminista.

O filósofo francês Michel Foucault em seus esforços analíticos sobre a constituição dos sujeitos, propôs para seus estudos o que chamou de uma “Genealogia dos Sujeitos”. A contra gosto de muitos pares filósofos, ao propor uma um novo caminho de análise filosófica, Foucault considerava que uma reflexão atrelada a historicidade era necessária caso quiséssemos compreender o subjetivação dos sujeitos ao longo do percurso das sociedades ocidentais:

“Nem sempre esta foi uma tarefa simples, visto que muitos historiadores preferem uma história de processos sociais em que a sociedade desempenha o papel do sujeito e muitos filósofos preferem um sujeito sem história. Isto não me impediu nem de usar o mesmo material que usaram certos historiadores sociais, nem de reconhecer a minha dívida teórica para com esses filósofos que, tal como Nietzsche, colocaram a questão da historicidade do sujeito” (FOUCAULT, 1993, p. 205).

Suas preocupações nesta análise “histórico-filosófica” do sujeito procuraram descobrir as práticas discursivas, institucionais e sociais que transformam os sujeitos em sujeitos. Foucault dedicou-se em apontar historicamente como as ciências ocidentais surgiram e tornaram-se universalmente válidas na constituição dos sujeitos, para esta metodologia analítica o autor deu o nome de “arqueologia do saber”.

Com isto Foucault problematiza uma “genealogia do sujeito” através de uma história arqueológica dos saberes e verdades dadas pelas ciências ocidentais. O autor trouxe a evidência determinadas articulações de técnicas e de discursos acerca do sujeito. Em sua defesa do que entende como o ser um exercício de uma “filosofia crítica que procura compreender as condições que não estabelecem limites, mas sim possibilidades indefinidas de transformar os sujeitos e de como estes se transformam, Foucault indicou certos tipos de usos de chamou de técnicas e tecnologias. Em suas próprias palavras, estas seriam:

“técnicas que permitem aos indivíduos efectuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem-se a eles próprios, a modificarem-se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante. Chamemos a estes tipos de técnicas as técnicas ou tecnologias do eu.” (Ibidem, p. 207)

Tais técnicas não seriam representadas puramente através de um Governo hierárquico, autoritário e absolutista. Este governar seria um modo de “difícil e versátil de complementaridade e conflito” que asseguraria a coerção além de sustentar a intermediação de processos pelos quais eu se constitui e se modifica por si só.

Em seus últimos anos, Foucault chegou a tecer uma autocrítica a respeito de seus estudos anteriores, entendendo que estes se preocupavam mais com as técnicas de dominação. Tais estudos, para ele, podem ter gerado uma compreensão de que o poder a tudo controla, impõe coercitivamente e até mesmo faz o uso da violência bruta. Para Foucault, as relações de poder seriam mais complexas e empregam técnicas racionais que se integram as tecnologias de coerção e das tecnologias do eu, ou seja, “*o ponto de contacto do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios*” (FOUCAULT, 1993, p. 209).

Foucault refuta a ideia de que exista um sujeito *a priori* que age de acordo com uma suposta essência humana que fora perdida ao longo dos séculos por meio de mecanismos de repressão e que bastaria o sujeito romper com estes grilhões para recobrar sua plena liberdade

e autonomia. As técnicas de dominação existem entre indivíduos e não somente a partir de um aparente poder político. Elas estão presentes em diversas relações de poder que fazem parte das relações humanas: *“há um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entres indivíduos, no seio da família em uma relação pedagógica, no corpo político”* (FOUCAULT, 2004, p. 2)

Outro conceito importante nos estudos de Foucault são os “jogos de verdade”. Estes podem ser indicados como a forma de uma ciência ou modelo científico são encontrados nas instituições ou nas práticas de controle. Em seus últimos anos, o autor buscou analisar não somente as práticas coercitivas que outrora existiam – manicômios, por exemplo – mas também a maneira como os sujeitos se inserem se relacionam nesses jogos de verdades que os procuram dimensionar e dominar. O olhar de Foucault, então, deslocou-se das práticas de dominação na construção dos sujeitos para uma analítica dos diferentes modos de subjetivação que levam em conta, nas relações de poder, a autonomia de cada um com base nas técnicas de si em relação aos jogos de verdade. Pois, para ele, nestas relações, o sujeito traz consigo diferentes formas de ser sujeito, como exemplo, o sujeito político, o sujeito cidadão, o sujeito sexual etc. Cada um deles com uma interferência dos jogos de verdades.

Este jogo de verdade está justamente presente nas relações entre os sujeitos e pode vir a dirigir as condutas do outro em qualquer circunstância. O que não implica necessariamente que nestas relações de poder o sujeito não possa ter autonomia, uma vez que este pode ser ativo e encontrar com os recursos dispostos em sua própria cultura maneiras que o permita ser assim.¹⁷ Ainda que as margens de liberdade sejam limitadas, há sempre alguma possibilidade de resistência. Para Foucault, só há relação de poder entre sujeitos livres. Se um for subjulgado, por uma violência extrema, que seja, não haverá relação de poder alguma:

“Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade. Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um

¹⁷ Quando questionado sobre sua possível mudança de problemática analítica em que os sujeitos eram tidos como “passivos” frente aos jogos de verdade e que agora passavam a ser sujeitos “ativos” nesta relação, Foucault responde: “Se é verdade, por exemplo, que a constituição do sujeito louco pode ser efetivamente considerada como a consequência de um sistema de coerção é o sujeito passivo, o senhor sabe muito bem que o sujeito louco não é um sujeito não livre e que, precisamente, o doente mental se constitui como sujeito louco em relação e diante daquele que o declara louco. A histeria, que foi tão importante na história da psiquiatria e no mundo asilar do século XIX parece ser a própria ilustração da maneira pela qual o sujeito se constitui como sujeito louco. E não foi absolutamente por acaso que os grandes fenômenos da histeria foram observados precisamente onde havia um máximo de coerção para obrigar os indivíduos a se constituírem como loucos. Por outro lado, e inversamente, eu diria que, se agora me interessa de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente.” (FOUCAULT, 2004, p. 8)

tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que Invertam a situação, não haveria de forma alguma relações de poder” (Ibidem, p. 277).

Citando exemplos de resistências segundo seu próprio pensamento, Foucault chega a realizar uma analogia com a história das mulheres. Para ele foram desenvolvidas, por parte das mulheres e ao longo da história, resistências cotidianas contra o chamado patriarcado. Ainda que possa parecer não aparente dentro de uma relação hierarquizada e há tempos instituída:

“ [...] sem dúvida muito esquemático, na estrutura conjugal tradicional da sociedade dos séculos XVIII e XIX, não se pode dizer que só havia o poder do homem; a mulher podia fazer uma porção de coisas: enganá-lo, surrupiar-lhe o dinheiro, recusar-se sexualmente. Ela se mantinha, entretanto, em um estado de dominação» já que tudo isso não passava finalmente de um certo número de astúcias que jamais chegavam a inverter a situação. Nesse caso de dominação econômica, social, institucional ou sexual, o problema é de fato saber onde vai se formar a resistência.” (Ibidem, pp. 8-9)

O exemplo dado pelo filósofo, nesta entrevista concedida em 1984, demonstra uma de suas características biográficas que foi o constante contato e defesa de movimentos sociais de resistência espalhados por todo o mundo. Em 1984 os movimentos feministas ocidentais se encontravam mais consolidados, principalmente em nações do hemisfério norte. No mesmo período, no Brasil as feministas já se espalhavam por diversos setores da sociedade, da política e setores acadêmicos. A luta contra os sistemas repressivos em relação às mulheres tomava cada vez mais espaços, sendo o caminho pela institucionalização uma das frentes mais defendidas.

Posto isto, as telespectadoras ao produzirem suas cartas com suas narrativas, suas indagações e pensamentos, buscavam de alguma maneira: estabelecer um diálogo (ainda que viesse a ser mudo) com alguém (Marta Suplicy); com seus pares que, de alguma maneira, se conectavam umas as outras através da “rede de sociabilidade”¹⁸ desenvolvida pela *TV Mulher*; ou até mesmo consigo mesmas num processo de autoavaliação. Uma vez apresentadas as novas mensagens e linguagens que tratavam da psique e da sexualidade das mulheres, o vislumbre de uma reconstrução/construção de si foi dado. Ainda que as intenções fossem de somente sanar dúvidas específicas (como por exemplo, a comprovação de suas virgindades antes de qualquer contato sexual com seus parceiros ou solucionar um caso de coceira vaginal), de desabafo ou até mesmo de contribuição numa rede interacional mediada por Marta, estas telespectadoras estavam sendo estimuladas a desenvolverem estratégias de subjetivação, ou técnicas de si como chamou Michel Foucault. A própria escrita de si, como também denominava Foucault,

¹⁸ Tratarei deste assunto nos próximos capítulos.

durante a produção das cartas já demonstra uma ação que de alguma maneira influía na construção do eu.

Em minha apreensão, os processos de subjetivações de Marta Suplicy e das telespectadoras e telespectadores estavam interligados, pois ao passo que a primeira ia se modificando e se adaptando o mesmo ocorriam os demais. As intenções de Marta frente aos papéis desenvolvidos por ela, como indicado através de suas próprias falas, eram as de transformar as mulheres brasileiras segundo seu ponto de vista terapêutico e feminista. Contudo, dado às circunstâncias dos processos de subjetivação de cada sujeito, os resultados foram distintos e particulares a cada um. Cada sujeito absorveu e colocou em prática aquilo que ele considerava mais proveitoso e/ou próximo a suas possibilidades de ação. O que não queria dizer, necessariamente, que fosse algo positivo ou negativo. A avaliação cabe segundo o prisma analítico de quem observa ou experiência a situação. Para Marta Suplicy os resultados não eram de seu total agrado, pois não haviam saído como o seu planejado. Porém, para os diferentes sujeitos que compunham seu quadro de telespectadores, os interesses e objetivos puderam ou não ter obtido sucesso. A questão relevante em tudo isso é a de que a liberdade de escolha e ação de cada um estava posta, haja vista a multiplicidade de efeitos provocados que estão registrados nestas cartas ao longo dos anos. A compreensão, usos, práticas ou as resistências deram-se no cotidiano de cada um que assistia ao *TV Mulher*. Mas como se podem ter ocorridos todos estes processos?

1.2 QUERIDA AMIGA MARTA

Durante a primeira parte desta pesquisa, além de trazer aspectos relacionados à produção das cartas enquanto documentos históricos, abordei alguns apontamentos e prismas analíticos em relação às fontes documentais, sendo eles: a escrita epistolar; as produções da escrita de si; a relação entre as missivistas e a apresentadora/psicóloga Marta Suplicy. Apresentei ainda o surgimento do Programa *TV Mulher* e algumas de suas características.

Nesta segunda parte, retomarei alguns aspectos tratados na primeira porém quero me atentar para outros ângulos reflexivos que estas missivas permitem-me discorrer sobre. O primeiro deles parte dos estudos pioneiros da micro-história ou os estudos indiciários propostos pelo historiador italiano Carlo Ginzburg.

A publicação da coleção de livros denominados "*Microstorie*", pela Editora Einaudi, entre os anos de 1981 e 1986, de autoria dos teóricos italianos Carlo Ginzburg e Giovanni Levi,

permitiu aos historiadores e pesquisadores de outras áreas correlatas novos paradigmas de análises historiográficas. Esta “micro-história”, ao chamar a atenção dos pesquisadores para pormenores antes negligenciados ou pouco tomados com atenção, trouxe uma nova teoria que indicava uma redução das escalas analíticas para que assim fossem levantados questionamentos e discussões outras que não aquelas costumeiramente eram realizadas até então. De fato novos paradigmas analíticos e “novas fontes historiográficas” já vinham utilizadas e propostas desde o advento da Escola dos Annales em meados do século XX. Todavia, a produção de estudos como *O Queijo e os Vermes* de Carlo Ginzburg em 1976, trouxeram novas gradações de olhares e investigações dos sujeitos.¹⁹

Inserida nestes arcabouços teóricos historiográficos, tomarei como ponto de partida as discussões propostas por Carlo Ginzburg no que o autor italiano chamou de método indiciário em sua publicação *Mitos, Emblemas e Sinais* (GINZBURG, 1989). Nesta obra o pesquisador italiano retoma os trabalhos realizados pelo historiador da arte Morelli no século XIX. Morelli buscava descobrir obras de arte falsas analisando pequenos detalhes como os formatos das unhas ou lóbulos das orelhas. Estes aspectos secundários, poucos notados, tidos como triviais ou sem aparente relevância para os olhares da maioria, configuravam para Morelli como indícios de falsificações. Remontando a partir método investigativo médico – a semiótica médica –, Ginzburg cita três figuras históricas que possuíam formação na área: o autor britânico Conan Doyle, o psicanalista Sigmund Freud e o próprio Morelli. Para o autor italiano, os três utilizaram cada qual em suas produções, o saber médico que parte da investigação indiciária de sintomas para detectar doenças e males físicos e com isso “*diagnosticar doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais às vezes irrelevantes aos olhos leigos.*” (Ibidem, p. 151) Os indícios coletados a partir de investigações e análises empíricas de variados fragmentos, era a metodologia utilizada por eles a fim de chegar a um apontamento mais satisfatório possível sobre determinado caso.

Comparando tal metodologia ao ofício do historiador, Carl Ginzburg afirma que a História permaneceu como uma ciência social *sui generis* ligado ao concreto, todavia, para ele o historiador ao analisar as produções dos sujeitos (individuais ou coletivos) utiliza como estratégia a comparação de uma série de fenômenos. Com isto, o historiador se aproxima do médico que utiliza “*quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E,*

¹⁹ Além de Ginzburg, pode-se citar autores como Walter Benjamin, Lucien Febvre, Michel Foucault, Fernand Braudel, Mikail Bakhtin, Robert Darton, Peter Burke entres outros (RODRIGUES, 2006).

como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjuntural” (Ibidem, p. 157).

Os estudos historiográficos, afirma Ginzburg que são realizados de maneira tangencial por busca, não há uma maneira de acessar o passado tal qual ele foi, mas há a possibilidade de reconstruí-lo a partir de seus “fragmentos”, “restos”, e “pedaços”. Assim sendo, a metodologia proposta por ele é a de remontar as histórias de um novo paradigma de pesquisa e análise de indícios e/ou sinais rastreáveis.

Numa linha de pensamento semelhante ao do pesquisador italiano, temos também as propostas analíticas do historiador francês Michel de Certeau que ao focar nas ações e apropriações cotidianas individuais ou nas “ações combinatórias coletivas”, buscar recompor uma determinada cultura. Em sua obra *Artes de fazer. A Invenção do Cotidiano*, Certeau nos chama a atenção ainda na primeira parte quando dedica seus ensaios ao “*ao homem ordinário*”. (CERTAU, 1998, p. 57) Para o autor os usos e os consumos de uma determinada cultura devem nos estudos de História Cultural partir das representações ou dos comportamentos dos indivíduos enquanto “receptores”, levando-se em consideração a “fabricação” que um deste faz. Esta “fabricação” se dá pelos usos e apropriações dos “consumidores” a partir do que lhes é transmitido e ofertado. A “diabólica indústria cultural” “*apesar de ser racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular*” tem que lidar, ou lida, com consumidores “*astuciosos, dispersos, silenciosos ou que invisíveis*” (Ibidem, p. 39).

Quando se consome “cultura” há diversas possibilidades de empregar usos aos produtos além daqueles visionados pela ordem social dominante. As apropriações devem ser levadas em conta, pois quem as produz não são os mesmos que as consomem.

Ao se referir aos sujeitos ordinários e suas práticas cotidianas, Certeau geniosamente os reconhece como sendo uma maioria silenciosa que desenvolve atividades culturais como não produtores. Atividades estas que não assinadas ou não legíveis, mas que são simbolizadas por estes “consumidores”. O que não quer dizer que são homogêneas, pois nestas “suas artes de fazer” há espaço para as margens de manobras que numa lógica de produção o consumo não se dá sem que haja tensões mas sim “*As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas*” (Ibidem, p. 45).

Certeau chama de “táticas” as ações cotidianas de consumo frente às “estratégias” dos pretensivos produtores. São práticas que visam toda uma adaptação daquilo que outrora fora

ofertado e “imposto”. As “maneiras de utilizar”, como denomina o autor, constituem-se como os modos como os populares utilizam os sistemas impostos de modo constituir resistências à lei histórica de um Estado de fato e suas legitimações dogmáticas. Ali elas criam ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. Neste jogo, abre-se espaço para vitórias dos mais fracos ante os mais fortes, pois:

“Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar refeições , etc.) são do tipo tática. E também de modo mais geral , uma grande parte das “maneiras de fazer” vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem, etc.) pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão de obra, simulações polimorfas , achados que provocam euforias , tanto poéticas quanto bélicas.” (Ibidem, p. 47)

O espanhol Jesús Martín Barbero ao pensar a cultura de massas e maneira como os sujeitos populares a consomem e se apropriam dela, entende que a cultura ao invés de tornar o lugar onde as diferenças sociais são definidas passa a ser o lugar onde tais diferenças são encobertas e negadas. Tal estratégia não ocorre por parte dos dominadores, mas sim como um elemento construtivo do novo modo de funcionamento da hegemonia burguesa. Uma integração constitutiva da ideologia dominante e da consciência popular.

Segundo Bárbero, a massa passa a ser entendida como:

“o modo como as classes populares vivem as novas condições de existência; tanto no que elas têm de opressão quanto no que as novas relações contêm de demanda e aspirações de democratização social. E de massa será a chamada cultura popular. Isto porque no momento em que a cultura popular tender a converter-se em cultura de classe, será ela mesma minada por dentro, transformando-se em cultura de massa” (BÁRBERO, 1997, pp. 168-169).

Com isto, a chamada cultura de massa passou a ser um espaço estratégico de hegemonia num processo mediação entre o “topo” e a “base” das classes sociais. Ao invés de submeter simplesmente, a cultura de hegemônica de massas passou a incorporar e a encobrir os conflitos e tensões entre as classes. A lógica mercantil de cultura e tecnicista, produziu um imaginário que assegura o consentimento dos dominados. Antigos sinais culturais identitários foram sendo absorvidos, deformados e mediados historicamente, integrando as demandas das massas ao mercado simbólico cultural:

“A cultura de massa não aparece de repente como uma ruptura que permita seu confronto com a cultura popular. O massivo foi gerado lentamente a partir do popular. Só um enorme estrabismo histórico e um potente etnocentrismo de classe que nega a nomear o popular como cultura pôde ocultar essa relação, a ponto de não enxergar na cultura de massa senão um processo de vulgarização e decadência da cultura culta.”(Idem)

Práticas cotidianas, sujeitos ordinários, produções e consumo de culturas hegemônicas e populares, mediação e apropriação. São questões chaves que trago para problematizar as telespectadoras amigas da *TV Mulher*. Quais eram os lugares simbólicos que este programava televisivo preenchia? Como ele fora gestacionado e como ele era recebido? Quais mediações ele podia estabelecer entre o que era produzido, reproduzido e o que era absorvido, utilizado e colocado em prática? Quais indícios, resquícios e fragmentos podem ser reconstituídos e lidos a partir das cartas?

Em um quadro comparativo, do mesmo período de estreia da *TV Mulher*, surgia na grande mídia através do jornal Folha de São Paulo, o suplemento *Mulher* em abril de 1982, sendo este publicado todos os domingos. Em sua primeira edição a editora chefe Sheila Lobato do Mulher esclarece que:

“Talvez você não saiba, a Folha é dos jornais diários com maior índice de leitura feminina. Diante disso, nós tínhamos dois caminhos a seguir. Ou acharmos que nossas leitoras estavam absolutamente satisfeitas ou que gostariam de ter um veículo específico. Seria uma pretensão muito boba, pensarmos que alcançamos a perfeição. Estamos só buscando. E, nessa busca, resolvemos fazer um caderno dirigido especificamente às mulheres. *Mulher* não quer ser, nem será, um suplemento feminino no sentido pejorativo do termo. Mas uma publicação que agrade gregas e troianas. Ou seja: teremos os temas ditos “femininos, mas com um enfoque mais atualizado – prático e viável. Porque sejamos emancipadas ou não, solteiras ou casadas, temos, sem sombra de dúvida, que arcar com nosso lado culturalmente feminino. Temos casa, filhos, ou simplesmente gostamos de saber das novidades, dos lançamentos, das dicas, da decoração, etc. O que não nos impede de discutir sexo, a econômica, o comportamento e uma montanha de outras coisas. Pois bem, *Mulher* se dispõe a isso.[...]” (MELO, 1982)

De maneira similar aos outros produtos da imprensa feminina, o *Mulher* abordava assuntos relacionados à moda, beleza, saúde, culinária, decoração, atualidades e até regras de etiqueta. Contudo, além do jornal almejar “inovar” ao abordar na grande imprensa assuntos que diziam respeito especificamente aos interesses mulheres, o *Mulher* também tratou de questões que ainda eram consideradas tabu como a sexualidade (através da figura da psicóloga Marta Suplicy), saúde íntima, pautas político sociais dos movimentos feministas, entre outros. O suplemento tratava também dos direitos legais das mulheres, tirando dúvidas e orientando sobre as possibilidades de ação. Esta mescla entre uma determinada imprensa feminina “progressista” a uma imprensa feminista, fazia parte de novo padrão editorial que segundo a editora Sheila Melo pretendia “*agradar gregas e troianas*”. O jornal pretendia, desta maneira, ir de encontro a um novo perfil de público de leitoras, mas sem deixar de cativar ou ao menos aguçar aquelas que há anos já estava habituado com outras publicações femininas.

Em sua primeira edição, talvez com a intenção de atrair ainda mais a atenção do público, do Suplemento trouxe em sua capa a atriz global Regina Duarte, que naquele período encontrava-se em destaque entre os telespectadores brasileiros por ter dado vida a personagem Malu do seriado *Malu Mulher*.²⁰ Também em sua primeira edição, Marta Suplicy, que também já fazia sucesso pelo quadro Comportamento Sexual da *TV Mulher* da Rede Globo, se apresentou como a colunista responsável por tratar do tema da sexualidade. O assunto inaugural escolhido por Marta foi a problemática do tão esperado orgasmo e sua relação com o amor.

O *Suplemento Mulher* enfrentou críticas logo em suas primeiras edições, por justamente adotar conteúdos típicos da imprensa feminina que insistiam em manter uma imagem idealizada e estigmatizada das mulheres: “belas, recatadas e do lar”. Porém, uma das marcas do Suplemento foi de manter uma linha firme quanto a não alterar o seu editorial. Em sua quinta edição, na seção cartas há a crítica de uma leitora que considerava que o suplemento “publicava mais dados referentes à moda e a culinária sem levar em consideração uma pesquisa de opinião de público”, a editora Sheila Melo rebate: “A pesquisa foi feita. Estes e outros temas surgiram. Há de se ter um equilíbrio. O jornal tem essa linha e não será obrigado a seguir outra.” (MELO, 1982).

Na ocasião do lançamento do Suplemento Mulher, o periódico feminista *Mulherio* não deixou de realizar críticas:

Cheira a bolor no “novo” suplemento semanal da Folha de S. Paulo” começa a coluna de Adélia Borges a respeito da primeira edição do suplemento, que continua sua crítica as matérias que ensinam a racionalização dos serviços domésticos – Entre os conselhos do que devemos fazer todos os dias, esta: “fazer o café da manhã” (que novidade!, “passar aspirador de pó nas salas e nos estofados” (e eu que não tenho aspirador nem estofados e só uma sala, o que faço?), “preparar o almoço”, mas veja bem, “só depois que o almoço estiver pronto é que deverá pôr a mesa”- as colunas de dicas de modas, beleza e culinária que são como “velhos anúncios classificados disfarçados de matérias jornalísticas” (MULHERIO, 1981).

Para Adélia Borges, o *Suplemento Mulher* da *Folha de São Paulo* se compara ao livro “*O Conselheiro Prático da Família Brasileira – Enciclopédia dos Conhecimentos*

²⁰ O seriado *Malu Mulher* (1979-1980) foi o primeiro produto televisivo destinado a um público feminino considerado como mais exigente, escolarizado e urbano. Nele, variados temas presentes no universo feminino de classe média, bem como nas rodas de discussões feministas, eram abordados de forma crítica e até mesmo politizada. Durante todo o seriado eram levantados assuntos como a desigualdade entre os gêneros, o casamento tradicional, o divórcio, a independência econômica e sentimental, a valorização e realização da mulher no mercado de trabalho, a violência doméstica, o homossexualismo e até mesmo o aborto (HEILBORN, 2011). *Malu Mulher* popularizou estas e outras questões feministas ao trazê-las publicamente com uma linguagem simples e de fácil compreensão. A personagem principal, Malu, representava o arquétipo de uma mulher de classe média altamente escolarizada: mãe, formada em nível superior, divorciada, independente, autônoma, além de amiga presente e ativista social.

Indispensáveis na vida Prática” editado em 1883 na cidade do Rio de Janeiro. A única que se salva para ela é Marta Suplicy por falar de vida sexual e afetiva “a partir do nosso ponto”. Adélia finaliza questionando se o Suplemento Mulher quer agradar gregas e troianas, como afirmou a editora Sheila Melo, “E eu, meu Deus, quem sou?”(BORGES, 1982)

A crítica feita pelo periódico feminista *Mulherio* evidencia o mal-estar que a imprensa feminina da grande mídia causava para os feminismos – a citar, por exemplo, revistas *Claudia*, *Nova*, *Marie Claire*, etc. – pois estas traziam em seus conteúdos e discursos que garantiam a manutenção de uma ideário do ser mulher e/ou que eram considerados “frivolidades”, como por exemplo os assuntos: “volumes dos cabelos”; “plantas para cada tipo de ambiente”; “usar o banco da melhor maneira”; “o que fazer quando alguém se perde no shopping”; entre outros.

Em linhas gerais, a imprensa brasileira buscou se adaptar a uma nova lógica mercadológica visando atender aos interesses do público feminino de então. Produtos midiáticos foram desenvolvidos especificamente para desenvolver “elas” e desta forma atender e atrair maior atenção dos anunciantes. Atender a demanda ao mesmo tempo em que, em uma lógica capitalista de mercado, se produz a demanda. Sugerem-se novas práticas e consumos e se amplia, difunde novas demandas, anseios, tendo em vista as mudanças sociais que foram surgindo com as diversas resistências, pressões engendradas pelos sujeitos – mulheres neste caso – com o passar dos tempos.

Em nível de exemplificação trago um relato de minha mãe, nascida em 1963 e criada no centro expandido da cidade de São Paulo. Ela se recorda de uma mudança de hábito do cuidado íntimo feminino que era a utilização do absorvente “*Modess*”, durante o ciclo menstrual. Presente desde os anos 30 na sociedade brasileira, o absorvente *Modess* da ® Marca Johnson & Johnson, e posteriormente outros, eram amplamente divulgado nos periódicos de público alvo feminino, como a *Revista da Semana*, *Jornal das Moças*, *Vida Doméstica*, *Fon-Fon*, *Querida* e também de grande circulação como revista *O Cruzeiro*.

Apesar de existir e ser divulgado na mídia há quase 40 anos, nos anos 70 o absorvente “*Modess*” não era ainda muito consumido pelas classes sociais proletárias e periféricas. Minha mãe relata que suas primeiras orientações quanto aos cuidados durante sua menstruação deveria ser o de utilizar os chamados “paninhos” (pedaços de tecidos/sacos de algodão) vulgo “Toalhas Higiênicas”, que eram reutilizadas após serem lavadas.

Comumente as campanhas de absorventes íntimos traziam anúncios, como por exemplo, “Ela é moderna, Ela sabe viver”. “A mulher moderna” para ser mais livre, ter mais mobilidade, conforto e adequação à moda precisava usar “*Modess*” (Que foi se modificando e ajustando ao longo dos anos para garantir maior conforto, segurança nos movimentos e assim evitar “vazamentos indesejáveis”, trazendo com isso um certo alívio e menor preocupação para as mulheres da época). Nos Anos 70, com a expansão televisiva e adequação do mercado publicitário, a propaganda do uso do absorvente se espalhou pelo Brasil. É ainda nos Anos 70, que surge uma nova marca no mercado brasileiro, prometendo maior fixação nas roupas íntimas (calcinhas), dispensando qualquer tipo de fixação, tais como alfinetes ou suspensório especial. Possuía fitas adesivas que evitava seu deslocamento, anatômico, de menor tamanho, uma novidade fantástica, prática na visão das mulheres o “*®Sempre Livre*”, foi divulgado pelas atrizes Marília Pêra e Malu Mader.

Voltando ao caso de minha mãe, suas lembranças são as de que as mulheres de sua família ou círculo social, ora sem instruções ou por desconhecerem as modernidades, ensinavam a ela, suas primas e colegas o uso dos “paninhos” ou “toalhinhas” – “nada higiênicas e desconfortáveis”, segundo ela – pois estes eram sem custos e de maior praticidade de serem encontrados. Todavia com o passar dos anos, tendo conhecimento maior e com o aparecimento de novas marcas e opções de preços, o famoso “*Modess*” tornou-se uma realidade de uso a ela.

A indústria contemporânea e a mídia, juntas, estimularam novos recursos, hábitos, cuidados e representações sobre o corpo feminino, num discurso de “modernização” burguês, ainda que estes pudessem trazer reais benefícios às mulheres.²¹ Os “sujeitos ordinários” eram cada vez mais estimulados a construir e reconstruir as representações subjetivas, os afazeres e usos dos de uma infinidade de produtos que eram divulgados cada vez mais graças à expansão da mídia e das telecomunicações nesse início dos Anos 80. Um dos projetos civilizatórios da Ditadura Civil Militar era “transformar” o sujeito em “cidadão ao passo que esse se tornava “consumidor”. Em outras palavras o sujeito sentia-se um cidadão, alguém integrante da sociedade e representado quando sua capacidade de consumo aumentava e quando as diversidades. Ser uma “pessoa moderna” era consumir produtos modernos, era se ver representado nas propagandas de rádio, jornais, revistas, televisão e outdoors.

²¹ Ver (SANTOS, 2015), (Ibidem2017).

Com toda esta relação produtor-consumidor e ou Estado – o sujeito não era conduzido de maneira autoritária, totalmente manipuladora, de cima para baixo sem que ocorram embates, tensões, diálogos e ajustamentos.

O golpe civil-militar de 1964 causou profundas mudanças na sociedade brasileira. Uma vez no poder e visando “modernizar” o Brasil, militares e apoiadores do novo regime trataram de colocar em prática ações que transformariam a política, a economia e a sociedade. Para tanto, pretendiam encaminhar a sociedade brasileira em direção de um modelo de desenvolvimento capitalista bastante específico como aponta Renato Ortiz:

“Tal modelo, geralmente descrito através de seus traços genéricos, concentração de renda, crescimento do parque industrial, criação de um mercado interno que se contrapõe a um mercado exportador, desenvolvimento desigual das regiões, concentração da população em grandes centros urbanos [...]” (ORTIZ, 1994, p. 81)

Assim, durante o pós-golpe consolida-se um novo mercado de consumo, simbólico e material, que colocará para o regime um novo conceito de modelo de integração nacional em torno de uma modernidade que seria capaz de deixar para trás um país “subdesenvolvido” e rural e transformá-lo em um urbanizado, industrializado que acabara de ingressar na Era mais avançada do capitalismo. Ainda segundo Renato Ortiz, a solução encontrada para esta noção de integração nacional foi a trabalhada a partir do pensamento autoritário de um “Estado de Segurança Nacional” que deveria estimular a cultura sob o controle do aparelho estatal: “A noção de integração, trabalhada pelo pensamento autoritário, serve assim de premissa a toda uma política que procura coordenar as diferenças, submetendo-as aos chamados Objetivos Nacionais” (ORTIZ, 1994, p. 82).

Desta maneira, a Ditadura Civil-Militar cria empresas e órgãos estatais responsáveis por diversos setores das diferentes esferas da cultura brasileira, sendo elas: EMBRATEL (1965); Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional de Cinema (1966); Ministério das Comunicações (1967); EMBRAFILME (1969); TELEBRÁS (1972); FUNARTE (1975). Os resultados são notados pelos dados das produções das diferentes áreas culturais: 3.951.584 de periódicos diários e 4.213.802 em 1960 para 1.272.901.104 diários e 149.415.690 não diários; 240 milhões de telespectadores em 1971, o que colocava o Brasil em quinto lugar no ranking mundial; de 50 milhões de espectadores de filmes em 1978. Na década de 70 o mercado brasileiro atingiu proporções internacionais sendo considerado o nono mercado no mundo em

televisão em 1975, o quinto em discos no mesmo ano e em publicidade o sexto em 1976 (Ibidem, p. 81).

Para Maria Rita Kehl, este projeto modernizador e de integração nacional pretendia unir as “subculturas” isoladas e distantes aos grandes centros produtores de cultura através de uma visão clara, ordenada e unificada. Desta forma, todo país partilharia desejos, símbolos e hábitos próprios de uma sociedade de consumo que possibilitariam uma evolução social justa que caminharia do inculto/despossuído ao aculturado/consumidor (KEHL, 1986, p. 170).

Durante o Governo Geisel, e sob a administração do Ministro da Educação Ney Braga, foi lançado um novo PNC (Plano Nacional de Cultura) que previa uma integração nacional através do desenvolvimento do país:

“A plenitude e a harmonia do desenvolvimento só podem ser atingidas com a elevação da qualidade dos agentes do processo que a integram. Uma pequena elite intelectual política e econômica pode conduzir, durante algum tempo, o processo de desenvolvimento; mas será impossível a permanência prolongada de tal situação. É preciso que todos se beneficiem dos resultados alcançados. E para esse efeito é necessário que todos, igualmente, participem da cultura nacional. Dessa verificação, resulta desde logo, a conclusão de que a Política Nacional de Cultura não se destina a uns poucos brasileiros, mas a todos os brasileiros [...]” (Ibidem, p. 172)

Porém, o plano desenvolvimentista promovido pela Ditadura Civil-Militar previa uma política cultural ligada à política de Segurança Nacional tutelada por um Estado autoritário, que seria responsável pelo apoio e estímulos necessários para o desenvolvimento econômico e cultural da nação. Caberia ao Estado fornecer os incentivos e abrir caminho para que o empresariado nacional fizesse chegar a todo país sua presença através de bens culturais simbólicos que estimulassem na mente de todos os brasileiros um sentimento de pertencimento a nação. O consumo destes bens serviria, então, como cristalizador de sonhos e promessas do chamado “milagre econômico brasileiro” promovido pela Ditadura Civil- Militar.

Nota-se, então, que o período da Ditadura Civil-Militar forneceu subsídios para um conciso avanço da produção, distribuição e consumo de bens culturais pela então crescente classe média urbana. Expandem-se, por exemplo, a consolidação e monopolização dos grandes conglomerados dos meios de comunicação de massa como a Rede Globo e Editora Abril (Ibidem, p. 83). Rádio, mídia impressa e televisão modernizam-se progressivamente adotando novas posturas e técnicas que visavam a uma melhor eficiência tanto da produção quanto do consumo.

A *TV Mulher* e o *Suplemento Mulher* citados nesta pesquisa indicam estes processos. Produtos para uma “nova mulher”. Mas produtos que só falem de moda, culinária, decoração e sentimentos e relacionamentos? Interlocutores que apenas reproduzem discursos hegemônicos e/ou homogeneizantes? Filmes e novelas que retratam apenas os perfis que atendem as demandas conservadoras?

Não proponho uma discussão analítica e ingênua de que não existam intenções manipuladoras que atuam de maneira tal e que não tenham por objetivos a manutenção de um *status quo* que perpetua o poder das classes dominantes, tampouco proponho refletir sobre as técnicas de mercado empregadas no Brasil dos anos 80, mas sim, o de evidenciar indícios e apontamentos de como sujeitos comuns se relacionavam com um determinado poder hegemônico (mídia), uns com os outros e consigo mesmos. Mais do que tentar destacar o “preto no branco”, busco entender essas aparentes nuances dos cotidianos presentes nestas cartas. As entrelinhas entre o dito e não dito.

CAPÍTULO – 2 USOS E CONSUMOS

Jesús Martín Barbero (1997), ao refletir sobre o processo de mediação entre as culturas populares e a cultura dita de massas/hegemônica, toma como exemplo os folhetins publicados desde meados do século XIX em diferentes países. Mais baratos, simples, populares, de massa o folhetim era considerado como um subproduto da mídia impressa. Não iam ao corpo dos jornais, narravam histórias do cotidiano e mantinham estreita relação com os leitores. Através das críticas, elogios e sugestões por cartas o rumo da narrativa podia sofrer alterações constantes. O público queria sentir uma maior identificação com que estava ali narrado, fantasiado. Os autores se infiltravam, passavam a conviver com o público e adaptar a ele, por isso a interação e reflexão da realidade:

“ A cilada de que não puderam escapar nem a crítica literária, nem a análise ideológica, por mais que se esforçassem para superar os trâmites semiótico, é ir das estruturas dos textos às da sociedade ou vice versa *sem passar pela mediação constituída da leitura*. Da leitura viva, isto é, daquela que as pessoas fazem a partir de suas vidas e movimentos sociais em que suas vidas se enredam. “Essa ausência na leitura da análise do folhetim exprime à direita e a esquerda, a *não valorização do leitor popular*, um procedimento que não leva em conta como sujeito da leitura”. (p. 178)

Partindo do exemplo dado por Barbero dos folhetins do século XIX, quais as relações do público da *TV Mulher* quanto ao que era apresentado? Como cada um se relaciona e interpreta os discursos de Marta? Assim como o folhetim, o programa televisivo era um derivado das impressas femininas, era mais acessível e voltado para um público amplo. As revistas femininas e a *TV Mulher* buscavam interagir com o público, tornando suas estruturas abertas, como no folhetim, através de suas publicações confundiam-se com as narrativas de vida seus públicos alvos. Predispunham o leitor a penetrar na narração, a ela se incorporando mediante o envio de cartas individuais ou coletivas e assim interferindo nos acontecimentos “narrados”. A estrutura aberta, o fato de escrever dia após dia conforme um plano que, entretanto, é flexível diante da reação dos leitores, também se inscreve na confusão da narrativa com a vida. (BARBERO, 1997, p. 181). Editores e diretores sabiam que ao receberem e atenderem o “*feedback*” do público, criavam a sensação da participação aumenta o número de leitores:

“Não estamos subsumindo as peculiaridades, as modalidades de comunicação que os meios inauguram, no fatalismo da “lógica” mercantil ou produzindo seu esvaziamento no magma da lógica dominante”. “Estamos afirmando que as modalidades de comunicação que neles e com eles aparecem só foram possíveis na medida em que a

tecnologia materializou mudanças que, a partir da vida social, davam sentido a novas relações e novos usos” (Ibidem, p. 191)

Barbero aponta ainda conceitos investigativos das comunicações de massa em relação a televisão assim como os textos, as produções cinematográficas e televisivas que também podem ser consumidas e analisadas através de seus gêneros. Os diferentes formatos narrativos podem indicar os diferentes modos que são lidos e consumidos. O usos da televisão dentro de um domicílio podem variar do local onde a televisão se encontra, horário e os produtos que são transmitidos, por exemplo, uma programa de entretenimento, um telejornal ou uma novela. Há ainda a possibilidade de se pensar em uso de classe desses produtos midiático. O autor, ao trabalhar o conceito de “massas” e massificação da sociedade contemporânea, busca aproximar o conceito ao popular e não algo, a princípio, puramente exterior à ele não tratando como algo próximo a posição folclorista, de algo autêntico e puro de um povo e nem tão pouco algo atrelado unicamente a concepção da dominação social das classes populares pelas dominantes, Barbero chama a atenção para uma compreensão de massiva para uma “infiltração conflitiva” do mesmo modo em que este “nesta sociedade, não é um mecanismo isolável, ou um aspecto, mas uma nova forma de sociabilidade” de massa, o sistema educativo, as formas de representação e participação política, a organização das práticas religiosas, os modelos de consumo e os de uso do espaço:

“Assim pensar o popular a partir do massivo não significa ao menos não automaticamente, alienação e manipulação, e sim novas condições de existência e luta um novo modo de funcionamento da hegemonia”. (Ibidem, p. 310)

Estabelece-se uma negociação e uma conexão entre o que “as classes dominantes” e poder hegemônico visam construir e perpetrar o que as classes dominadas visam consumir e aproveitar. Nesta relação está presente os conflitos, as contradições e as negociações. Vender o sexo é um novo mercado midiático aproveitado pela imprensa brasileira desde os anos 70, todavia esta “demanda gerada” veio de encontro quanto a:

“demanda espontânea” dos brasileiros que visavam o entretenimento e neste caso aperfeiçoar suas próprias sexualidades. Estímulos de ambos os lados. Barbero faz a analogia deste ato como um negócio, “a indústria apresenta certa distribuição dos espaços e dos gostos que a chave da inscrição do mercantil no cultural: um “sentido de negócio” que não se limita a lidar o espetáculo, mas na verdade chega mesmo a dar-lhe forma” (Ibidem, p. 315).

Estimula-se os sentimentos e as experiências. A construção de um sentido, uma sublimação: ler, falar, enunciar, aproximar. Partindo dos folhetins escritos e impressos, partimos agora para a oralidade. Cada uma possui uma origem que se imbricam, mas cada uma com sua característica, particularidades e sinais. Contudo, a palavra dita hoje é registrada em diferentes formas. É midiaticizada pelo rádio, televisão e internet e *“onde ela mesma se infiltra, ruído do corpo, torna-se muitas vezes a imitação daquilo que a mídia produz e reproduz.”* (CERTAU, 1998, p. 222)

Para Michel de Certeau, em uma linha comparativa que faço com Jesús Barbero com sua perspectiva de cultura de popular e mediação, a oralidade com toda sua bagagem ancestral dos diversos povos, permeia e compõe variadas culturas e tradições. Em delas é a própria escrita. A folha em branco é um espaço cartesiano de fabricação. Ao se colocar no papel palavras e pensamentos, parte-se de uma ação gestual a fim de construir um novo mundo. Formalização de algo, atuando em sua exterioridade: *“A ilha da página é um local de passagem onde se opera uma inversão industrial: o que entra nela é “um recebido”, e o que sai dela é um produto”*. Um construção de uma texto não deixa de seguir uma tradição de fabricação de objetos. (Ibidem, p. 226)

A cultura “burguesa escriturística” ao se distanciar ou estabelecer uma linha demarcadora com o popular oral, tradicional e não verbal, isolou-se em um novo poder. Um novo poder de fazer história fabricando linguagens. Excluindo aqueles que não a dominam em seus códigos. Um novo poder que hierarquiza através de tecnicismo. Este poder essencialmente escriturístico, não contesta apenas o privilégio do “nascimento”, ele também pode definir o código da promoção sócio econômico e domina, controla ou seleciona segundo normas.

Oralidade e escrita, se mesclam assim em um ato de registro e de comunicação que passa a ser mediado por diversos poderes em diferentes instituições, da escola à mídia.

Mesmo assim, esse poder escriturário que incorpora técnicas e linguagens próprias, traz aspectos das culturas tradicionais e populares orais. Estabelece uma ordem e conceitos seus, mas que outrora foram emprestados das tradições orais com suas narrativas míticas e de histórias do cotidiano. A *TV Mulher* trouxe para a linguagem televisiva esta imbricação entre o escrito e o falado. Valia-se de linguagens orais e até mesmo corporais para interagir com o público, mas também estimulava a participação escrita através das leituras de cartas de suas telespectadoras. Da história e da trajetória da história do rádio, que se valia apenas de recursos orais para seu comunicar com seu público e das revistas e jornais impressos que estabeleciam

comunicação com seus leitores através da escrita, a *TV Mulher* era um produto midiático idealizado para otimizar e incorporar todas essas tradições que eram direcionadas a uma diversidade de público. Das classes mais altas para as tidas como mais populares. Das universitárias intelectualizadas as analfabetas ou semialfabetizadas que de alguma maneira conseguiam ter acesso aos seus conteúdos. Como era o encontro de todas elas na *TV Mulher*?

2.1 REDE DE SOCIABILIDADE / NORMATIZAR PARA LIBERAR

Compreendo que o quadro Marta Suplicy exercia as mesmas funções de uma sessão de terapia coletiva, quase como um grupo de autoajuda de pessoas em busca de ajuda, desabafo, compartilhamento, empatia. Sua função e especialização de psicóloga clínica comportamental já indicam está conduta. A enunciação do fato, do acontecido, do caso, do problema desesperador da pessoa era conduzida de maneira individual mas projetada para o coletivo. Estabelecia-se assim, o que denomino de “rede sociabilidade entre os telespectadores”. Marta desenvolvia através de seu trabalho como apresentadora e psicóloga clínica uma condução pastoril das sexualidades – e demais assuntos que dizem respeito a constituição dos indivíduos – de suas telespectadoras “amigas”²² e pacientes, mas era no exemplo doutro que uma barreira era transposta. Era no registro escrito de uma carta própria ou de outra pessoa, que a telespectadora amiga poderia encontrar um alívio, um alento e a esperança de que de alguma maneira seu “problema” seria resolvido por alguém: a amiga Marta. Uma “amiga sábia” e “habilidosa”, que era comum a ela e outras amigas. Alguém experiente que dá atenção a ela e a milhares de outras semelhantes. Afinal, ela não era única.

“Prezada Dr^a Marta

Venho seguindo seus programas todos dos dias; pois eu tenho um problema de sexo: Eu já escrevi a senhora, mas não expliquei diretamente o problema.

Mas assistindo o programa eu vi que não sou a única com o mesmo.” (Osasco – SP, 9 de junho d 1980)

“Querida Marta a muito tempo queria te escrever mais não tinha coragem depois de ver varios problema igual ao meu foi que me deu coragem”(Caraguatatuba - SP, 25 de fevereiro de 1981)

“Marta

Oi tudo bom?

Sempre tive vontade de ter escrever a respeito de seus artigos “Folha” (Mulher), e hoje tenho que fazê-lo pois você pegou num assunto que tem me encucado muito.

(“Por que não unir prazer e amor?” 26/12/1982)

²² Marta Suplicy também relata ver com ressalvas as relações estabelecidas com suas telespectadoras. Em uma resposta a uma delas, de São Paulo, que a comparava com uma mãe, Marta responde aos cantos da carta enviada a ela: “Amiga, v. quer que eu substitua a sua mãe. Mas eu não sua mãe e v. tem q. lidar c. a mãe q. v. tem.” (Março de 1981)

Como você disse, os meios de comunicação têm tratado o sexo de forma a separá-lo de amor, colocando regras para um bom desempenho [...] Tenho 19 anos, e comecei a minha vida sexual com meu namorado atual, o _____, há menos de um ano.[...]" (São Paulo, 27 de dezembro de 1982)

“Querida Marta

Sou sua fã, estou aprendendo muito assistindo seu programa. Há algum tempo eu estou querendo escrever pra voce, mas sempre que eu resolvo eu vejo no seu programa alguém fazendo uma pergunta que eu gostaria de fazer e então eu aproveito as respostas dadas a essa pessoa que na maioria das vezes serve pra mim. Mas a pergunta que eu gostaria de fazer agora é masturbação.”

(São Paulo, 22 de junho de 1980)

A Doutora ou a Querida Amiga confidente, representava para muitas telespectadores uma figura de autoridade ou confiança na qual podiam falar coisas que ninguém mais poderia ouvir a não ser em um grupo de pessoas que passavam por situações similares e que estavam ali.

A tradição do registro em palavras, uma maneira trabalhada de ordenar os pensamentos em modelo de sociedade que visa estimular a síntese e a organização padronizada. Uma escrita efetiva visa transmitir uma ideia de maneira ordenada e objetiva. Os modelos educacionais liberais estimulam criação de corpos trabalhadores habilitados para cada função, desta maneira ordenar em um registro escrito uma lógica discursiva e ou saber questionar objetivamente algo era necessário para estas telespectadoras missivas. Afinal, o tempo de Marta e os tempos televisivos eram racionalizados. Como ser eficiente em minha escrita para solucionar meu problema? Há ainda todos aqueles que não possuem esse domínio de linguagem. A escritura se torna um princípio de hierarquização social que privilegia aqueles que tiveram o acesso à educação formal. Os poderes disciplinares postulam um público passivo, inerte e receptáculo de técnicas que os estimulam a consumir e a reproduzir atos e discursos calculados. Entretanto, nos ressalta Certau, a possibilidade de interpretação e leitura vai aumentando conforme descreve o poder da instituição que o controla:

“Hoje não há dispositivos sócios – político da escola, diz imprensa ou da TV que isolam seus leitores o texto que fica de posse do mestre ou produtor. Mas por trás do cenário teatral dessa nova ortodoxia se esconde (como já acontecia ontem), a atividade silenciosa, transgressora, irônica ou poética, de leitores (e telespectadores) que sabem manter sua distância de privacidade e longe dos mestres.” (CERTAU, 1998, p. 268)

A partir do século XVIII Foucault identifica diferentes técnicas que inovam no controle dos corpos que ficavam presos no *“interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, proibições ou obrigações”* (FOUCAULT, 1988, p. 126).

As novidades nos esquemas que tornaram os corpos dóceis estariam presentes nos controles que tratam o corpo como uma unidade indissociável e altamente detalhada e que exercem constante coerção que controla os movimentos, gestos e atitudes. Também foram alvos deste controle, elementos significativos que ditavam a eficácia dos movimentos e sua organização interna como a coação das forças:

“A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante que vela sobre os processos da atividade mais sobre seu resultado e se exerce de acordo com a codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade- utilidade, são o que podemos chamar de as “disciplinas” (FOUCAULT, 1988, p. 126)

Essas disciplinas, presente há tempos na sociedade, tornaram-se entre os séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação sobre os corpos. Esta “arte do corpo”, como denomina Foucault, visa não só do aumento das suas habilidades, mas também a formulação de mecanismos que o tornam obediente e útil: *“Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”* (Ibidem, p. 127).

Nascem, assim, corpos dóceis, disciplinados e submissos que aumentam suas forças (em termos econômicos de utilidade) e diminuem as mesmas em termos políticos de obediência. Tais forças coercitivas não nasceram do nada, foram se multiplicando e sendo geridas em diferentes origens e localizações, como em colégios, hospitais, organizações militares e prisões.

Através das técnicas de sujeição dos indivíduos nasce um novo corpo natural, comandado por movimentos e portador de forças e sede de algo durável. Este novo corpo treinado para ser útil, seria mais manipulado por autoridades do que por ímpetos animais.

Foucault, contudo, reconhece que o poder exercido nos corpos não é necessariamente repressivo, ele é tênue e por vezes estimulado, produzindo nos indivíduos efeitos no âmbito do desejo e na estimulação do autoconhecimento e do controle de si:

“Razão geral e tática que parece ser um por si mesmo: é somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos. O poder seria aceito se fosse inteiramente cínico?” (Idem, 1999, p. 83).

Deste modo, são desenvolvidas políticas que esmiúçam corpos e agem por meio de confissões, exames clínicos e psicológicos. De confissões da intimidade às análises, nascem discursos múltiplos que anseiam normatizar os indivíduos. Daí a necessidade de se inserir

técnicas de controle e governabilidade de si que passaram a determinar as práticas e os “usos corretos” dos prazeres e dos possíveis impulsos que são condenados pela sociedade.

Como já analisado, esta regulação da sexualidade através de discursos, técnicas, práticas e instituições será denominada por Foucault de “dispositivo da sexualidade”. Este dispositivo estará ancorado em quatro eixos principais e em quatro figuras alvos do saber-poder que serão: a mulher histérica, a criança onanista, o casal malthusiano, e o adulto perverso. (RAGO, TAVARDOVSKAS, 2014)

Já a *TV Mulher* representava para muitos telespectadores a oportunidade rara e até mesmo única de entrar em contato com alguns dos discursos liberalizantes presentes no período. Apesar da atuação de décadas anteriores dos meios de comunicação impressos e das mobilizações de diversos agentes sociais, era através da televisão (tão presente nos lares dos brasileiros e em muitos casos o único meio de entretenimento) que muitos brasileiros tinham o acesso a diversas informações.

O quadro *Comportamento Sexual* apresentado pela feminista e psicóloga clínica Marta Suplicy, permitiu com que muitas brasileiras (e brasileiros) pudessem vislumbrar a temática sexual sendo exposta, detalhada e debatida de uma maneira aberta e clara como antes nunca imaginada:

“Acabo de ouvir por intermédio, a leitura de carta de uma mineira como eu [...] e fiquei triste e contente ao mesmo tempo.

TRISTE por ver que há pessoas ainda que não evoluíram e nem querem.

Digo isso, por que ainda ontem comentava com meu marido sobre o meu despreparo para o casamento quando nos casamos, há 25 anos – e ele respondeu falando do dele.

E o pior é que não tínhamos consciência disso, naquela época. Hoje sofro muito, porque, embora meus filhos sejam maravilhosos, um com 23 anos [...] como o irmão de 19.

Mas eu sinto que eles, lá no fundo tem algum problema, resultado da educação castradora que lhes dei, achando que era o certo, super protegê-los. Além disso o mais velho foi mais infeliz por ter estudado sempre em classes masculinas o que o tornou inibido com as mulheres, de certa forma.

Se tivéssemos tido naqueles anos de 56/57 para cá um programa como o *TV Mulher*, com a orientação como a sua talvez as coisas tivessem sido melhores e estou certa que sofrimento teria sido evitado. O sexo quer queiram ou não é muito importante na vida da gente. E me sinto culpada pelos possíveis problemas que possam não ter remédio; que causei aos meus filhos, que tanto amo.

Fiquei CONTENTE de aprender com a senhora e encarar sexo como coisa bonita, humana e que foi por Deus, é claro.

E assim sendo, porque não dizer com franqueza e sinceridade, honestidade o que deve ser dito a respeito do sexo, para que no futuro haja menos gente como eu? Com sentimento de culpa, embora não pudesse dar o que não tinha não é verdade?

Deveria haver sempre esse tipo de informação, porque a gente aprende e tenta transmitir. Os mais jovens talvez possam entender que nossa orientação era boa, despreparo é que não é bom.

E com isso, que aprendam a ser felizes com o sexo vivido bem saudavelmente, sem complexos. O meu muito obrigada e abraços.

PS. Fico contentíssima de ver uma pessoa como vocês, responde uma carta com delicadeza com que você responde. Avante!” (São Paulo - SP, 15/08/1980)²³

“Querida Amiga,

[...] Meu problema é o seguinte:

Meus pais nunca me informaram nada sobre sexo e o pouco que sei aprendi com você “escondida”; pois minha mãe chega até a desligar a televisão no seu quadro veja só quanta ignorancia junta.

Minhas amigas até dão risada de mim quando sai algo sobre o assunto de sexo e ela percebem que eu não sei quase nada.

Eu tenho 16 anos e quando tive minha 1ª menstruação (até envergonho de dizer) eu pensei que eu tivesse me machucado. Fui até minha mãe com muito medo e ela me disse: - Isso é normal, você está menstruada pela 1ª vez e isso vai acontecer todo mês. Depois disso me deu um pacote de *modess* e nunca mais me disse nada, por ai você vê como eles são. Se eles descobrirem que eu escrevi para você, eu nem sei o irá acontecer comigo.”(Adolescente de 16 anos, Penápolis - SP. 30 de janeiro de 1981)

“Quando criança não tive nenhuma informação, pois quando perguntava alguma coisa a minha mãe, ela dizia – “quando você crescer mais eu te explico, agora você não vai entender nada”- e nunca mais se tocava no assunto”(São Paulo - SP, 8 de abril de 1981).

Quais seriam as possibilidades de intervenções e transformações nas vidas das mulheres através dos diversos canais da imprensa feminina em um período de transição para a sociedade brasileira entre as décadas de 70 e 80?

As críticas feitas à imprensa feminina são inúmeras: “conservadora, alienante, consumista, estereotipada, despolitizada” e mantenedora do *statu quo* (BUIIONI, 1981, p. 76).

²³ Rememorando sobre o impacto positivo que seu quadro televisivo teve na vida de seus telespectadores, Marta Suplicy recorda-se de um fato semelhante: “Um dia na fila do supermercado uma senhora me cutucou e disse - Olha, eu não suportava o seu programa. Mas eu ficava cozinhando, o programa ficava passando eu o ouvia. E eu comecei a achar que, puxa vida, se eu tivesse tido alguma coisa assim teria sido muito bom para mim. Aí passei a falar para as minhas filhas que elas tinham que assistir - Então eu não só ouvia coisas ruins, mas também coisas boas.”

Na análise Dulcilia Buitoni, ao evitar controvérsias e temas polêmicos sem tomar partido algum, a imprensa feminina “acaba por formar uma visão mitificadora da sociedade”.

Como qualquer produto da indústria de massa, as revistas femininas reforçam em suas páginas, segundo a pesquisadora, o individualismo e consumismo por produtos supérfluos. Para isso, vale-se de “armadilhas linguísticas” com formas verbais imperativas, aproximando-se constantemente do linguajar publicitário persuasivo que busca estreitar as liberdades de suas leitoras.

É evidente que para conquistar suas leitoras e consolidarem-se no mercado, os folhetins femininos não poderiam adotar discursos radicais que propusessem ruptura ou mudanças profundas no comportamento ou que ainda estimulasse grandes debates acerca dos temas feministas. A revista *Capricho*, por exemplo:

resistiu muito às mudanças que transcorriam a seu redor. Certamente ela não poderia ficar totalmente alheia a elas, sob o risco de perder público, mas a impressão que se tem é que sua opção foi manter-se, o máximo possível, distante do barulho que estava acontecendo “lá fora” (MIGUEL, 2012, p. 249)

Esta forma de lidar com determinados assuntos também foi seguida por outras revistas destinadas ao público feminino. Para sobreviver no mercado editorial eram necessárias reformulações e adaptações aos gostos e as tendências da sociedade vigente, não deixando, porém, de contrabalancear o tradicional com o moderno.

A *Revista Claudia*, por exemplo, contava com a feminista e psicanalista Carmem da Silva que contribuiu na difusão e na construção de um novo papel do gênero feminino, mais autônomo e seguro de si. Carmem defendia a ideia de que a mulher deveria integrar-se e relacionar-se melhor não só com os homens, mas também com toda a sociedade e com isso pudesse ser mais autônoma e deixar de viver sob a guarda de seus maridos. Casamento, infidelidade, divórcio, aborto, maternidade, orgasmo eram temas recorrentes em suas reportagens. Para muitas leitoras, entrar em contato com suas palavras era o mesmo que entrar em contato com muitas das discussões feministas que estavam em pauta no Brasil e no mundo na época. Nesse sentido, Carmem da Silva estabelecia uma mediação entre os discursos feministas de seu tempo com a realidade de suas leitoras.

Buitoni, apesar de concordar com as críticas feitas ao segmento, evidencia em sua pesquisa que mesmo servindo à cultura de massa e aos ideais de lucro, a imprensa feminina

serviu para democratizar os costumes (roupa, móveis, alimentação, pedagogia, saúde, lazer, etc.) ampliando oportunidades e conhecimentos que poderiam possibilitar uma transformação resultante em qualidade de vida para suas leitoras.

Jesús Martín Barbero acredita que nessa relação de mediação não há como deixar de analisar toda a bagagem cultural que grupos sociais, regionais, familiares, étnicos, de gênero, idades, etc. trazem consigo. Para o autor, a mídia – quando assim o deseja – ajuda a mudar os hábitos e os costumes ao transmitirem novos valores. Todavia, para entendermos as novas pautas e os novos valores propostos, devemos compreender as transformações pelas quais uma sociedade passa e com isso analisarmos as apropriações, recodificações e ressignificações que cada grupo em particular faz dos assuntos e temas mediados (BARBERO, 2000). No processo de subjetivação das informações que são transmitidas é necessário levar em consideração as assimilações e escolhas que cada um faz dos conteúdos recebidos.

Ao folhearem estas revistas, mulheres de todo o Brasil entraram em contato com discursos que contribuíram para a manutenção do ideário de mulher para o período, entretanto, também foi possibilitado o contato com novos discursos colocados diante de si: *“um leque de novas opções, opções estas construídas através das conquistas efetivadas por outras mulheres, militantes ou não, espalhadas pelo mundo”* (MIGUEL, 2012, p. 249).

Desta maneira, ao partirmos das mediações presentes nas relações entre emissores, receptores, canais de comunicações e de mensagens transmitidas, pode-se tecer ponderações a respeito das representações das brasileiras e os produtos midiáticos destinados a elas, pois além deste reforçarem estigmas sociais com relação ao “ser mulher” também ajudaram na difusão de novos padrões sociais que se estabeleciam e modificavam as lógicas e estruturas sociais vigentes.

Entre os anos 70 e 80 a sociedade brasileira vivenciou uma grande efervescência de movimentos sociais que pressionavam a sociedade e as autoridades por mudanças em questões que há tempos lhes afetavam negativamente. Grupos feministas e femininos demandavam por mudanças que resultassem em melhorias efetivas na qualidade de vida das mulheres brasileiras. Já a sexualidade do brasileiro liberava-se cada vez mais, ao passo que ganhava mais espaços para discussão entre diversos setores da sociedade e de segmentos da mídia.

Variados movimentos sociais com suas pautas e propostas faziam-se visíveis e em determinado ponto acabavam sendo apropriados pela mídia brasileira com seus diferentes

produtos como revistas, jornais e programas televisivos. Marta Suplicy, quanto ao momento de sua chegada à televisão, se insere neste período de demandas e transformações sociais.

Para a própria Marta Suplicy, a estreia de seu quadro deu-se em um momento em que a sociedade brasileira se encontrava em um “estágio de maior maturidade”:

“As mulheres tiveram um papel muito forte na história brasileira. Este foi um dos momentos maduros para discussões. As pessoas queriam liberdade. Mesmo que tentassem cercear, a sociedade não estava mais aceitando. Se fosse na Ditadura não teria como. Mas se fosse antes, também teria. Não era o momento, o tabu era muito forte. Nós quebramos tabus. Não entramos com passinhos pequenos. A porta foi arrombada a pontapé com aquele programa.” (Informação verbal)²⁴

“Jovem”, “casada”, “mãe”, “bem vestida”, “articulada”, “estudada” e que tratava de maneira clara, objetiva assuntos que concerniam à realidade cotidiana e a sexualidade das mulheres brasileiras, fez com que a profissional no comportamento e sexualidade ganhasse destaque na sociedade da época. Como psicóloga comportamental e feminista, Marta mantinha uma postura de “educadora” que pretendia produzir efeitos de verdades chegando a denominá-los em seu primeiro livro *Conversando sobre sexo* (1983) de “contra receitas”. Sua intenção era a de fornecer informações e orientações básicas quanto à sexualidade visando a ruptura de tabus, como por exemplo, a importância da não agressão a crianças que se masturbavam.²⁵

Como referência de um saber científico especializado, a psicóloga chegou a normatizar, em certos casos, as condutas de sujeitos que lhe assistiam semanalmente chegando a atribuir as mulheres uma categoria de identidade que as individualizava sob um signo de verdade. Divididas em diferentes estágios evolutivos, as mulheres poderiam partir da “Mariazinha” totalmente submissa, amedrontada, alienada e inerte, e ascender a “Maria” livre, independente e segura de si. Marta Suplicy assumia, assim, uma forma de poder que podia aplicar-se:

“à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.” (FOUCAULT, 1995, p. 235)

Podemos ponderar que no contexto histórico social do período, Marta Suplicy assumia este posicionamento pretendendo posicionar-se e fazer frente: aos estigmas sociais que

²⁴ Informação pessoal concedida por Marta Suplicy em janeiro de 2015.

²⁵ Reavaliando os enfrentamentos do período, Marta Suplicy afirma que: “Não foi um trauma. Foi abrir caminhos. Algo muito forte para a sociedade brasileira. Quebrou todos os tabus que existiam [...] Romper é isso. Poder falar. Eram temas que não podiam ser falados na mesa e que passaram a ser.” Informação verbal concedida por Marta Suplicy em janeiro de 2015.

envolviam as mulheres; os tabus sexuais vigentes; as inúmeras críticas que ela enfrentava cotidianamente de diversos setores da sociedade brasileira; e aos usos que considerava indevido e desvirtuantes que advinham desta “nova liberação” pela mídia brasileira.

Entretanto, ainda que partisse de um poder-saber em sua atuação, também podemos considerá-la como produtora de possíveis efeitos liberalizantes, uma vez que seus discursos estavam carregados de muitas das pautas feministas do período, sendo alguns deles: os direitos sociais básicos; a ruptura com a lógica machista e “patriarcal” da sociedade brasileira; a autonomia financeira e psíquica das mulheres; o direito e o controle pleno de seus corpos e sexualidade; entre outros. Como psicóloga e ainda como “amiga íntima” que fornecia conselhos e orientações sobre assuntos delicados que envolviam o cotidiano das mulheres brasileiras como sexo, corpo, família e sentimentos Marta tornou-se referência de confiabilidade para aquelas que ansiavam por mudanças em suas vidas.

Para muitos telespectadores, o programa *TV Mulher*, com o quadro Comportamento Sexual, representava uma rara oportunidade de entrar em contato com alguns dos discursos liberalizantes presentes do período. Apesar da atuação de décadas anteriores dos meios de comunicação impressos e das mobilizações de diversos agentes sociais, era através da televisão (tão presente nos lares dos brasileiros e em muitos casos o único meio de entretenimento) que muitos brasileiros tinham o acesso a diversas informações.

Em março de 1983, o Suplemento Mulher dedica sua edição ao Dia Internacional das Mulheres. Para uma de suas matérias, foram entrevistadas mulheres das camadas altas da sociedade – no Shopping Iguatemi – e as mais “comuns” no Largo do Pinheiros. Uma das perguntas realizadas era: “já ouviu falar o Dia Internacional da Mulher? feminismo?” Uma das entrevistadas então responde:

*Antes do Sr. não sabia não: agora sei. – 8 de março, né? Feminismo eu já ouvi falar na TV Mulher. Assisto o programa todo dia, mas não conheço Marta Suplicy, nem Irede Cardoso: conheço a Marília Gabriela e Ney Galvão.”*²⁶ (Helena Maria (54 anos; dona de casa; viúva; cinco filhos)

A fala desta mulher de 54 anos indica que as mulheres consumiam a *TV Mulher* de modos distintos, dados os interesses e usos que cada uma realizava. “Feminismo? Já ouvi falar na *TV Mulher*”. Importante destacar nessa fala também o fato de Marta Suplicy, apesar da possível pergunta do jornalista, não ter sido mencionada com espontaneidade, indicando que

²⁶ Feminismo, Dia Internacional da Mulher... Que é isso? Folha de São Paulo 6 de março de 1983.

seu “quadro polêmico” não era algo de tanta relevância para ela. Apenas os apresentadores Marília Gabriela e Ney Galvão foram lembrados de pronto. A referência sobre o assunto feminismo era assim o programa em si através de seus conteúdos e não a figura de Marta ou até mesmo a sua editora chefe Irede Cardoso.²⁷

Em um de seus últimos escritos, Foucault se propôs a analisar não o poder, mas a história das diferentes maneiras com que o ser humano tornou-se sujeito em nossa cultura. Uma de suas preocupações é de demonstrar que apesar das relações de poder estarem enraizadas no conjunto de redes sociais não há um “poder fundamental” que a tudo controla e domina. O que há são:

múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder. As formas e os lugares de “governo” dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros (FOUCAULT, 1995, p. 247).

Estas formas e estes lugares de “governo” são ainda exercícios de poder que consistem em “conduzir condutas”, ou seja, um agir sobre as possibilidades de ações de outros sujeitos. Segundo Foucault, nesta relação exclui-se um elemento de importância que é a liberdade. Uma vez que o poder é apenas exercido sobre sujeitos “livres” de maneira individual ou coletiva, os mesmos “têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer.” (Ibidem, p. 244)²⁸

Jesús Martín Barbero acredita que ao analisarmos a relação de mediação estabelecida entre os meios de comunicação e os diferentes grupos sociais, regionais, familiares, étnicos, de gênero, idades, etc. não podemos deixar de analisar toda a bagagem cultural que estes trazem consigo. Para o autor, a mídia – quando assim o deseja – ajuda a mudar os hábitos e os costumes ao transmitirem novos valores. Entretanto, para entendermos as novas pautas e os novos valores propostos, devemos compreender as transformações pelas quais uma sociedade passa e com isso analisarmos as apropriações, recodificações e ressignificações que cada grupo em particular faz dos assuntos e temas mediados (BARBERO, 2000).

²⁷ Irede Cardoso, além de editora do programa TV Mulher, tinha sido eleita como vereadora em 1982 na cidade de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

²⁸ Ver também o conceito de “dobras do poder” desenvolvido pelo filósofo francês Gilles Deleuze: (DELEUZE:1991)

No processo de subjetivação das informações que são transmitidas, é necessário levar em consideração as assimilações e escolhas que cada um faz dos conteúdos recebidos.

Assim sendo, não podemos deixar de ressaltar as possíveis apreensões e ações que cada sujeito poderia realizar a partir daquilo que assistiam e ouviam. Através dos diversos relatos de telespectadores observamos como cada um destes estabelecia a sua maneira, uma relação com a apresentadora bem como se apropriava dos discursos liberalizantes e normatizadores produzidos por ela. Estes telespectadores poderiam aceitar ou rejeitar, de maneira parcial e até mesmo completa, aquilo que lhes interessavam ou não de imediato. Em determinados casos as telespectadoras desejavam apenas solucionar problemas pontuais que enfrentavam em seu cotidiano, como por exemplo, comprovar aos seus parceiros a virgindade antes da primeira relação ou ainda a vontade de satisfazerem-se sexualmente e atingir o tão esperado orgasmo. Não desejavam necessariamente romper com a relação de submissão que vivenciavam em seus relacionamentos. Para elas bastaria à solução imediata destes problemas para alçarem a felicidade e normalidade em suas vidas. Ainda que estas telespectadoras reconhecessem e compreendessem a relevância das pautas feministas para suas vidas, as mesmas poderiam se apresentar distante de suas realidades ou eram colocadas em segundo plano.

Se nesta relação de poder, estabelecida entre a Marta Suplicy e as centenas de telespectadores, temos de um lado uma atuação liberalizante que poderia produzir efeitos de normatização, do outro temos liberdades individuais e coletivas que cada qual construía e agia segundo as possibilidades que lhes eram apresentadas.

Podendo ser inserida nos discursos pós modernos, a teoria feminista pode ser entendida como mais uma das dentro dos processos de regulação da sexualidade. Partindo dos postulados de Michel Foucault, a respeito da produção de discursos de verdades e da criação de dispositivos regulatórios, em especial a sexualidade, um dilema é instaurado pois *“ou se considera a teoria e pratica feminista como mais um dispositivo de poder sobre a sexualidade, desacreditando assim seu potencial libertário, ou se desata a articulação entre poder, conhecimento e verdade sustentada na análise de Foucault”* (SORJ,2019, p. 205).

Com tudo o que foi colocado até aqui, podemos resumir em algumas linhas que Marta Suplicy ao passo que liberava as mulheres e a sexualidade do brasileiro em um amplo aspecto, também normatizava. Tal questão é relevante para compreendermos as dimensões e limites dos discursos feministas do período. Faze frente a uma sociedade patriarcal e conservadora, fez com

que mulheres assumissem papéis que postulassem ditar comportamentos, rumo e pensamentos a respeito dos papéis ideais que as mulheres, e a sociedade a respeito delas, deveriam assumir. As receitas solicitadas e dadas, visavam auxiliar a construção de novas maneiras se “ser” e “fazer” mulher. Estas novas possibilidades buscavam trazer benefícios reais bem como sentimentos de bem-estar em relação aos seus corpos, suas sexualidades, suas relações sociais e aos seus sentimentos. Novas gerações poderiam a partir de então “vislumbrar” um novo caminho a ser percorrido, diferente daquelas anteriores as suas (minha mãe com os antigos paninhos das tias e vovós).

Superar os discursos totalizadores em favor de uma nova dinâmica feminista pós-moderna que visa perder “qualquer denominador comum diante da afirmação de infinitos particulares”. Com isso, favorece a proliferação de múltiplas identidades, de uma heterogeneidade ilimitada social. Deve-se renunciar à prioridade que confere a oposição binária feminino/masculino como organizadora da sociabilidade humana (Ibidem, p. 206)

Podemos pensar na subjetivação de centenas de mulheres de classes sociais diferentes, de regiões diferentes, de origens étnicas distintas, de idades variadas e com trajetórias e experiências únicas. Todas estas sintonizadas na *TV Mulher*, imaginando como algo em suas vidas poderia ser diferente e melhor.

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, com muita lucidez através de seus anos de pesquisas, adverte aos novos pesquisadores para os possíveis problemas gerados por produções que não se atentam para o fato de serem “totalizadoras e delimitantes com relação a uma história geral das mulheres” sem se levar em considerações as especificidades de sujeitos que vieram em suas próprias temporalidades com suas próprias experiências. Sujeitos plurais com identidades únicas.

“A crítica feminista torna-se, portanto contextual, histórica e conjuntural, atrelada ao tempo, o que implica, de início, uma atitude crítica iconoclasta que não aceita totalidades universais ou balizas fixas. Trata-se de historicizar os próprios conceitos com os quais se trabalha, tais como reprodução, família, público/privado, cidadania e sociabilidade, a fim de transcender definições, estatísticas e valores culturais herdados como inerentes à natureza feminina” (DIAS, 2019, p. 359).

Maria Odila, entende que antes de buscar compreender as mulheres sob um grande e único teto epistemológico de teorias feministas que levam em conta o papel da dominação masculina, deve-se focar na pesquisa e evidenciação da história das mulheres em suas práticas

cotidianas “*sobretudo os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres*” (Ibidem, p. 358).

O foco nas singularidades, ao mesmo tempo plurais dessas mulheres ordinárias em suas vidas que nos ajudam a remontar em uma grande trama como era ser mulheres nos 80’s. Os fragmentos como dessas missivistas/telespectadoras nos permite Conectar o passado e presente, ou nas palavras de Maria Odila, traçar “*uma ponte entre o presente e o futuro de modo que aos poucos, na medida da produção deste conhecimento novo, poder-se-á prever o escrutínio do vir a ser de mulheres diferentes daquelas que foram ideologicamente determinadas pela cultura*” (Ibidem, p. 359).

Ao se evidenciar as particularidades em relação à teorias/produções universalizantes deixa-se de explorar a diversidade dos papéis informais femininos. Ainda que existam projetos das elites dominantes, estes dificilmente coincidem com a vivência concretas dos sujeitos ordinários. Isto pressuposto, as mulheres “consumiram” o projeto ideal de mulher consumidora através das *TV Mulher*? Melhor dizendo, como Marta Suplicy trouxe em seu quadro vertentes dos discursos feministas do período e os foi ressignificando com as histórias e dúvidas que recebia? Como eram as apreensões e usos de seus discursos? Em minha dissertação, elegi dois temas que compunham alguns dos maiores volumes de correspondências dentro do acervo: virgindade e orgasmo. Esses temas são recorrentes na mídia impressa feminina há anos, o que pode demonstrar uma maior circularidade e relevância para as sexualidades das brasileiras e brasileiros, ambos os assuntos configuravam como grandes problemáticas que envolviam os passados e presentes das missivistas e com isto tornavam-se como peças chave para uma eventual solução de seus problemas emocionais e sexuais.

2.2 ME AJUDE, POR FAVOR! - VIRGINDADE E ORGASMO

A partir da década de 70, homens e mulheres configuravam um público que ansiava por respostas a suas angústias com relação à sexualidade dos “tempos modernos”. Proliferava-se pelas revistas masculinas e femininas discursos de psicólogos e médicos que incentivavam a buscar pelo prazer sexual. A liberdade sexual tornou-se sinônimo de seres saudáveis e felizes: “Nas revistas masculinas e femininas, as exigências em torno da família e dos filhos deram lugar aos prazeres sexuais e ao direito à busca do prazer” (NECKEL, 2007, p. 326).

Apesar de existir nos anos 60 as publicações de manuais sexuais voltados às mulheres, o interesse maior destes ainda era o de preparar minimamente a mulher para sua futura vida conjugal. O prazer sexual da mulher não era abordado publicamente como algo importante a elas. Já nos anos 70 a sexualidade feminina, que antes não era tratada publicamente como algo

importante, já que a maternidade e a família eram causas maiores na vida de uma mulher, também passou a ser abordada com novos olhares na mídia impressa brasileira. Agora brasileiras eram incentivadas a buscar o prazer e o orgasmo como formas de adquirirem a tão esperada liberdade sexual. Roselane Neckel (2007), destaca que apesar da “revolução sexual” e a liberdade sexual aparecerem nas revistas brasileiras as mesmas não eram divulgadas como possibilidades de escolha para as mulheres, mas sim como uma obrigação a ser sentida e pensada como foi culturalmente constituída para o homem.

A *Revista Nova*, por exemplo, foi uma das primeiras da imprensa feminina a trazer reportagens que tratavam diretamente do orgasmo feminino: “O orgasmo depende muito de você.” (Nova nº1, 1973), “Você gosta mesmo de você?” (Nova nº2, 1973); “Toda mulher (até a mais comportada), tem fantasias sexuais, isso é bom sabia?”. Dentro da proposta de ser útil as suas leitoras Nova buscava auxiliar e ensinar as mulheres a romperem com os tabus, controlarem seus corpos, compreenderem e decifram seus sonhos e anseios, gostarem de si mesmas e atingirem o orgasmo com seus parceiros. Reconhecer o próprio corpo e os próprios desejos, por meio das práticas e do cuidado de si postuladas por Foucault, era a maneira que a revista Nova e as demais do segmento feminino incentivavam suas leitoras a “compreenderem melhor” quem eram e assim corrigirem seus corpos. Os “especialistas do orgasmo”, com a autoridade de seus saberes científicos e discursos, entendiam que o clímax atingindo superaria problemas psicológicos que causavam a frigidez feminina e, desta maneira ter o orgasmo era o equivalente a possuir uma vida sexual saudável.²⁹

“Alguns termos e análises, até então reservados aos médicos e psicólogos, tornaram-se uma constante nas revistas. A frigidez, a impotência orgástica, masturbação, o autoerotismo, o prazer feminino e masculino, a fase ascensional, a plenitude sexual, as neuroses sexuais, maturidade sexual e sensual, indicavam a presença de uma nova linguagem até então restrita aos livros e aos consultórios de médicos e psicólogos, que colocaram à disposição dos leitores um rol de conhecimentos variados” (NECKEL, 2007, p. 326).

São muitos os relatos de telespectadoras como estas que acreditavam serem “mulheres anormais” possuidoras de um algum tipo “mal” que a impede de atingir o clímax. Esta vida sexual “imperfeita” não é somente uma fonte apenas de tristezas, mas também de angústias. Caso não consigam atender a “normalidade” que é atingir o orgasmo junto aos seus maridos (a quem sempre se mantêm fieis), pensam que podem ser trocadas por outras mulheres que o façam: “*sou casada há 7 anos e nunca consegui me satisfazer e atingir o orgasmo com meu*

²⁹ Ver: (BÉJIN, 1987a), (BÉJIN, 1987b).

marido fingi à êle esse tempo todo, ele só não percebeu porque nunca teve relação sexual com outra mulher [...]”.

Nesta perspectiva, em um período em que o discurso da liberalização da sexualidade está em voga bem como o discurso feminista de autonomia da mulher, a normatização da sexualidade das mulheres brasileiras exercerá influência ao afirmar não ser mais possível existir uma mulher que não sinta prazer ou atinja o orgasmo por conta própria ou por meio de suas relações sexuais. Em comparação ao “novo ideal de mulher”, estas mulheres se consideravam “doentes” em decorrência da “frigidez” que as tornava “anormais”. Segundo esta nova normatização, as mulheres para serem felizes devem gozar para satisfazer-se a si e/ou ao seu parceiro.

Marta Suplicy assumia uma posição crítica em relação as preocupações femininas e masculinas quanto à obrigatoriedade ou preocupação excessiva quanto ao orgasmo em uma época definida como sendo a “era do orgasmo” e de “libertação sexual”. A psicóloga rechaça a ideia de qualquer modelo imposto ou valorizado por uma sociedade que foque apenas em como o sexo deveria ser para ambos no quesito desempenho. Para ela a repressão pode estar presente tanto na proibição do exercício da sexualidade, quanto na obrigatoriedade do sexo ou no prazer centrado no genital.

Marta reconhece a existência de um poder normalizador presente numa sociedade que valoriza e exige cada vez que os indivíduos tenham experiências sexuais e sintam orgasmos: “*Não basta ser livre, precisa ser “orgásmica”*”. E o orgasmo ainda não pode ser à sua maneira. Mas de acordo com o último capítulo da revista tal.” (SUPLICY, 1983, p. 355)

Esta preocupação excessiva quanto ao orgasmo ditada pela “nova libertação” leva a uma desvalorização dos sentimentos e dos afetos que possam existir entre um casal:

“Observo que quando a liberação sexual ocorre sem a educação sexual as consequências podem ser desastrosas, com uma desconexão do sexo em relação ao amor, gerando “campeonatos” de atletismo sexual, a ideia de “normalização da sexualidade com obrigatoriedade de orgasmo [...] Em suma, promiscuidade e esvaziamento” (Idem, 1984, p. 213)

Em sua visão, o sexo só ganha sentido pleno quando relacionado ao amor entre duas pessoas. Um casal atingirá a felicidade em seu relacionamento somente com a superação de uma “fase de atração mútua” que dará lugar a uma interação mais intensa alcançada através da compatibilidade em relação à vida, religião, política, sexo e casamento entre ambos. Segundo

Marta, o prazer sexual é importante, porém secundário para se conseguir em uma relação do que a capacidade de estabelecer intimidade e amor:

“Se os indivíduos percebem-se complementares, muitas vezes não é algo que possam especificar, mas explicam como uma sensação de conforto e segurança junto com o ser amado [...] O sexo com amor propicia ao ser humano uma experiência de plenitude semelhante à da criança no ventre da mãe. Esta busca de unidade, inerente ao ser humano, é insaciável e só é encontrada durante o breve momento do encontro amoroso. O sentimento de transcendência, obtido na sensação de fusão durante o ato sexual com o ser amado, a experiência de não ser mais você e de se fundir no outro, talvez seja para o ser humano a experiência mais próxima de felicidade” (SUPLICY, 1984, p. 132).

Esta inquietação desmodera presente numa época da “liberação sexual” exercia para Marta Suplicy uma notória pressão em muitas pessoas que não se enquadravam nestes “novos padrões”. Certamente esta realidade não condizia com o cotidiano de muitos brasileiros que podiam estar inseridos em perspectivas sociais distintas. Por, trazemos o relato da telespectadora que, apesar de extenso, transmite um pouco esta tensão observada por Marta se relaciona ao que ela entende por ser a “obrigatoriedade” do sexo e dos prazeres e o distanciamento das relações afetivas:

“Querida Marta

Oi tudo bem? Gosto de você e por isso estou lhe escrevendo. Sei através da sua sessão na “TV Mulher” que você é uma pessoa inteligente e muito esclarecida. Admiro muito seu trabalho.

Mas esta carta não é apenas uma carta de elogios, nem tão pouco uma consulta para esclarecimentos sexuais. Esta carta é uma denuncia.

Marta, eu sou uma jovem de 22 anos, solteira, universitária. Como quase a maioria das moças de minha idade eu tive uma educação muito repressiva no que se refere a sexo. Tive alguns namorados, fui noiva e aos poucos fui aprendendo com a própria vida a liberta-me de muitos tabu e preconceitos que possuía.

Há dois anos rompi com um noivado por que a relação estava desgastada e desde então comecei a vivencia uma triste realidade. Os rapazes começaram a se aproximar de mim apenas por queria sexo.

Ora, o sexo é maravilhoso quando existe entre as pessoas se não o amor, pelo menos que o afeto, respeito e confiança.

Não existe sentindo em sexo desprovido de relação afetiva. [...]

Sabe Marta, o que de terrível nisso? Raciocine comigo: se há alguns anos atrás tudo era proibido para os namorados em matéria de sexo, tudo era feio, tudo era pecado, ou tudo “moça direita” não deve fazer isso (esse fato) se constituía numa verdadeira tortura. [...]

Porém atualmente a postura está no fato de que tudo é permitido ou em outras palavras todos devem fazer sexo. Se você namora deve fazer sexo com seu namorado, se você é noiva deve fazer sexo com seu noivo, se você tem um amigo deve fazer sexo com

ele. Veja Marta, se você não age assim você é considerada quadrada, você fica isolada ou sozinha. [...]

Agora e lhe pergunto: a liberdade sexual que tanto ansiamos por anos não está em uma forma de prisão, de tortura maior ainda que a repressão de anos atrás? [...] Marta, onde fica o amor ou pelo menos aquele encantamento, aquela magia que envolve as pessoas que se relacionam sexualmente?

Estou muito triste porque estou vendo e vivenciando que as pessoas estão se usando reciprocamente como latas de lixo ou como privadas, sei lá; os homens usam as mulheres como depósito de esperma e as mulheres usam os homens como fonte de orgasmo, apenas isso.

Bem Marta, esta minha denuncia. [...] É preciso falar, divulgar, alertar as pessoas, pois só assim chegaremos a um ponto de equilíbrio. Nem repressão, nem excessos. Equilíbrio com amor. [...]

Um grande abraço, querida. Muito obrigada e... deseje-me sorte” (São Paulo - SP, 4/04/1981).

O tema da virgindade gerava polêmicas na imprensa brasileira desde a década de 60, quando os movimentos sociais e feministas passaram a questionar opressões exercidas sob o corpo da mulher. Em 1963 a *Revista Claudia* decidiu realizar uma pesquisa, organizada pelo IBOPE, para saber a opinião dos homens a respeito de experiências sexuais femininas antes do casamento. Cerca de 70% dos entrevistados afirmavam que uma mulher só poderia manter relações sexuais após o casamento. Tempos depois uma nova pesquisa sobre o mesmo tema, foi feita pela IBOPE e pela *Claudia*, só que desta vez apenas as mulheres foram consultadas. Das cerca de 600 mulheres entrevistadas, 320 mulheres 38%, acreditavam que apenas os homens deveriam ter experiências sexuais pré-matrimoniais. Mas o número era bem inferior ao contingente masculino de 70%. Através de comentários feitos a partir de suas respostas a revista, as leitoras afirmavam que a virgindade da mulher possuía além do caráter religioso, o econômico, já que corriam o risco de ficarem solteiras.³⁰

Em 1971 a *Revista Realidade*³¹ publica a reportagem “*Ser virgem é muito importante*” na qual eram narrados o caso de uma jovem deixada pelo marido quando o mesmo descobriu que ela não seria mais “pura”. Em um novo noivado, relata submeter-se a uma cirurgia “reparadora de hímen” para não correr o risco de ser novamente rejeitada.³²

³⁰ Ver: (CAVALCANTE; MORAIS, 2003).

³¹ Em 1967 a revista *Realidade* já havia abordado o tema em sua edição especial dedicada as mulheres brasileiras através da de entrevista com duas mulheres com o tema “A mulher deve ser virgem ao casar?” (CAVALCANTE; MORAIS, 2002).

³² Ainda na década de 70 vigorava o artigo 219 do Código Civil brasileiro que previa a possibilidade de anulação do casamento caso marido não soubesse que sua esposa já havia sido deflorada.

Já mencionada, a reportagem também de 1971 da revista *Capricho* trouxe na seção *Sexo na Prática* a pergunta: “Até que ponto a virgindade é importante para a felicidade da mulher?”. Apesar de afirmar na reportagem que cada mulher é dona e responsável pelo seu corpo, não deixa de advertir suas leitoras sobre as dificuldades que poderão encontrar para casar caso optem por perderem suas virgindades, tendo em vista a importância que a pureza ainda representa para os homens:

“A grande maioria dos homens brasileiros quer para esposa uma mulher virgem, pois isso representa para eles a confirmação de tudo o que aprenderam como “certo”. Embora a virgindade não seja o retrato da honra e da dignidade da mulher, o fato é que quase todos os homens dão a ela enorme importância. E isso deve ser encarado conscientemente pelas mulheres, sabendo que, sem a virgindade, o casamento poderá ser mais difícil” (GURGEL, 2010, p. 98).

A partir dos depoimentos e questionamentos das telespectadoras do *TV Mulher*, podemos notar que virgindade demonstrava ser ainda quesito relevante para muitas brasileiras que possuíam perspectivas de matrimônio. A perda ou “violação acidental” do hímen gerava grandes aflições às mulheres. O sangue virginal e a vagina estreita ainda dividiam o sexo feminino entre possíveis boas mães e esposas daquelas consideradas mulheres fáceis e promiscuas. O medo que sentiam por acreditar não serem mais puras, causada tormentos a mulheres que pretendiam ter “seu final feliz” casando-se com seu marido ideal.

“Aos me digiri a esse programa eu procura mais uma vez a resposta para um problema pra min muito grave não se pode ser até da minha cabeça Marília no envelope vai um porque assunto muito pouco ao programa por falta de tempo[...] Meu problema e o seguinte eu peço a voce se possível que ponha esta carta a senhora que fala sobre educação. sexual tenho 18 anos estou noiva e isto mi pertuba ja fui duas vezes a uma ginecologista antes ela falou era uma coisa muito pequena isto não ia muda nada a minha vida na 2º ela falou que sou realmente tenho medo quando mais jovem eu e minha migas nos masturbavam com os dedos essas minhas amigas ja ate casaram como manda o figurino eu estou aqui com minha duvidas eu botei com os dedos mais e um dedo só séra que isso acabo com a minha virgindade de tenho um pequeno furo enrrolei esse papel em meu dedo pra dar grossura da ponta do meu dedo que o inicio é assim com essa largura depois não vai o dedo todo [reprodução em linha horizontal com cerca de 5,5 cm] não fica todo esse tamanho dentro só a metade [em vertical com cerca de 1,5 cm]

Abraço a essa pessoa maravilhosa que a senhora é meus agradecimentos tanto a senhora como todos deste programa maravilhalla

Por favor não fala sobre min diga assim nome e endereço tenho pessoas conhecidas que assistem ao programa não quero que saibam desse meus grilos vou aqui ficar aguardando sua resposta por carta e só dizer que sou eu não basta pra mim. Essa ginecologista como disse na 2º vez min confirmo que sin mais não contei pra ela com foi conto com mais uma pessoa da mesma formação pra meu caso min ajude por favor tenho tanto medo já penso si eu caso no dua seguinte tenho que anular esse casamento antes não casando ou falando sobre antes com meu noivo mais uma vez meus agradecimento a voces desta linda equipe e espero a resposta esclarecendo minha duvidada

Abraço especial a dotora que fala sobre esses problema”(Posse - GO, 7 de abril de 1981).

Apesar de ter se consultado com uma médica ginecologista por duas vezes, a jovem de dezoito anos decide recorrer à ajuda da “doutora que fala sobre esses problemas [sexuais]” no programa *TV Mulher* para pôr fim a uma dúvida que muito lhe aflige: a possível ruptura de seu hímen em decorrência da masturbação. Comparando-se a suas amigas que já se casaram “como manda o figurino”, a telespectadora teme ter que anular seu futuro casamento a partir do momento em que seu noivo descobrir que ela não possuiria mais seu hímen e sua virgindade.

“Marta eu gostaria que você lêsse esta carta no dia 12 ou no dia 19 de novembro porque eu estou de férias e depois volto a trabalhar.

Marta eu acho o seu programa muito bom porque voce já esclareceu muitas dúvidas que eu tinha sobre sexo.

Mas eu estou com um problema e ando desesperado, e se for possível eu gostaria que voce me ajudasse.

Eu namoro um moço já faz três aos e nós estamos pensando em nos casar, mas ele quer que eu prove a ele que eu sou virgen e antes do casamento, eu nunca tive relação sexual.

Mas o meu problema é que quando eu era menina aos 13 anos eu introzi um objeto na vagina, e o tempo foi passando e eu fui aprendendo muitas coisas sobre virgindade, e daí eu achei que não era mais virgem, e por isso ando sem saber o que fazer pois acho que não sou mais virgen.

E eu eo meu namorado estamos para ficar noivos em dezembro eu já pensei até em romper o noivado, porque ele disse que não casa sem ter a certeza que eu sou virgen.

Eu estou com 20 anos e ele esta com 21 anos, por favor me ajude a encontrar uma saída pois não quero ficar na pior depois da minha primeira relação sexual, me ajude a resolver esse problema. Atenciosamente agradeço.

Um abraço.”(Cerqueira César - SP, 3 de novembro de 1982)

Novamente uma jovem telespectadora recorre à Marta Suplicy para questionar se a introdução de algo em sua vagina configura a perda de sua virgindade, o que acarretará o fim de seu relacionamento com seu possível futuro marido. A “prova da virgindade” ainda configurava como exigência básica para homem levar adiante seu relacionamento com uma mulher.

“Presada Marta

Sou ouvinte do seu programa gosto de tudo que você falando tudo claramente.

Marta o meu problema é muito complicado. Tenho 22 anos sou casada a seis anos e sou mãe de três filhos.

Nunca faltou nada para mim nem para os meus filhos mas acontece que eu não me sinto feliz, eu sinto que falta alguma coisa para completar mas eu não sei o que é.

O meu marido e muito bom, mas nunca me faz um carinho e quando tenta fazer eu me afasto, os seus carinho me irrita eu não sei porque, na verdade eu gosto do meu marido mas me sinto distante dele.

Quando nos começamos namorar eu me sentia diferente mas depois de uns meses ele começou a perguntar se eu era virgem eu disse que sim. Mas ele não acreditou e pediu para experimentar, como era quase uma criança e gostava dele eu deixei.

Eu não sei porque não sangrou , e ele começou a dizer que eu não era mais virgem. E isso me magoou bastante porque eu nunca tive relação com ninguém a não ser com ele.

Marta eu peço por favor para você me esclarecer, se o fato de não sair sangue na primeira relação significa não ser virgem.

Já se passou seis anos e eu ainda não consegui tirar isso da minha cabeça.

Por favor me responda breve.

Eu peço para não dizer o meu nome e se for possível nem a cidade que eu moro.

Não me deixa sem uma resposta a seis anos que eu a espero.”³³ (Perdeneiras - SP, 29 de abril de 1981)

“Querida Marta Suplicy

Peço a você que não revele o meu nome.

Marta, tenho 18 anos, sou casada a 2 anos, e tenho uma filha de 6 meses.

Estou com um grande problema, tive minha primeira relação sexual com o meu marido, que ainda não eramos casados.

Nesta primeira relação não sangro, daí começa o problema.

O meu marido disse que eu não era virgem.

Em fim nós casamos e até hoje estou esse problema.

Marta é possível a gente ter a primeira relação sexual e não sangrar, apenas sentir muita dor e o pênis entrar pouco?

Desde já agradeço.”(São Paulo - SP, 10 de setembro de 1982)

Estas três telespectadoras relatam a mesma situação conflituosa com seus maridos: a acusação de não serem mais virgens. A ausência de sangramento após a primeira relação sexual configura para os parceiros a mentira de esposas quanto a suas virgindades. Uma vez casados, sentem-se lesionados e enganados. As pressões que então surgem as fazem sentirem-se

³³ Resposta de Marta Suplicy: “Você sabe que era virgem se já não teve relação com ninguém [ilegível]. Porque então não crê na sua [ilegível] e se contente com isto? Nem sempre ocorre o sangramento. Outra [ilegível] com relação você se irrita com seu marido não aceitar ficar perto. Podem ser várias coisas: 1- Conflito – [ilegível] quer intimidade; 2- você coloca o problema na virgindade mas dá entender que talvez você esteja falando de falta de confiança entre vocês dois. O que a afasta. Converse sobre isso com seu marido.”

deprimidas, uma vez que não faltaram com a verdade. Buscando uma solução, questionam sobre a possibilidade da não existência do o sangue virginal durante a primeira relação.

Marta Suplicy trata do sexo sob dois aspectos: o fisiológico e o psicológico. Para ela, a relevância dada ao hímen é apenas psicológica e cultural, já que sua função fisiológica é desconhecida até então. As preocupações de telespectadoras, como as relatadas, constataam a preocupação que as mulheres tinham em prestar contas do próprio corpo. Como símbolo e prova de “virtude”, o hímen serviria como atestado de honestidade ou ainda para diminuir a ansiedade dos homens quanto ao seu desempenho, pois não teriam que se preocupar com comparações (SUPLICY, 1983, p. 75)

Marta, então, questiona por que as manipulações feitas pelos homens quanto à “importância psicológica” do hímen foram e ainda eram aceitas pelas mulheres:

“Um dos aspectos que me ocorre, e devem existir outros, é que a mulher ganhou (!) com a invenção da preciosidade do hímen um objeto de barganha. Isto é, ela passou a ter algo para negociar. Em sociedade onde a mulher não tem outro recurso econômico, a posse do hímen (inato) a fazia possuidora de um bem imediato. Em sociedade onde a mulher usufrui maior igualdade econômica com os homens, a necessidade de se tratar ou de se valorizar como objeto a ser negociado – quanto mais novo, sem uso, bonito e utilizável tem maior valor – diminui.” (Ibidem, pp. 75-76)

A necessidade de se comprovar a virgindade por parte das mulheres e, a constante desconfiança por parte dos parceiros, faz com que o casal vivencie dificuldade que acabam gerando magoas e raivas de um ou de outro. “O que sobrar de desse relacionamento?” Questiona Marta Suplicy. Enquanto o homem não é questionado quanto a suas experiências sexuais (quando mencionadas, são para valorizar a sua virilidade) a mulher é levada a prestar satisfações aos usos que dá ao próprio corpo: “O que realmente importa, a honestidade como pessoa, sentimentos, respeito que tem por si mesma e pelo companheiro etc. não entra em questão.” (Ibidem, p. 80).

“À TV Mulher

Sou policial militar casado há 6 anos. Tenho 4 filhos. Desde que me casei tenho um problema na vida, pois, no primeiro dia que fui manter relação sexual com minha Esposa, ouve penetração total do penes, sem nenhuma dificuldade.

A esposa sempre afirma que jamais manteve relação sexual com outro, mas um copo não pode quebrar sem algo o toque.

Gostaria de esclarecimento para esse problema.

Atenciosamente.

Lucio.”(Minas Gerais, 6 de fevereiro de 1981)

Apesar de longa a citação da resposta dada a este telespectador por Marta Suplicy, a daremos para que possamos compreender e analisar seu discurso a respeito do tema:

“Sr.,

A sua pergunta requer uma explicação física e uma reflexão. Vamos à parte física primeiro.

O não sangramento quando da primeira relação não constitui evidência de a mulher ser virgem ou não. Se a mulher não tem hímen (é raro mas ocorre) ou existe um orifício muito amplo e o hímen tem a orla bem estreita, ou a mulher possui hímen complacente é um dos motivos pelos quais pode não ocorrer sangramento.

No caso do hímen complacente, que poderia ser ou não o da sua esposa, pode não haver o rompimento, daí não sangrar e a penetração ser fácil, pois as fibras que compõem esse tipo de hímen são mais elásticas e cedem. [...]

O senhor coloca “um copo não quebrar sem algo o toque”. Temos observado que mais frequentemente a mulher é tratada como se fosse um objeto, às vezes, até semiprecioso, do que valorizada como ser humano. Seu valor está relacionado com propriedades mais características de objetos do que de pessoas [...] Objetos é que não tem valor intrínseco. Valem pela sua beleza e utilidade. Quanta coisa o senhor está esquecendo quando vê como problema a existência da virgindade. E o relacionamento afetivo? E o que é como pessoa? “ (SUBLICY, 1983, pp. 76-77).

O questionamento deste telespectador e a resposta dada a ele demonstram que a presença de Marta Suplicy na televisão brasileira representava uma nova perspectiva de mudança quanto a sexualidade e a mentalidade de homens e mulheres quanto aos seus corpos e papéis sociais para muitas brasileiras. Ainda que fossem normatizadores, representavam uma maneira diferente de desenvolvimento dos sujeitos em uma sociedade marcada pelos contrastes misóginos, moralistas, racista, classistas entre outras práticas e mentalidades opressoras e segregacionistas.

CAPÍTULO – 3 O ABORTO & OS DIREITOS REPRODUTIVOS

Até a atualidade a palavra aborto causa desconforto em muitas pessoas que julgam a questão espinhosa demais por se tratar de um assunto tabu para a moralidade conservadora de matriz cristã. No Brasil o assunto surge em um momento em que o país enfrentava uma Ditadura Civil Militar autoritária que cerceava diversos direitos básicos dos cidadãos. Movimentos sociais de oposição a Ditadura lutavam pelo reestabelecimento da democracia, pela igualdade e pelos direitos básicos que assegurassem melhor qualidade de vida aos cidadãos. Combatia-se um Estado repressor com todas as suas desmazelas sociais. Muitas das feministas nos anos 70 participavam desses movimentos contestadores ao lado de seus companheiros de luta. Isto não as impedia, contudo, de propor suas próprias demandas junto às demais causas.

A emancipação das mulheres quanto aos sistemas de repressão foram gradativamente sendo inseridas nas agendas dos movimentos sociais. Se por um lado se combatia a Ditadura Civil Militar, o aparato legal criado por ela, a desigualdade social, a ampliação dos direitos básicos, a valorização da classe trabalhadora, etc. por outro as feministas também requeriam, por exemplo, que a sexualidade e saúde da mulher também fossem discutidas e defendidas. Lutar por um Estado democrático e mais igualitário também era lutar pelos direitos das mulheres. Estes e outros assuntos foram engendrados através do contato dos movimentos de mulheres brasileiros com os movimentos feministas presentes em países que vivenciavam outros contextos sociopolíticos – com destaque para os países do hemisfério norte. O contato de algumas mulheres com feministas de outros países e com o retorno da ex-exiladas, as pautas de lutas das mulheres de outras sociedades passaram a serem debatidos também no Brasil:

“a liberação do aborto era uma reivindicação nacional, encabeçada pelas feministas com o apoio dos partidos comunistas e socialistas. A esquerda mantinha uma atitude de solidariedade para com os exilados políticos: estudantes e exiladas foram acolhidas pelos movimentos de libertação da mulher e puderam participar do debate no interior das esquerdas. Dessa maneira, o feminismo brasileiro dos anos de 1970 desenvolveu-se no interior da esquerda militante. Foi um contato com o feminismo francês que as brasileiras encontraram o contexto ideal para elaborar seu próprio feminismo” (M.L.Q. de MORAES apud RAGO, 2013, p. 154).

Com retorno e em solo brasileiro, muitas destas mulheres começaram a atuar de maneira engajada nos movimentos sociais e de mulheres já atuantes. Ainda assim, a inclusão deste e de mais temas, como a sexualidade, não ocorreu sem embates e questionamentos. Com variados flancos abertos em um processo de abertura política de e redemocratização conduzida por aqueles que detiveram o poder até então, os enfrentamentos ideológicos por aqueles que se

propuseram discutir e até mesmo liderar os movimentos se fez presente. O relato da feminista Amelinha Teles é emblemático sobre este período e sobre os papéis desenvolvidos pelas mulheres:

“As feministas devem ou não defender os direitos sexuais das lésbicas? E o aborto, devemos ou não tratar dele? As feministas devem priorizar as lutas operárias? Devem ir para os sindicatos? Ir para os bairros ou para os sindicatos? Se as mulheres sofre discriminação como ficam as lutas de classe no movimento de mulheres? Os dilemas da esquerdas se entrelaçavam no incipiente feminismo brasileiro.” (TELES, apud RAGO, 2014: 129)

Apesar disso é a partir de meados de 1970, com a publicação e debates acadêmicos a respeito da saúde da mulher e o planejamento família que o aborto é discutido publicamente tornando-se tema relevante para os feminismos com a chegada de 1980:

“A luta pelo direito ao aborto no Brasil tem em seu cerne radicalidade da contestação contra a interferência do Estado no corpo feminino, contra o disciplinamento moral e religioso que se impõe sobre esse mesmo corpo por parte dos segmentos religiosos e contra o moralismo da sociedade em geral e de setores de esquerda, em particular, que viam na questão do aborto um viés diversionista e pouco relevante socialmente” (BARTSTED, 2019, p. 180).

O debate ao longo dos anos oitenta estava articulado a outras questões e discursos que lhe davam legitimidade. Entre eles o direito ao corpo é o que melhor o sintetiza, mas a saúde da mulher também se coloca ao lado como questão matriz. Evitar a morte e as sequelas de abortos clandestinos, era uma das bandeiras dos movimentos feministas do período. Estas questões também evidenciavam as disparidades de classes e étnicas, já que as mulheres pobres e negras, as mais dependentes do Estado para cuidarem de suas saúde, eram as maiores vítimas. Mais do que oferecer assistência quanto a interrupção de uma gestação indesejada, estavam em pauta as demandas por políticas públicas a respeito da implementação de um sistema assistencial a saúde integral da mulher, que lhe possibilitava receber orientações e ter acesso a serviços e métodos contraceptivos que diminuíssem a incidência da interrupção da gravidez, ou seja, escolher ou não gerar uma criança. Bartsted aponta como antecedentes: especificidades dos movimentos feministas brasileiro de segunda onda; as discussões promovidas a nível internacional com relação aos direitos reprodutivos das mulheres; quais temáticas bandeiras de lutas deveriam ser privilegiadas: luta pela democracia; o direito à creche, carentia ou o aborto; a Ditadura Civil Militar/Estado de Exceção; a aliança com a Igreja Católica em determinadas causas as problemáticas relacionadas aos movimentos de esquerda.

De qualquer maneira, é nos anos oitenta que os movimentos feministas irão se posicionar com maior energia na campanha pelos direitos reprodutivos, legalização, discriminação do aborto. Saúde da Mulher deve ser sempre valorizada como questão relevante para garantia, qualidade dessas mas também por serem elas aquelas que evidenciam a uma reflexão sobre poder, mulher saúde.

Conforme a bibliografia que trata da temática do controle das taxas de natalidades e do controle demográfico no Brasil de meados dos anos 70, aponta-se que um dos interesses da Ditadura Civil Militar era o de controlar os índices de pobreza e contornar as crises econômicas através do controle populacional. O Estado, a Igreja Católica, a categoria médica e os movimentos sociais debatiam sobre quais políticas de saúde pública e reprodutivas deveriam ser adotadas. Em jogo estava o corpo da mulher.

Neste período diversas agências de planejamento familiar realizavam o controle de fecundidade com a distribuição de anticoncepcionais femininos, camisinhas e cirurgias para implantação do DIU e de esterilização. *“Devido a essas práticas indiscriminadas, as agências tiveram nos movimentos de resistência à Ditadura Militar seus principais críticos”* (COSTA, SILVESTRE, 2004, p. 64).

Ou seja, a saúde da mulher é entendida aqui como sendo de responsabilidade de todos os setores que compõe a sociedade não algo de interesse que dizia respeito somente a elas. Com isto, as feministas passaram a lutar e a pressionar o Estado de maneira que este pudesse garantir maior equidade de tratamento entre homens e mulheres de todas as classes sociais quanto aos seus direitos e autonomias:

“Estas sociedades mais justa envolve o reconhecimento dos Direitos da Mulher e dos Direitos Reprodutivos como integrantes essenciais dos Direitos Humanos. Isto envolve a garantia de que o governo e a sociedade acolham, com tolerância, própria de um Estado laico, todas as necessidades à saúde reprodutiva, incluindo o aborto: Este acolhimento também deve estar voltado para o controle e prevenção de mortes maternas, a oferta de métodos contraceptivos e o controle de doenças sexualmente transmissíveis” (COSTA, SILVESTRE, 2006, p. 71).

A saúde e a sexualidade da mulher, como foi abordado até aqui, foram temas incluídos nas discussões e tomadas de decisões públicas após décadas de lutas por parte dos movimentos feministas ao redor do mundo. Os direitos reprodutivos e/ou o direito ao corpo foram progressivamente ganhando espaços nas discussões político sociais, bem como nas questões simbólicas e conquistas concretas. Direito de escolha e autodeterminação tornaram-se forças matrizes dos movimentos feministas nas últimas décadas do século XX.

A sociedade e o próprio Estado, com passar dos anos, foram fortemente pressionados a debater e a considerar os direitos sociais e políticos das mulheres quanto aos seus próprios corpos, sexualidade e saúde de maneira a garantir a preservação e melhoria na qualidade de suas vidas. Entre os finais dos anos 60 e ao longo dos anos 70, os sistemas de saúde em diversos países, e em especial, aqueles do hemisfério Norte, começaram a ser questionados em relação a assistência que prestavam específicas para as mulheres. Dominada historicamente por homens, a medicina era praticada de maneira sexista e condescendente com relação ao gênero feminino. Em situações individuais que começaram a se unir através de discussões e compartilhamentos de experiências, as mulheres começaram a se questionar quanto ao tratamento e políticas ofertadas a elas. A conscientização a respeito a tudo que estava atrelado aos seus corpos fez com que as mulheres passassem a levantar a bandeira de que a saúde da mulher devesse ser definida por elas e para elas.

A evidência desta nova mobilização que ganhava cada vez mais corpo entre os movimentos femininos e feministas, deu-se com relação às escolhas reprodutivas das mulheres. Tomar decisões quanto as escolhas reprodutivas, decidir ou não ter filhos, quando os terão e se tivessem quantos poderiam ser, eram postos como direitos de escolha e autodeterminação. Os direitos reprodutivos das mulheres se tornavam uma questão chave, pois afetava não somente o físico como o psicológico. Um dos graves problemas de saúde da mulher que eram denunciados eram as decorrências dos abortos caseiros e ilegais, sendo a morte a mais nefasta dos resultados. Marginalizadas pela legislação vigente e julgadas pela moralidade pelo cristianismo muitas mulheres tornavam-se vítimas das consequências de um aborto clandestino e/ou viviam com o peso pôr o terem praticado por uma diversidade de razões. Tema tabu até os dias atuais, o aborto ganhou espaço nas discussões sociais, sendo abordado através de dados divulgados pelas agências de saúde nacionais e internacionais. Números alarmantes eram cada vez mais eram propagados pelos meios de comunicação, instituições e movimentos sociais. A relevância da questão do aborto se fez presente e os sujeitos já não podiam mais ignorá-lo na esperança de que ele desaparecesse. Desta maneira, como podemos notar todo imbróglio social a despeito do assunto na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de 80?

3.1 DISCUTINDO O ABORTO COM AS MULHERES

Em 1981 surge em São Paulo o *Periódico Mulherio*. O periódico era organizado por pesquisadoras vinculadas as temáticas femininas vinculadas, inicialmente, à Fundação Carlos

Chagas³⁴. O editorial do jornal buscava contemplar os posicionamentos de diferentes vertentes dos movimentos feministas e femininos do período. Devido a este fato, as temáticas presentes nas páginas do jornal eram variadas passando por questões socioculturais do universo feminino que envolviam problemas relacionados a falta de creches, as violências psicológica, doméstica e sexual, o aborto, ao planejamento familiar, a biologia dos corpos femininos as duplas jornadas de trabalho (ou seja, dentro e fora casa), casamento, sexualidade, política, divulgação de publicações e eventos problematizavam o feminino, entre outros.³⁵

De distribuição gratuita mas que contava com assinaturas, o jornal circulava em instituições, entidades acadêmicas, grupos feministas, rádios, televisões etc. Pesquisas indicam que o *Mulherio* era um jornal que não se atrelou a nenhum grupo feminista em específico de sua época, sendo composto por feministas das mais diferentes vertentes e ideologias. Sua preocupação era a de registrar e divulgar a atuação dos movimentos de mulheres que tomavam o país nos anos 80.

Importante destacar que o histórico de repressão política social promovida pela Ditadura Civil Militar, em especial durante a pós-promulgação do Ato Institucional Cinco (AI-5) em 1968, desarticulou movimentos sociais que anteriormente vinham mobilizando a sociedade por reformas, em especial aqueles ligados à esquerda. Em busca de novas experiências e alternativas de consumo que não aquelas associadas às agências estatais e as grandes empresas privadas, a juventude, principalmente aquela oriunda da classe média urbana, recorreu a correntes culturais contestadoras: *“Tratava-se de uma forma de inconformismo diante da repressão e do conservadorismo vigente no país, que desencadeava um fenômeno cultural híbrido e complexo que dominou a produção cultural até meados dos anos 70 [...]”* (BRANDÃO; DUARTE, 2008, p. 103). Há, então, uma falta de credibilidade de uma parcela da juventude do período com o ufanismo de “Brasil Moderno” que vivenciava o chamado “milagre econômico”.

³⁴ Durante sua trajetória pode-se dividir o jornal em três períodos: o primeiro sob organização da jornalista Adélia Borges, composto por quinze edições, inicia-se com sua primeira publicação e irá até meados de 1983 quando, por divergências quanto aos conteúdos publicados, deixará de ser vinculado à Fundação Carlos Chagas; seu segundo momento sob responsabilidade editorial da jornalista Inês Castilho, o jornal, ainda financiado pela Fundação Ford, contará com recursos próprios para publicar suas próximas vinte e quatro edições; o terceiro e último momento inicia-se em 1988 quando o jornal passa a chamar-se “Nexo, Feminismo, Informação e Cultura” tendo apenas duas edições por falta de recursos e apoio da Fundação Ford. Todas as edições do jornal encontram-se disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas. Ver: Fundação Carlos Chagas - Conteúdo especial “Mulherio”. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>> Acesso em: 15 dezembro de 2019.

³⁵ Para mais informações ver: (NASCIMENTO, 2014); (TAMIÃO, 2009).

Parte da juventude da classe média urbana passa a adotar esta contracultura que trazia consigo aspectos utópicos oriundos das culturas alternativas cujo lema era “sexo, drogas e *rock’n’roll*”. Também surgiu no Brasil o hibridismo que mesclava elementos da cultura hippie com a cultura popular brasileiro (seguindo os passos dos tropicalistas).

Antigos apoiadores do regime também passaram a criticar as condutas administrativas do país. A diminuição dos lucros empresariais e dos investimentos externos, a alta no preço do petróleo, o aumento da inflação, entre outros fatores, fizeram com que o Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) enfrentasse uma concisa oposição. Isto fica evidenciado a partir das eleições de 1974, ano em que cresce no congresso o número de deputados do partido oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As mortes do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manuel Fiel Filho nos porões da Ditadura, as mobilizações populares contra o aparato repressivo estatal, as diversas que se seguiram (principalmente aquelas que ocorreram no ABC Paulista) colaboraram para que o general Ernesto Geisel desse início ao que chamou de “abertura lenta, gradual e segura”. Apesar das medidas tomadas pelo General Geisel, como o fim do AI-5, será no Governo do General João Batista Figueiredo (1979-1985) que o processo de redemocratização será concretizado. Pressões populares e de setores internos da própria Ditadura Civil Militar, que o Figueiredo a promulga ainda em 1979 a lei da Anistia Política a todos aqueles que se encontravam presos, exilados e vinham sendo perseguidos. Foram também beneficiados militares e agentes públicos que corroboraram com o Estado de Exceção instaurado no Brasil desde 1964. Com o retorno do exílio de muitos militantes e intelectuais perseguidos durante os Anos de Chumbo, abriu-se a possibilidade de um maior e mais aprofundado contato dos que aqui estavam se mobilizando nos diferentes movimentos sociais.

Foi assim também com os movimentos feministas brasileiros que agora contavam não somente com a presença de ex-exiladas que traziam em suas bagagens novas discussões dos movimentos feministas de outros países, como E.U.A. e França, mas também as que aqui estavam e que agora sentiam mais seguras para debater e divulgar suas ideias. Já em meados da década de 1970 começa a surgir uma variedade de livros, jornais e revistas editados por mulheres engajadas em divulgarem suas produções. Estas circulavam, principalmente, entre os meios acadêmicos grupos feministas e associações diversas que reuniam grupos mulheres.

Um dos primeiros a surgir no país dirigido às elas e editado por elas foi o *Brasil Mulher* em 1975 na cidade paranaense de Londrina. Fundado e organizado inicialmente pela jornalista

Joana Lopez, o jornal era ligado ao movimento Sociedade Brasil Mulher e contou com dezesseis edições e quatro “extras”, circulando entre os anos de 1975 e 1980. O Brasil Mulher pretendia ser e trazer uma proposta mais feminista e diferenciada do que aqueles apresentados na imprensa feminina da época. Defendia o princípio de um jornal direcionado exclusivamente as mulheres brasileiras e que este abordasse aspectos e discussões de seus cotidianos (TAMIÃO, 2009).

Por divergências políticas e ideológicas, há um racha no grupo editorial do jornal. O grupo fundador, liderado por Joana Lopez, acreditava que aquele ligado a Ação Popular Marxista Leninista, ao Partido Comunista e ao Partido Comunista do Brasil, ao Movimento Revolucionário oito de outubro utilizavam métodos e ideologias tradicionalmente ligados aos homens. Por não conseguirem manter a liderança e por discordar dos “métodos de poder” utilizados pelas militantes de esquerda, o grupo fundador deixa o editorial do jornal a partir de sua edição número oito. Este segundo momento do editorial do Brasil Mulher será organizado por Madá Barros, Rosalina Santa Cruz, Rosa Guillon, Amelinha de Almeida Telles, Ângela Borba e Iara Prado.

Mais heterogêneo em sua formação, o jornal *Nós, Mulheres* reunia em sua produção mulheres da periferia, donas de casas, católicas, militantes de esquerda e intelectuais da classe média. Apesar das tiragens do jornal não serem regulares, devido a sua “produção artesanal”, sua distribuição atingia as camadas mais pobres das periferias e as classes médias urbanas. Tal fato deve-se a maneira como o periódico era distribuído, tendo o foco grupos articulados, politicamente ou não, que se responsabilizavam pela sua redistribuição. Para as idealizadoras do jornal sua proposta era diferente da aquela do Brasil Mulher, já que afirmavam abertamente serem feministas e que também considerarem-se distantes dos ideais políticos partidários de esquerda.

Outro diferencial do jornal *Nós, Mulheres*, eram as abordagens de assuntos tabus como o aborto, autoconhecimento, sexualidade, educação e as reportagens que traziam a visibilidade pessoas que não estavam presentes na grande mídia. Revelavam histórias de donas-de-casa, metalúrgicas, empregadas domésticas e costureiras, por exemplo. O objetivo era retratar a vida comum das brasileiras com um foco especial para as consideradas mais pobres. Muito próximo de outras publicações da imprensa feminina, em suas oito edições o *Nós, Mulheres* utilizou uma linguagem pessoal, afetiva e íntima que visava estabelecer uma relação de proximidade entre editoras e leitoras.

Com relação ao *Mulherio*, temos que sua notoriedade deu-se em diversos segmentos tidos como “mais engajados” logo em suas primeiras edições graças ao que sua editora Adélia Borges acreditava ter sido:

“Nosso jornal tem periodicidade bimensal e o terceiro número saiu com tiragem de 8.000 exemplares. Isto está tendo uma penetração muito grande. O que me surpreendeu é que o jornal está servindo para levar a causa feminista; para levar a preocupação com a condição da mulher para pessoas que, pelo menos me parece, pelas cartas que escrevem, não tinham essa preocupação anteriormente. A correspondência que chega lá é muito grande. Uma média de 5 a 10 cartas por dia, de pessoas dos mais variados cantos do país, cidades que eu até nunca sabia os nomes. Estamos muito entusiasmadas com a penetração do jornal. Temos visto o que ele está conseguindo fazer até agora. Tem circulação nacional e vai também para grupos de mulheres no exterior. Funciona mais com sistema de assinaturas, que está custando agora (1981), 300 cruzeiros anuais. Em julho de 1981, nós estávamos com mais de 400 assinaturas, só esse mês. Então estamos crescendo bastante a um jornal que não se atrelou a nenhum grupo feminista de sua época, sendo composto por feministas das mais diferentes vertentes e ideologias” (BORGES apud WOITOVICZ, 2008, P.13).

Contudo, após suas primeiras quinze edições, por divergências quanto aos conteúdos publicados, o *Mulherio* deixa de ser associado à Fundação Carlos Chagas. Em um longo editorial em sua edição número 15 (Setembro/Outubro de 1983), o jornal relata além deste fato e as dificuldades que em se conseguir editar um jornal sem o apoio de financeiro necessário além das assinaturas. Por se considerar um “jornal autônomo em relação às vertentes dos movimentos de mulheres e os partidos políticos”, as editoras destacam o alcance e o apoio dado por movimentos de mulheres e pessoas variadas devido a sua “representatividade”.

O jornal retorna após aproximadamente sete meses sem circulação.³⁶ Afirmando ser este um novo momento de sua história, o *Mulherio* diz que a partir daquele momento pretendia incorporar, outras áreas “da imprensa de guetos masculinos” como: economia, política, esportes. Todos estes a partir da uma visão feminina. Também afirmou incorporar um contraponto masculino. Esta revisão estava em consonância com outras mudanças ocorridas nos rumos dos próprios movimentos de mulheres brasileiros de então, em principal após as eleições 1982. Para o *Mulherio* a “liberação” das mulheres trouxe junto a ela um “mal-estar”, um “desencanto” e um “cansaço”, que tornava as “novas mulheres” em “velhas mulheres” que ainda estavam presas aos tanques de roupas e suas as famílias. Abordarei esta discussão a respeito da “crise do feminismo”, entre os 1983 e 1984, mais adiante nesta pesquisa.

³⁶ Todas as edições do jornal encontram-se disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas. Ver: Fundação Carlos Chagas - Conteúdo especial “Mulherio”. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>> Acesso em: 10 setembro 2018.

Ainda a respeito deste retorno do *Mulherio* que marca um segundo momento do jornal, sua distribuição será possível graças ao “pequeno apoio financeiro” de agências internacionais que patrocinam projetos de promoção da mulher. Sob responsabilidade editorial da jornalista Inês Castilho, o jornal receberá ainda o financiamento Fundação Ford e contará com recursos próprios para publicar suas próximas vinte e quatro edições. Seu terceiro e último momento inicia-se em 1988 quando o jornal passa a chamar-se “Nexo, Feminismo, Informação e Cultura”.

Se tratando da questão dos direitos reprodutivos, o *Mulherio* em sua edição número 4 de novembro/ dezembro de 1981, traz a reportagem “A lei ignora a realidade”, no qual analisa o caso da mineira Edna Pereira dos Santos que solicitou a justiça o direito ao aborto após ser estuprada. Após ter pedido negado pelo juiz que alegou não ter ocorrido o crime de estupro, o caso ganhou repercussões na mídia brasileira.. O *Mulherio* então coloca em discussão duas assuntos que dizem a respeito as mulheres: o aborto e o estupro. Trazendo dados nacionais – estimasse que mais de 3 milhões de abortos clandestinos ocorram ao ano – e internacionais – em países em que há o aborto legal o número de total de sua prática tende a cair – o jornal foca nas questões sociais relacionadas ao tema. A reportagem ressalta que o aborto enquanto uma questão de saúde pública, afeta negativamente as classes mais desfavoráveis “*que, diante de uma gravidez não desejadas, são forçadas a recorrer a curiosas ou a praticarem o auto-aborto. com meios primitivos sempre bastante perigosos. Isso mostra que manutenção da proibição contribui para manter um odioso privilégio de classe*”³⁷. Uma vez legalizado e ofertado gratuitamente, o aborto respeitará os direitos individuais das mulheres além de preservar milhares de vidas de mulheres que são “seres humanos bem reais” em detrimento de fetos que são considerados humanos desde a concepção apesar de que ao serem abortados espontaneamente não são registrados nem batizados. Colocando em contraponto a questão social e a questão moral sobre se legislar acerca o aborto, o período indaga quem deve regular a prática: o homem, o Estado ou a própria mulher? “*Um Estado democrático não pode privilegiar uma corrente religiosa ou moral*”- defende a reportagem.

Em sua edição número 8 de julho/agosto de 1982 o *Mulherio* dedicou-se a analisar o tema do planejamento familiar no Brasil, com a seguinte capa “*Planejamento Familiar – Basta opor-se aos programas impostos pelo governo?*” A “liberdade reprodutiva” das mulheres ganhou maior espaço de debate nacional no período ao ser levado para o campo político através das feministas que compunham o quadro dos partidos de oposição a Ditadura Civil. As

³⁷ “Planejamento Familiar – Basta opor-se aos programas impostos pelo governo?”, *Mulherio*, jul/ago 1982.

limitações da temática dão-se, segundo o *Periódico Mulherio*, por uma série de fatores sócios econômicos, tais como: as imposições econômicas para mulheres solteiras e casadas que tem que trabalhar para o próprio sustento e de suas famílias; a falta de informação a respeito do próprio corpo; o acesso aos métodos contraceptivos e a imposição médica sobre alguns destes; a ausência de creches; falta de divisão do trabalho doméstico. A matéria de capa então afirma: *“Tudo isto limita o direito de opção e, portanto, a luta pelo acesso a contracepção é apenas uma das partes da campanha peia maternidade livre.”*

Para ampliar e aprofundar a discussão, a matéria trouxe a entrevista com a demógrafa Elza Berquó que entende que a queda da taxa de fecundidade no Brasil vinha ocorrendo devido a utilização de método anticoncepcionais, alterações nos padrões de casamento e o aumento na idade mulheres ao terem filhos. Elza Berquó aponta que tanto a esquerda quanto a oposição se assemelham quando entendem que para ocorrer o desenvolvimento econômico não pode ocorrer uma queda da fecundidade, daí as respostas negativas quanto às discussões sobre planejamento familiar. Todavia, a demógrafa denunciava o número excessivo de práticas de esterilização que praticadas pelos INAMPS³⁸ e a maneira autoritária com que vinha sendo imposto sendo que em sua opinião:

“Eu acho que a esterilização feminina, no Brasil e nos outros países em que estão sendo exercida, representa a forma mais autoritária que nós já presenciamos de controle da natalidade. Nenhuma outra foi tão autoritária como esta [...] Com isso, não estou querendo colocar-me do lado das pessoas que estão contra o planejamento familiar, de forma alguma! Eu acho, que mais do que nunca nós devemos assumir que ele é necessário. Só que deve ser propriamente desenvolvido.”³⁹

Entre outros dados, Elza Berquó termina expondo que a os usos de métodos contraceptivos, temporários e definitivos, e até mesmo da prática do aborto, retiraram as responsabilidades dos homens quanto natalidade uma vez que são as mulheres que têm que se preocuparem sozinhas com estas questões.

Na matéria seguinte, *“Cresce a Campanha pela Legalização do Aborto”*⁴⁰, *O periódico Mulherio* frisa que assunto vem ganhando rompendo barreiras no cenário nacional ao ser incluído nas pautas de discussões em diversos setores da sociedade como a mídia, congressos médicos, movimentos sociais, organizações sociais, meios acadêmicos e jurídicos, partidos políticos, entre outros: *“Ao contrário de meses atrás, em que o simples fato de falar de aborto*

³⁸ Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

³⁹ “Repensando nossas propostas, *Mulherio*, jul/ago 1982.

⁴⁰ “Cresce a Campanha pela Legalização do Aborto, *Mulherio*, jul/ago 1982.

era considerado suprema ousadia de feministas que não têm o que fazer, agora o assunto é ventilado, debatido.” A matéria destaca ainda que o debate acalorado ocorrido no 9º Congresso Nacional dos Advogados realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil graças a inclusão da tese “Justiça Social e Aborto”, da antropóloga e advogada Romi Medeiros da Fonseca. A polemica deu-se pela insistência e posicionamento firme da antropóloga sobre o debate a respeito do assunto em um momento que diversos grupos salientavam outras questões como relacionadas à redemocratização, direitos trabalhistas, justiça agrária, etc.: *“E que o aborto bate nas batinas dos padres e para a OAB problema do povo é só Constituinte. E as mulheres que morrem, não são povo?”*

Continuando a série de reportagens tema desta edição, a próxima *“Maioria dos abortos são de casadas”* abordava a pesquisa da economista Hildete Pereira de Melo ao analisar dados do INPS de 1980 constatou que ao contrário do que se tinha por senso comum, 57% das mulheres atendidas na rede hospitalar brasileira por consequências da prática do aborto eram apontadas como mulheres casadas. A pesquisa apontava para a clandestinidade do aborto que levava as mulheres a se acometerem de consequências mais graves de saúde, o que acarretava num maior tempo de internação e com isso um aumento nos gastos públicos de saúde: *“Mas deve-se lembrar que ela trata apenas de mulheres que procuram hospitais e são internadas devido a complicações do aborto. E aquelas que abortam, e morrem, sem nunca chegar ao hospital?”*⁴¹

Como última reportagem do *Periódico Mulherio* publicou uma página com uma manchete em letras grandes a matéria: *“ESQUERDA REPETE VELHOS CHAVÕES”*, na qual criticava a esquerda brasileira de não compreender e se comprometer com os direitos reprodutivos e a sexualidade das mulheres brasileiras: *“As oposições falam da demografia em vez de criticar a economia, discutem a miséria e defendem o liberalismo, tudo para justificar um discurso conservador sobre a família e a sexualidade feminina.”*⁴²

Enquanto um periódico feminista engajado na luta pelos direitos das mulheres neste início dos anos 80, o *Mulherio* colocava em debate algumas das questões que estavam em pauta para os movimentos de mulheres: o direito ao corpo, sexualidade e saúde; a autonomia quanto às propostas e decisões de políticas públicas próprias; maternidade; trabalho; entre outros. A volta dos partidos políticos (1979), o retorno dos exilados políticos (1979), as eleições para os

⁴¹ “Maioria dos abortos são de casadas”, *Mulherio*, jul/ago 1982.

⁴² “ESQUERDA REPETE VELHOS CHAVÕES”, *Mulherio*, jul/ago 1982

legislativos e executivos regionais (1982) e as tratativas e debates nacionais e regionais a respeito das políticas públicas do período trouxeram e renderam – a duras penas e lutas – conquistas de terrenos simbólicos e efetivos as mulheres e a sociedade em geral.

A intervenção do Estado nos direitos básicos dos cidadãos era questionada amplamente. Para as feministas, o Estado, que era tomado por homens, não deveria mais decidir sozinho a respeito das mulheres. Caberia somente a elas discutir e decidir os rumos sobre os assuntos que as afetavam nos mais diversos âmbitos. Os direitos reprodutivos foram uma das bandeiras feministas, enquanto tema transversal (saúde, corpo, trabalho, família, psique, etc.), que afetava a diversidade das mulheres brasileiras de então. O aborto, como afirma a matéria “*Cresce a Campanha pela Legalização do Aborto*”, em questão de meses assumia uma das posições-chaves para as feministas conforme a redemocratização do país avançava. Importante ressaltar a positividade deste feito uma vez que em comparação com países do hemisfério norte, por exemplo, o Brasil estava superando uma Ditadura Civil Militar com o apoio de diversos movimentos sociais de contestação. Assegurar que uma bandeira como esta fosse assegurada para as mulheres brasileiras, não foi caminho fácil. Embates foram travados dentro e fora dos próprios movimentos sociais que conduziam as mudanças. Até mesmo entre as feministas o assunto ainda não se configurava como algo unânime. Todavia, era uma questão que foi posta e conquistada dentro das lutas sociais deste período e o *Mulherio* trazia em suas páginas este momento histórico.

O aborto agora discutido e defendido em diferentes setores sociais – políticos, juristas, médicos, agentes sociais, ativistas, formadores de opinião, companheiros de lutas; imprensa –. Expandia-se e levava-se a discussão cada vez mais para um maior número de brasileiros. O *Mulherio* evidencia como todo este debate deu-se entre os meios mais engajados e acadêmicos, a citar a entrevista com a demógrafa Elza Berquó e a matéria crítica aos movimentos de esquerda. Porém, seu alcance era limitado. O jornal circulava entre as militâncias feministas e de esquerdas. Sua tiragem irregular, apesar de ter chegado a todo país, não conquistou um amplo público. Apesar de ser extremamente positiva sua publicação, por colocar as mulheres como protagonistas e produtoras discursivas a respeito de si mesmas, rompendo com os padrões da imprensa feminina de então⁴³, o *Mulherio* encontrou barreiras (inclusive econômicas) para se

⁴³ Ver, por exemplo, (GONZAGA; SARGENTINI, 2016)

expandir ao grande público. Como a questão do aborto e dos direitos reprodutivos eram apresentados, então, a este grande público?

No segundo capítulo desta pesquisa, apresentei a o suplemento Mulher do jornal São de Paulo, de publicação dominical, voltado ao público feminino. Diferentemente do *Periódico Mulherio*, o *Suplemento Mulher* seguia os padrões da imprensa feminina de até então. Com um editorial que pode ser considerado contraditório em muitos aspectos, o *Suplemento Mulher* reproduzia em uma mesma edição as pautas mais progressistas propostas pelas feministas alternando com os antigos clichês que normatizavam as mulheres como boas mães e esposas. Apesar das contradições presentes, a publicação trouxe para o grande público os questionamentos e lutas feministas de segunda onda. Entre estas questões, o aborto e suas implicações ganharam destaque durante e pós as eleições de 1982. Entre maio de 1982 e julho de 1983 questões relacionadas a maternidade, direitos reprodutivos e especificamente o aborto surgiram em suas páginas por pelo menos vinte e seis vezes, sendo que somente em seus primeiros oitos meses de existência no ano de 1982 a o assunto aborto foi tratado diretamente por sete vezes entre artigos e entrevistas.

Em sua segunda edição, no dia das mães, o Suplemento discutiu o perfil e papel das mães - “Mama”, “Mãezinha” - Ou simplesmente Mãe?⁴⁴ No artigo sobre sexualidade de Marta Suplicy presente nesta edição – *Na gravidez , muitas mudanças* – há a demonstração dos discursos feministas quando esta questionava sobre a liberdade e autonomia das mulheres do período. Podia uma mãe/ possuir uma vida sexual saudável livre de culpas e preconceitos? O que mais chama a atenção no artigo é a pergunta/resposta realizada pela psicóloga clínica, “*Orgasmo, desencadeador de parto prematuro?*”, responde Marta:

“[...] há especulações sobre se o orgasmo no 3º trimestre, possa estar associado, algumas vezes, com parto prematuro. Clinicamente parece que o orgasmo feminino em estágios avançados de gravidez pode iniciar um trabalho de parto. Entretanto, um estudo recente indica que não há associação entre coito, orgasmo ou outra experiência sexual e início do parto [...] manter ou não relação sexual no final da gravidez, quando não desaconselhado pelo médico por motivos orgânicos específicos daquela mulher, depende basicamente da vontade e disposição sexual do casal.”⁴⁵

Da maneira, aparentemente cautelosa e comedida, Marta Suplicy responde uma questão ainda considerada muito tabu no período - pode uma mulher grávida transar? Pode ainda esta mulher ter um orgasmo sem que ocorra um parto prematuro? O fato de Marta se prestar e

⁴⁴ “Mama”, “Mãezinha” - Ou simplesmente Mãe? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 Mar. 1982

⁴⁵ Na gravidez , muitas mudanças. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 Mar. 1982.

abordar o assunto, e responder que não há problemas a não ser em casos contra indicados clinicamente, demonstra que a sexualidade da mulher ainda era tratada de maneira nebulosa - “estudos indicam” - em determinados assuntos. Associar o papel sagrado da maternidade aos prazeres da carne, aparentemente, era algo a ser discutido cautelosamente. Trago a análise deste artigo de Marta Suplicy na propositiva se estabelecer uma reflexão não somente relacionados aos direitos reprodutivos, mas também uma reflexão a respeito dos discursos e poderes hegemônicos que colocavam a mulher como responsável por suas escolhas em relação a sua própria sexualidade e seu próprio corpo. Ela deve estar ciente de suas “escolhas”, uma vez estas determinarão se ela será considerada uma boa ou má mãe/mulher. Suas “escolhas” acarretarão se ela pode ser julgada moralmente por sua decisão em ter ou não um filho.

A partir de junho de 1982 o *Suplemento Mulher* publicará uma série de artigos, colunas e entrevistas relacionadas às eleições de 1982, as primeiras pós Ditadura Civil Militar. No artigo *Mulheres em busca do poder*,⁴⁶ é realizada uma entrevista com a atriz e empresária Ruth Escobar, a advogada Silvia Pimentel e com a socióloga Ida Maria que concorreram, respectivamente pelo PMDB, aos cargos de deputados estadual e federal e a vereadora. Um dos tópicos destacados na entrevista foi " PMDB x aborto". As três afirmam que a questão foi incluída na plataforma política do partido por não ter sido discutida amplamente pela população. Todavia, Ida Maria afirma que o aborto deva ser legalizado por questão de saúde pública: "A grande atingida, no caso, é a mulher, a mulher das classes populares, que não tem recursos financeiros. Para recorrer a clínicas "especializadas". E cabe ao Estado, uma vez legalizado o aborto, assumi-lo o nível de serviço de saúde pública". Para Silvia Pimentel, o foco deve ser a educação da mulher quanto aos métodos contraceptivos, pois o aborto deve o último remédio a ser tomado contra uma gravidez indesejada: Ela conta que numa viagem que fez ao Recife, uma assistente social. "Que trabalhava na periferia da cidade me falou de uma mulher que estava tomando pílula e percebeu que estava engordando. Após meses, ainda o marido tão magro ela começou a dividir as pílulas com o marido para que ele engordasse também". Por fim, a atriz Ruth Escobar ressaltou que todas as sugestões pertinentes ao tema devem passar pela "ressocialização da Cultura", ou seja, democratizar a cultura e os centros culturais para que ela chegue “em uma linguagem adequada à realidade da periferia, do ABC ou do interior ". Para Ruth Escobar, descentralizar o acesso a cultura se amplia a possibilidade discussões dessas e outras questões como as questões das mulheres, homossexuais, das minorias e dos negros.

⁴⁶ Mulheres em busca do poder. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 Jun. 1982.

Ao colocar esta questão em pauta e ao dar um destaque nesta entrevista, *o Suplemento Mulher e - a Folha de São Paulo* - demonstra que a questão do aborto é um capital político social a ser explorado nessa fase de redemocratização do Brasil com suas primeiras eleições gerais após Golpe de 1964. Destaca-se também o fato de as três candidatas pertencerem ao partido de oposição da Ditadura Civil Militar - o PMDB.

Em julho de 1982 o aborto volta ser tema na coluna sobre orientações jurídicas “Defenda-se” - “*O aborto, do crime à legítima defesa*”⁴⁷: “*Em alguns países, é um direito conquistado pela mulher. No Brasil, a interrupção voluntária da gravidez ainda é tema polêmico, sujeito a variadas interpretações. Aqui tudo sobre o aborto em nossas leis*”. Em linhas gerais, o entendimento jurídico da época era a de que a partir da fecundação “do ovo”, se iniciava a gravidez. O produto da concepção é o ovo durante as três primeiras semanas de gestação. A interrupção “não natural” desta gestação é considerada crime de aborto previsto nos artigos 124 a 127 do Código Penal Brasileiro. Já o artigo 128 diz sob que circunstâncias tendo ou não cometido o ato, a pena para a mulher era de 1 a 3 anos de prisão. Quem cometesse o crime de aborto, infringiu um ato mais grave, no qual o condenado deveria ficar recluso em uma variável de 1 à 4 anos. caso a mulher fosse menor de 14, a pena poderia variar de 3 à 10 anos. Não configurava aborto caso a vida da gestante estivesse em risco ou quando a gravidez fosse resultado de estupro. Quem porventura acompanhasse a mulher para o ato, também não cometia crime - “Para haver crime é indispensável a existência de vínculo psicológico (tribunal de Alçada Criminal S.P. Apelação 231,009, de 419180). Assim sendo, quem convencer uma mulher a tal poderia ser considerada o autor. Para o autor da coluna, Decio Pedroso:

“*Às gravíssimas consequências de uma gravidez indesejada ou absolutamente inconveniente, pelas razões mais diversas, poderão penalizar pela vida inteira, a mãe, o filho e também o pai. na minha opinião, a lei deveria ser modificada de forma a dar liberdade à mulher de interromper uma gravidez não desejada durante os três primeiros meses de gestação, enquanto o produto da concepção é ainda um embrião.*”

Na série de entrevistas com as esposas dos principais candidatos ao Governo do Estado de São Paulo em 1982, a pergunta sobre direitos reprodutivos e o aborto não deixou de ser feita: Dona Eloá Quadros (esposa de Jânio Quadros - PTB) - “*Aborto? Não. Sou contra,*”⁴⁸ Dona Helena Rogê (esposa de Rogê Ferreira - PDT) - “*Creio que há coisas prioritárias [Mulheres na política] todos nós devemos nos preocupar com a sorte das crianças abandonadas nas ruas*

⁴⁷ “O aborto, do crime à legítima defesa” *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 Jul. 1982.

⁴⁸ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 Set. 1982.

e nos internatos da FEBEM”⁴⁹; Dona Maria do Carmo – (esposa de Reinaldo de Barros – PDS) - “O planejamento familiar é responsabilidade de cada casal. O Estado e a comunidades devem limitar e orientar os casais, depois de informados, têm plena liberdade de decisão”⁵⁰- Dona Lucy Montoro (Esposa de Franco Montoro - PMDB) - “Os pobres são, como é obvio, seres humanos com todos os direitos, mas não podem exercê-los. Seu é o direito de viver, constituir família, ter os filhos que desejarem, educá-los e mantê-los”⁵¹; Dona Marisa (esposa de Lula - PT) foi a única a não ser questionada sobre o assunto.

No dia treze de março de 1983, o *Suplemente Mulher* traz a coluna de Marta Suplicy, intitulada *Planejamento Familiar: um direito da mulher*. Logo primeiro parágrafo Marta analisa que:

“A imposição do planejamento familiar de cima para baixo, as políticas natalistas ou antinatalistas desencadeadas a ideologia de determinado governo, o tabu sexual e a resistência para a legalização do aborto, tudo isso não é produto de um governo ou de algumas décadas: é fruto de séculos de predominância de uma ordem masculina.”⁵²

Marta Suplicy afirma que as temáticas como anticoncepção e legalização do aborto são discutidas e decididas enquanto políticas públicas por uma ideologia dominante que não leva em consideração as opiniões a participação das mulheres. Em seu ponto de vista os governos militares alternavam suas políticas ora com fins natalistas “*necessidade de braços o avanço econômico*” ora com o intuito antinatalista pois “*a pobreza é causa pelo número excessivo de filhos*”: “*Enquanto o número de filhos é o culpado pela pobreza, não se discuti distribuição de renda. Alocação de recursos do governo, e política de recessão do desemprego*”

A psicóloga denuncia que no Congresso Feminista sobre Saúde, Sexualidade e Aborto, médicas sanitaristas do Nordeste “*acusaram a distribuição farta de pílulas anticoncepcionais em suas comunidades, sem restrições médicas e sem bula.*”. Para ela, cabe as mulheres somente a decisão sobre o planejamento familiar, o direito ao próprio corpo. Quanto ao aborto, Marta apresentou os dados coletados da ONU que apontam que 10% dos abortos mundiais ocorrem no Brasil. Procedimentos clandestinos, majoritariamente precários, acarretam grandes números de leitos ocupados nas maternidades brasileiras do INAMPS:

“A luta pela legalização do aborto tem sido empreendida pela maioria dos grupos feministas brasileiros e de todo mundo. O ponto principal é que a mulher é dona de

⁴⁹ Folha de São Paulo, São Paulo, 19 Set. 1982.

⁵⁰ Folha de São Paulo, São Paulo, 26 Set. 1982.

⁵¹ Folha de São Paulo, São Paulo, 10 Out. 1982.

⁵² Planejamento Familiar: um direito da mulher. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 Mar. 1983.

próprio corpo e só ela deve decidir se tem condição ou não para ter filho. Ninguém aprova o aborto como método anticoncepcional”.

Virando a página com a coluna de Marta Suplicy, temos nesta edição do *Suplemento Mulher*, a reportagem “*Aborto, riscos reais*” de autoria de Isabella Rocha e Silva, que começa afirmando:

“Independente de quaisquer posições filosóficas, morais, religiosas, econômicas e etc. o aborto envolver riscos psicológicos inegáveis. Falar sobre o aborto é tocar numa ferida aberta. É preciso reconhecer que suas implicações morais são controvertidas quando o problema é julgar a validade, ou não, da legalização desta prática no Brasil – onde o aborto é proibido por lei. [...]”⁵³

O artigo faz um balanço sobre a prática do aborto no Brasil. São analisadas as leis que tratam do assunto e traz os discursos médicos que para discutir as implicações psicológicas que afetam as mulheres decidem realizar o procedimento. São analisados inclusive casos de “abortos eugênicos”, ou seja, casos em que o feto fora diagnosticado com anomalias congênitas. Para o médico Décio Noronha, ouvido por *Mulher*, o “aborto terapêutico” deveria ser mais debatido e a legislação de 1940 deveria ser revista para suas reais noções fossem ampliadas: “*A gravidez é uma experiência particular e pessoal onde a equilíbrio psicológico determina a maturidade ligada ao ato de procriar e de nutrir. Ao ato de se mãe, enfim. Isso deveria ser uma escolha e não imposição.*”

Nesta reportagem de uma página inteira, com seu título em letras garrafais e com a fotografia de uma mulher com lenços na cabeça, batendo um tamborim e com um colar repleto de bonecas (que representam bebês) a *Folha de São Paulo* chama a atenção para a polemica do aborto no Brasil (polemica esta iniciada na página anterior pela psicóloga clínica Marta Suplicy). Tratado como questão médica, o jornal parece indicar que o foco é a preservação da vida, saúde e psicológico das mulheres. O feto em si é colocado em segundo plano sendo inclusive o aborto eugênico indicado para se evitar o parto de crianças com patologias hereditárias/anomalias congênitas:

“o abortamento eugênico, na opinião do Dr. Nelson Vitiello, deveria estar previsto dentro da modalidade de “aborto terapêutico” ou necessário (art. 128 de nossa legislação penal), dando opção a gestante a seus familiares de escolher o que mais se aplicaria as suas convicções próprias.”

Do início ao fim da reportagem, a racionalização e poder dos discursos médicos são trazidos de modo que, a meu ver, sejam referendados através da lógica médica sobre a saúde da

⁵³ Aborto, riscos reais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 Mar. 1983.

mulher e também das questões de saúde pública em geral. Uma mulher em desespero – inclusive com tentativas de suicídio, como afirma a reportagem – chega a esta decisão depois de muito pensar e sofrer a respeito e saía da situação com sequelas psicológicas e sérias. Uma mulher que durante todo o processo não se encontra em seu estado sadio mental.

O discurso médico presente na reportagem ainda alerta a atenção do público leitor quanto a “*quem e qual sociedade deseja crianças defeituosas?*” Novamente, apela-se para uma certa racionalidade ponderada do leitor. Estimulam-se as mentalidades, opiniões, práticas e políticas sociais de controle dos corpos e almas dos sujeitos. Se a intenção de determinados setores da sociedade – classe política, médica e até mesmo de movimentos sociais - é a de ser favoráveis na campanha do pró- por que não o fazer também na *Folha de São Paulo*? O jornal se presta a levar a discussão, problematizando e trazendo posicionamentos favoráveis, sem deixar de tomar o cuidado em atender seus interesses editoriais que visavam atingir seu público mais conservador (instigando pelo discurso racional médico) e seu público feminino dito como mais moderno (através da figura da feminista e psicóloga clínica Marta Suplicy, por exemplo). Novamente, discurso que liberta ao mesmo tempo normatiza e controla.

Os discursos médicos presentes na mídia brasileira – das mídias impressas e televisivas – traziam ao seu modo os discursos de verdade a respeito da saúde, corpos e sexualidades dos sujeitos. Com relação às mulheres, os médicos (em sua grande maioria homens, nesta passagem dos anos 70 para os 80) tornavam-se as figuras centrais enquanto os profissionais mais indicados para se determinar fazer ou não para se obter melhor qualidade de vida, satisfação e felicidade quanto aos seus corpos e mentes.

Eles estavam lá para indicar os melhores métodos cientificamente comprovados, orientando e aconselhando quais procedimentos tomar. Inclusive quais pensamentos se deveriam cultivar, afinal “se o médico está falando, quem eu sou para questionar?” Por este fato, a classe médica era sempre consultada para comprovar a veracidade os discursos postos. A autoridade médica representa o baluarte de uma sociedade que se viu condicionada em confessar seus íntimos aos mais “experientes” e “sábios”, da Grécia Antiga com as técnicas de si e movimentos de ascese às técnicas confessionais instaurados pela Igreja Católica. O estímulo era a buscar e alcance de os estágios mais elevados de autoconhecimento, perfeição ou salvação da alma. Os discursos de verdade interiorizados ao passo que eram exteriorizados. Por isso a imprensa feminina consultava sempre as classes médicas especialistas nas questões clínicas

gerais ou específicas quanto saúde da família e da mulher. O *Suplemento Mulher* e a *TV Mulher* não eram diferentes.

“A vontade da verdade , como os outros sistemas de exclusão apoia-se sobre um suporte institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição [...] Mas ela é também reconduzida, mas profundamente sem dúvida, pelo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.[...] Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – uma espécie de pressão e como um poder de coerção”. (FOUCAULT, 1996, pp. 17-18)

Marta Suplicy era uma dessas especialistas detentoras de poder e de vontade de saber responsáveis por exercer os poderes médicos pastorais na sociedade. A própria enxergava sua função como sendo uma “educadora de massa”. Analisando seus livros consegue-se notar que ela se colocava no lugar de “não propor respostas e soluções para seus telespectadores”, mas sim o “prestar informações sexuais básicas” como, por exemplo, o corpo e as funções dos órgãos reprodutores auxiliando mulheres e homens a pensar sobre a sexualidade como um todo e sem qualquer tipo de padrão único. Aqui temos não somente a uma análise de trajetória de um sujeito detentor poder discurso e pastoral – médico e formador de opinião enquanto apresentador televisão – mas do próprio assumindo esta postura e aceitando as benesses ou não disto. É um posicionamento consciente e deliberado. Para haver progresso e liberalização há de normatizar e estabelecer “novos padrões” a toda custa. Por isso Marta afirmava aceitar contradizer-se ao fornecer determinadas “contra receitas” por considerar necessário informar o básico para um desenvolvimento sadio e positivo da sexualidade. Em sua visão, a atitude de “não saber” o que seja melhor para si, deve ser superada por conhecimentos alternativos que levem o outro a tomar uma decisão pessoal e que com isso cresça e busque suas “próprias verdades”:

“São [essas contra receitas] no sentido de informação básica e formação de atitudes que considero, juntamente com outras pessoas que estudam o comportamento sexual, mais sadias e positivas para o desenvolvimento do ser humano. Acredito que reprodução e sexo são funções biológicas naturais, e que a maioria das atitudes de nossa sociedade para com a sexualidade são irracionais e baseadas na culpa e repressão com funestas consequências na qualidade de vida do nosso cidadão.” (SUPLICY, 1983, p. 30)

Neste processo pedagógico, Marta diferencia dois tipos de valores: universais (ou fundamentais) e alternativos. Os primeiros, todos que vivem em sociedade devem compartilhar para o bom funcionamento da sociedade, como por exemplo, não matar, não roubar, respeitar o outro e igualdade entre os sexos. Os alternativos são aqueles que não precisam compartilhar

porque se adéquam a uma sociedade democrática de livre escolha, como por exemplo, sexo antes do casamento, aborto e o homossexualismo. É neste último que ela afirma focar seu trabalho por acreditar que é através das éticas alternativas que homens e mulheres poderão desenvolver a capacidade de escolha.⁵⁴

Ao reproduzir via televisão, em colunas de jornais e publicações o discurso científico sobre o sexo (não deixando de citar vários especialistas sobre o sexo e o comportamento humano, como por exemplo, William H. Masters and Virginia E. Johnson, Alfred Charles Kinsey, Sigmund Freud, entre outros) a “sexóloga” buscava tratar o sexo cientificamente como sendo uma função biológica natural de homens e mulheres. Em seu entendimento, não se poderia admitir uma sexualidade que fosse baseada em falsos preconceitos que acarretam interdições que considera serem danosas ao desenvolvimento dos indivíduos. Suas enunciações, atreladas a outras que se faziam presentes nos locais de poder espalhados pelas sociedades mas que neste caso é a *TV Mulher*, surtiam efeitos de discursos de verdades sobre os corpos, mentes e sexualidades.

A partir de 1983, meses após ser censurada pela Ditadura Civil Militar, Marta passa a ser identificada pelo *Suplemento Mulher* como “*psicóloga clínica formada pela PUC, com mestrado na Universidade Estadual de Michigan e pós-graduação na Universidade de Starnford.*”⁵⁵, reforçando assim sua autoridade médica a respeito do comportamento sexual humano. Se alguém quiser questioná-la que o faça de maneira consciente e com o mínimo embasamento.

O leitor se pergunta, então, como as mulheres ordinárias recebiam estes discursos mediados sobre direitos reprodutivos, o aborto e maternidade? Como isso as afetava e quais sentimentos despertavam?

3.2 SOU A FAVOR, CONTRA OU COM TENHO MINHAS RESSALVAS

Através das telespectadoras, podemos mensurar como que diversos segmentos da sociedade recebiam e absorviam a sua maneira as informações prestadas e debatidas. Presentes em vários meios de comunicação e entre nas falas dos sujeitos comuns, passo que se conquistavam novos espaços, simbólicos ou não, estes discursos e exercícios de poder / saber,

⁵⁴ Marta ainda elenca três valores éticos inerentes a uma sociedade democrática: 1- Respeito pela verdade; 2- Respeito pela igualdade e dignidade de cada indivíduo; 3 – Reconhecimento do direito de livre-arbítrio e autodeterminação. (SUPLICY, 1983: 31)

⁵⁵ *Folha de São Paulo* – 16 jan. 1983

foram sendo ressignificados. Contudo, para estes sujeitos o importante era opinar para assim deixar registrada sua contribuição para o debate sobre um assunto tão polêmico que podia dizer a respeito de si mesmo ou do coletivo. A defesa e a preservação da vida, tônica das falas em geral, era necessária:

“Esta carta vem juntar a outras que lhe escrevam cumprimentando-a pelo trabalho em TV Mulher.

Eu a admiro e respeito muito seu trabalho esta realmente fazendo a cabeça das pessoas [...] eu aprendi coisas que ainda não sabia aos 38 anos de idade.

Li seu livro [Conversando Sobre Sexo] e gostei de tudo, mais o que mais me chamou atenção foi a problema do aborto muito bem explicado por você

Concordo com tudo o que disse à respeito do mesmo.

Um filho que é desejado jamais será abandonado ao passo que o que não é desejado acaba sendo abandonado. Esta é portanto uma maneira de combater o menor abandonado.

Peço a você que já esta fazendo muito por nós mulheres, ajudar-nos a conseguir também a legalização do aborto.

O problema é sério, só a palavra assusta mais mesmo assim temo que enfrentar este problema de frente” (Barbacena- MG, 31 de maio de 1983).

A questão do menor abandonado ecoava na cabeça das pessoas. Legalizar o aborto seria uma das soluções para se combater este problema. Para muitos brasileiros um menor órfão, em situação de rua ou internado na FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) representava o que podia de haver de pior na sociedade: desamparo do Estado e de toda sociedade; pobreza; violência; entre outras coisas as quais crianças podiam ser vitimadas. Antes um feto abortado do que “uma criança indesejada” passar por tudo isso sozinha sem amor. Ou pior, se tornar um jovem infrator.⁵⁶

⁵⁶ No de ano de 1980, portanto durante período de distensão da Ditadura Cívil-Militar, é lançado nos cinemas brasileiros o filme *Pixote: a lei do mais fraco*, do diretor argentino-brasileiro Hector Babenco. O filme retrata a trajetória de crianças e adolescentes pobres e “marginalizados” que acabam por se tornar “delinquentes” e com isso passam vivenciar uma variedade de experiências que envolviam crimes, uso de entorpecentes, violência física e psicológica sofridos e praticados por eles, entre outros. Com um público estimado em cerca de dois milhões, o filme tornou-se um sucesso dentro e fora do Brasil, recebendo inclusive vários prêmios. Pixote despertou inúmeros debates quanto a questão do jovens infratores e a maneira como estes eram tratados. Expõe como o pobre, desde pequeno, pode ser visto como um potencial criminoso, gerado no seio da pobreza e violência de um Estado opressor violento. Por ter seu foco voltado para a atuação de crianças e adolescentes (o ator Fernando Ramos da Silva, que interpreta Pixote, tinha apenas onze anos de idade e fora selecionado por Hector Babenco em uma favela da cidade de Diadema), o filme causou estranhamento e comoção. Estavam ali retratadas cenas rotineiras dos grandes centros urbanos brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Trago esta citação ao filme Pixote pois uma das cenas mais chocantes do filme é aquela em que a personagem interpretada por Marília Pera, a prostituta Sueli, se encontra debilitada e sentada ao vaso sanitário logo após realizar um aborto com agulhas de crochê. Junto a Pixote em um banheiro, ao lado de um balde com panos ensanguentados, Sueli responde ao menino preocupado por suas queixas e gemidos de dor: “por que está me olhando deste jeito? Tá achando que eu não deveria ter tirado

Como recurso metodológico de comparação entre as falas e discursos que circulavam no mesmo período, trago o livro *Sexualidade da Mulher Brasileira Corpo e Classe Social no Brasil (1983)* de autoria da intelectual e feminista Rose Marie Muraro. Esta obra buscou dimensionar quais eram as possibilidades do que era “ser uma mulher brasileira” em meados dos anos 1980. Segundo o teólogo Leonardo Boff, parceiro profissional de Rose Marie na Editora Vozes por dezessete anos, a relevância desta obra deve-se ao fato de ter sido uma pesquisa de campo realizada em vários estados brasileiros a fim de analisar.⁵⁷

Nesta publicação, a pesquisadora utilizou um questionário prévio dirigido tanto a homens e mulheres de diferentes seguimentos das classes sociais brasileira sendo elas: mulheres camponesas (Agreste e Zona da Mata); mulheres operárias urbanas; classe média. Foram realizadas questões relacionadas à sexualidade, tais como: comportamentos; matrimônio; corpo; prazer; virgindade; métodos contraceptivos; aborto. Perguntas relacionadas a política e trabalho também fizeram parte desta pesquisa.

Na publicação de Rose Marie Muraro as mulheres entrevistadas categorizadas como pertencentes à burguesia, trouxeram as seguintes afirmativas quando questionadas sobre as distribuição e usos das pílulas anticoncepcionais:

“Acho certo. As famílias pobres não podem sustentar, melhor não ter filhos. “Para quê?; “Acho certo. As famílias são grandes demais, é um absurdo. Nunca vi isso em Países mais ricos. É preciso educar, mas também vigiar para garantir se vai dar certo”; “Acho certo e correto. Não sei por que há tanto gente contra. Tantos filhos são indesejáveis, maltratados, abandonados. Uma coisa horrível. Por que não tomar pílulas em vez de ter filhos que não quer?”

Nessas falas, o controle de natalidade demonstra visões de sociedade que incorporam os discursos liberais reacionários aos discursos enviesados pela “benevolência” do cristianismo. De pensamentos autoritários aos mais compreensivos e “empáticos” aos sofrimentos alheios.

o filho? [...] Tá pensando que isso aqui é o que? Um bife? Tua mãe não te contou como você veio ao mundo? Foi assim seu merda! Até parece contigo, olha bem para ele! Ah, para de olhar, porra! Some daqui ou te espeto com a mesma agulha que furei ele!” Ver: PIXOTE, A LEI DO MAIS FRACO. 1980. Direção: Hector Babenco, Drama. 127 min. Brasil.; (PEREIRA JUNIOR, 2014) (REIS JUNIOR, 2014)

⁵⁷Segundo o teólogo Leonardo Boff, parceiro profissional de Rose Marie na Editora Vozes por dezessete anos, a relevância desta obra deve-se ao fato de ter sido uma pesquisa de campo realizada em vários estados brasileiros a fim de analisar. “como é vivenciada a sexualidade, tomando em conta a situação de classe das mulheres, coisa ausente nos pais fundadores do discurso psicanalítico. Neste campo Rose inovou, criando uma grelha teórica que nos faz entender a vivência da sexualidade e do corpo consoante as classes sociais brasileira [...]. Trabalho fundamental este no qual ela falava que uma mulher do Rio de Janeiro encarava o corpo de uma maneira diferente de uma mulher que corta cana. Uma era tida como objeto de prazer e a outra como objeto de trabalho” (BOFF, 2014: web)

As massas/os pobres não esclarecidos precisam de intervenções urgentes, caso o contrário o “Brasil irá implodir”.

As campesinas, quanto às escolhas do uso e o acesso às pílulas, afirmaram que entre os motivos para não utilizarem estava: a religião - “*vai contra a leia de Deus*”- ; a sofisticação demais - “*pobre não pode ter esse luxo*”- ; a decisão do marido - “*não evita porque o marido não quer*”- ; os receios quanto a própria saúde - “*por terem ouvido rumores negativos*”- . Quanto à indicação do uso da pílula, a amostragem da pesquisa destaca que as entrevistadas foram orientadas por amigas.

A pesquisa concluiu que o uso da pílula:

“é ainda mais recente [na Zona da Mata] do que no Agreste, e que os rumores são mais quando se referem ao fato de que ouviram falar, ouviram histórias, mas não tem coragem de tomar.[...] O medo que elas expressam é um medo real de adoecer, embora a dose da fabulação e imaginário que acompanha esse medo seja muito grande” (MURARO, 1983, p. 181).

Já as operárias de São Paulo, das trinta entrevistadas, 16 responderam que a pílula funcionava. Apenas uma entrevistada utilizava o método da tabela. 60% afirmaram que os médicos haviam indicado o uso dos contraceptivos: “*O que mais ressalta da fala destas operárias são quatro casos de mulheres que, após pararem de tomar pílulas para descansar, ficaram grávidas. É uma incidência grande em trinta casos*” (Idem: 259)

No cotidiano de milhares de brasileiras do início dos anos 80, a *TV Mulher* era consumida em uma variedade de maneira por telespectadoras. Os usos do programa poderiam resultar em uma resolução ou alívio imediato para algum “problema” presente em suas vidas. A abordagem e as orientações prestadas no maior meio de comunicação até então se convertiam em usos e práticas de acordo com interesse pessoal de cada uma. Uma aparente simples ação tomada a partir de discursos produzidos e reproduzidos pelo poder hegemônico televisivo.

O tema aborto era um dos temas que apareciam como uma questão problema. Se o programa era voltado para as mulheres e se propunha a resolver os assuntos do psicológico e da saúde relacionados a ela, por que não mandar uma carta com suas dúvidas e relatos?

“O que me levou a te escrever, foi para te pedir socorro. Saiba que antes de tomar esta iniciativa pensei muito, pois meu medo é que você pense que estou tentando transferir para alguém um problema que é meu. O que se passa é que estou sentindo como se esmagada socialmente, o que não estaria acontecendo se não estivesse no Brasil. Engravidei-me por insuficiência do anti-consepcional.[...]Por inúmeros motivos não posso ter este bebê. Não que eu não o queira, mas...[...] Sabendo-a uma

mulher sem determinados preconceitos, já falidos em nossa sociedade, resolvi pedir-lhe, pois o fato “Aborto” já é para mim uma atitude pensada, ponderada, conciente, sem menor possibilidade de arrependimento. Mas onde fazê-lo sem vistos? Este é meu apêlo”(São José dos Campos – SP, 29 de março de 1982).

O problema desta telespectadora não é o “abortar”, mas sim onde fazê-lo. Sem ter com quem compartilhar este fato – inclusive o marido, que está viajando -, esta mulher recorre seu pedido de socorro a única pessoa considerada viável e sem nenhum preconceito que ela conhece naquele momento: Marta Suplicy. Por estar fora de São Paulo, em sua sexta semana de gestação e só, o problema para ela não é de cunho moral – pois, está decidida – mas sim o de encontrar um local sigiloso para a prática. Marta Suplicy encarna então um papel representativo de uma mulher/especialista livre de preconceitos e julgamentos que pode socorrê-la. A *TV Mulher*, através de figuras como o da psicóloga clínica Marta, exercia um papel de mediação entre os discursos, serviços prestados e as possibilidades de usos e práticas por parte de suas telespectadoras.

A figura de Marta Suplicy podia causar efeitos de aproximação e também de repulsa, pois era através de suas falas e das cartas de telespectadoras elegidas por ela que os discursos e visões de mundo eram debatidos e confrontados. A rede de sociabilidade entre os simpatizantes – pelas mulheres, pelos fetos, pelas crianças, pelos mais pobres, pelos mais ignorantes, por toda uma sociedade – se estabelecia. É preciso lutar, combater e defender aqueles que eu mais me aproximo ou empatizo. Para isso, é preciso se abrir a discussão. Confrontar ideias. Ganhar terrenos. No final das contas, importante era não deixar o outro prevalecer em absoluto.

“Bem Marta vamos ao que interessa, estou com um problema serissimo, e você é a única pessoa de que eu possa obter resposta leal e tenra. [...] eu já estou grávida de novo, pois êle não me dava dinheiro para comprar pílulas. Já tomei várias drogas e de nada adiantou. Falei com uma amiga e ela falou para eu abortar, mas é muito caro e eu não sei como arrumar este dinheiro, pois eu não quero este filho! Imagine Marta, com um eu já sofro muito imagine com dois. Como não ser minha vida. Vou enlouquecer logo. Me ajude por favor. Estou desesperada a ponto de fazer uma loucura. Me dê uma luz. Não sei conversar este assunto a minha mãe, pois ela não iria entender nada” (Recife- PE, 10 de junho 1983).

Mais um exemplo em que a figura amiga de Marta Suplicy representa a possibilidade de uma resposta e solução “leal e tenra”. Desta vez para uma telespectadora que conta sofrer por conta de seu marido “*muito ciumento e mulherego*”. Fora da casa de seus pais, dependendo unicamente de seu marido para sobreviver, esta telespectadora narra uma situação que assola milhares de brasileiras: a violência financeira e patrimonial contra a mulher. Além

dos abusos e opressões sofridos por ela por um marido que “*só vive botando pra fora de casa*” e que “*diz que a casa não é minha, que não tenho nada aqui*” e ainda não “*deixa trabalhar, não me deixa sair de casa e também não me dar dinheiro*”, o seu maior sofrimento e angústia para o agrave de sua situação era o de imaginar dar à luz a mais um filho. Em seu desespero e seguindo conselhos de uma amiga, o aborto surge como uma última solução. Seu psicológico encontra-se em um estado limite. Sem deixar claro se quer dinheiro, uma indicação de clínica de aborto ou uma opinião/orientação somente ela se dirige a Marta a fim de encaminhamento que ponha fim a sua infelicidade. Expressa ainda seu sentimento e responsabilidade enquanto uma mãe que enfrenta seus próprios problemas sozinha e que não pode “*sair de casa, sumir para bem longe de tudo e de todos*” já que tem “*um filho muito novo*” que precisa dela.

Testemunhos como este, notabilizam ainda mais as violências enfrentam cotidianamente. Apartadas das decisões sobre seus próprios corpos e de seus destinos, se submetem as vontades e poderes de suas famílias, companheiros, sociedades e Estados. Conscientes de suas condições infelizes de vida, não querendo piora-las e/ou ainda estendê-las aos seus filhos, entram em desespero e buscam diversos meios para resolvê-los. O aborto, através de vários métodos, é uma dessas soluções difíceis de serem tomadas, mas que se tornam as opções mais viáveis por vezes.

Partindo novamente da pesquisa de Rose Marie Muraro de 1983, enquanto um documento histórico que relatada as experiências do cotidiano “de mulheres comuns” do período analisado, temos as seguintes opiniões e falas:

“a burguesia” demonstrou ser mais favorável quanto à prática sendo que metade das entrevistadas o havia realizado alegando o fizeram por “*Serem muito novas para a maternidade*”; “*Não querem o compromisso da gestação e com a própria maternidade*”; “*Os pais se opõem em relação à maternidade por serem mães solteiras e as rejeitam.*”; “*Não possuem apoio, muitas são obrigadas ou abandonadas por seus companheiros e etc.*”; as camponesas “*as pessoas podem fazer de tudo para se livrar, mas depois que pega tem que ter*”, “*é matar uma vida*”, “*quem não quer criar que não adquira*”, “*conhece uma mulher que abortou e está a beira da morte*”. Para as operárias 60% afirmaram serem contra e que nunca o fizeram por considerarem “*sou contra, é um pecado muito grande.[...] é melhor evitar antes que ter que fazer*”. Aquelas que responderam serem favoráveis disseram que é algo “*necessário. Já fiz. Não queria o filho*”; “*Ótimo. Nunca fiz. Pretendo fazer*” (esta entrevistada estava na terceira gestação); “*quando necessário, sim. Já fiz. Não estava preparada para ser mãe. Tinha três meses quando fiz o aborto*”; “*não fiz, mas não sou contra, porque dificuldade que o país atravessa numa família pobre, um filho a mais traz mais problemas ainda.*” As camponesas, de modo geral, aparecem na pesquisa sendo majoritariamente contra: “*quem não quer criar não adquira*”; “*uma mulher que abortou está a beira da morte*”; “*mata uma vida*”; “*filho é Deus quem manda*”; “*a mulher vive mais doente*”.

As considerações finais que a pesquisa apresentou sobre o tema do aborto foram a de que nas falas das mulheres burguesas (das mais jovens até as mais velhas), há uma contradição/ rompimento com os padrões que a própria classe criou. Na pesquisa a Igreja Católica nem foi mencionada no que diz respeito à valorização da vida. Conclui as pesquisadoras: “*Como vemos aqui não há nem culpa. Quando as outras classes sociais transgridem a norma, o fazem de maneira culposa. Aqui não há sequer resquício de culpabilidade*” (MURARO, 1983, p. 98). Com relação às operárias, o ônus da maternidade evidencia-se quando a mulher que tem que trabalhar fora. A falta de opções de como criar os filhos surge com um grande problema para a mãe operária. Comparando-as com as mulheres burguesas, Rose Marie Muraro entende as operárias são mais “coerentes” já que quando optam por abortar, o fazem por uma imposição das condições econômicas sociais em que vivem e também em comparação com as mulheres camponesas, as operárias “*tendem a romper a norma ideológica e religiosa contra a proibição, devida a suas condições concretas de vida*”. (Idem, p. 261)

Por fim, a pesquisa destaca que nas falas das camponesas, que são majoritariamente contra o aborto, aparece um terminado discurso de que este quando é espontâneo/natural é diferente do “tirado”. Aqueles que ocorreram através da ingestão ou uso de ervas naturais não são encarados como crimes ou pecado. Para as entrevistadas, somente seria crime/pecado quando o feto é retirado exteriormente do útero da mulher. Dentre as cartas das telespectadoras da *TV Mulher*, encontramos falas semelhantes:

“Prezada amiga

Estou separada de meu marido a 8 meses mas quinze dias antes do Natal ele esteve em casa com mil promessas e eu fui na dele e me entreguei [...]

Minhas menstruação não falha vem todo dia primeiro e nesse primeiro de janeiro ela falhou estou com medo de ter pego gravidez.

Só que já nem sei o que tomar mais pra decer.

O que você me aconselha neste meu problema.

Pois ja nem durmo mais agora mesmo são duas horas da manhã e nem sei mais no que pensar as essas horas. O que fazer me ajude por favor. Saberá alguma método para descerse souber explique-me estarei ouvindo”(Sem data e local).

Perguntas como esta trazem um apontamento interessante quanto aos métodos abortivos. Assim como para as mulheres analisadas por Rose Marie, caso o feto não seja retirado do útero por procedimentos externos invasivos, quaisquer métodos tomados retirar o ovo fecundado não são encarados como abortos. São encarados como algo feito para “não pegar gravidez” e fazer

“descer”. Isto indica, que possam ser encarados como métodos anticoncepcionais e até mesmo métodos naturais para se evitar uma gravidez indesejada. Por isso a palavra aborto não é mencionada. Não se viola uma vida nem o corpo da mulher.

Como indiquei anteriormente, representações e discursos que circulavam pela sociedade brasileira nessa passagem dos anos 70 para 80 sobre a questão da saúde da mulher, planejamento familiar e mais precisamente do aborto. Mulheres pertencentes a todas as gerações, classes e etnias tiveram acesso ao tema através de infinitas maneiras dadas as circunstâncias em que se encontravam. Conversas entre amigas, conselhos e relatos familiares, orientações médicas, receitas caseiras de parteiras/curandeiras, aulas em escolas, universidades e centro comunitários, leituras em revistas/jornais/livros e através da televisão. Uma destas figuras responsáveis por propagar o assunto foi Marta Suplicy.

Não irei me aprofundar nas falas e nem tecer longas análises sobre o entendimento e opiniões da psicóloga. Mas considero viável ao menos apontar o que ela dizia a respeito do aborto, para que assim possamos compreender melhor o que as telespectadoras missivistas e os sujeitos comuns recebiam de informação, as absorções das mensagens, os usos e práticas e por fim as devolutivas com suas opiniões e questionamentos. Marta era uma das interlocutoras que centralizava as discussões postas (e impostas pelas feministas de então) a respeito dos direitos reprodutivos das mulheres.

Em seu livro *Conversando Sobre Sexo*, de 1983, a psicóloga dedica uma parte exclusiva ao tema do aborto. Seguindo a proposta didática da leitura de seu livro que trata de sexualidade, Marta apresenta a discussão sobre aborto com um texto sucinto e objetivo. Através de tópicos, análises breves, apresentações de dados, perguntas e repostas o aborto é apresentado ao leitor a partir da psique da mulher bem como sendo uma questão de saúde pública específica da realidade brasileira. Ela tem o cuidado, inclusive, de registrar quais são os entendimentos a partir dos posicionamentos da Igreja Católica, do Judaísmo, do Protestantismo e do Espiritismo.⁵⁸ Seu primeiro parágrafo já dá o tom de sua perspectiva sobre o aborto:

⁵⁸ Falo em cuidado pelos seguintes aspectos: o interesse em atender ao público em geral interessado em comprar seu livro sobre sexualidade; abordar o assunto levando-se em consideração sua trajetória enquanto uma psicóloga, ligada aos movimentos feministas, sem deixar de balizar com a moralidade dos leitores; evitar polêmicas maiores ainda por ter um posicionamento favorável a prática. Entendo que Marta Suplicy sabia que sua figura midiática atrairia maiores atenções por parte opinião pública sobre este e demais temas a respeito da sexualidade e saúde física e psicológica humana. Porém, entendo também que ela teve as precauções em atender seus objetivos enquanto terapeuta/feminista/apresentadora/palestrante/ vendedora de livros. Vários interesses postos na publicação de um livro.

“Ficar grávida é uma experiência que pode ser motivo de enorme alegria ou desespero. Na maioria das vezes a mulher que engravida se alegra. Entretanto, mesmo em situação de alegria. Estar grávida, poder gerar outra pessoa, a expectativa da responsabilidade pela vida de outro ser humano e a revivência de experiências primitivas com a própria mãe podem desencadear imensos conflitos” (SUPLICY, 1983, p. 187).

Esta postura de mediadora de Marta Suplicy, gerou de fato uma compreensão dicotômica de seus telespectadores. Por um lado admiravam-na por seu trabalho frente ao *TV Mulher* como uma mulher “compreensiva”, “amável” e “moderna para seu tempo”, que falava de uma educação sexual “libertadora” e “não castradora, que ajudava a milhares de brasileiras e brasileiros a compreenderem melhor seus corpos além de auxiliar e aconselhar com as questões pessoais e psicológicas”; por outro, estava presente ali alguém que não reconheciam devido a sua defesa e compreensão quanto morte de crianças indefesas:

“Tenho seguido seu horário no programa TV Mulher diariamente, vi também na Revista Veja uma matéria sobre você, quero parabenizá-la pelo seu sucesso e pela brilhante idéia de abordar um assunto tão educativo e necessário com tanta pureza e clareza.

Mas o motivo que me leva a escrever-lhe; você já parou para pensar um pouco na campanha pela não legalização do aborto? [...] A sua campanha pode estar livrando o nosso planeta de algum gênio que venha tarde livrar muitas dores da humanidade”(Abádia de Goiás – GO, 27 de maio de 1983).

“Que a luz brilhantíssima de Cristo ilumine todo o seu caminho.

É um prazer vê-la todos os dias, minha mãe também te assiste ela tem 63 anos e eu tenho 25 anos, te respeito como pessoa humana e principalmente por você ser o “templo” de Deus: 1 Contintios 3/16.

Parabéns Marta, pelo seu sucesso e também pelo seu livro. Aqui João Pessoa, não chegou ainda, mais muita gente já anda a procura.

Sabe Marta, você é pioneira e por isso mesmo vitoriosa. Acho você a expoente em autoridade no assunto e é por isso que venho te falar; a muito tempo tento te escrever mas só agora chegou o momento, o assunto Marta e dentro do seu livro, fiquei contente por você ter lançado o livro e por nele conter esclarecimentos para os jovens adolescente e também adultos e fiquei triste por nele também conter a sua opinião pela legalização do aborto. Marta como me choquei, será que você anda esquecida da vontade de nosso pai celestial Deus?

Eu acho que o mais certo, seria conscientização das pessoas com relação do seu corpo e do sexo com responsabilidade [...]” (João Pessoa – PB, 11 de abril de 1983).

Os telespectadores missivistas expressamente contrários costumam apresentar um viés moral cristão no qual defendem a preservação da vida estabelecendo como marco inicial desta a concepção, ou seja, a fecundação logo o ato sexual. Como já apresentei através de outras cartas ou fontes, a Campanha Pró Vida/ Contra Aborto também estava difundida entre os brasileiros:

“Sra Martha Suplici

Casualmente liguei quando a Sra. Falava, quarta feira dia 8 de setembro programa TV Mulher. Se mostrou favorável à legalização do aborto no Brasil. Fiquei muito triste e realmente lamento que seu posicionamento de mulher inteligente, não vá um pouquinho além quando pensar apenas nas milhões de mulheres que morrem por causa do aborto malfeitos. E não pensa nos bilhões de seres indefesos que não pediram para serem gerados que a partir daí tem direito à vida. E que nem ao menos têm condições de se defender, reclamar seus direitos, de pelo menos gritar não me mate! Não tenho culpa de existir! Sou vítima transformada em ré.”

(São Paulo- SP, 10 de setembro de 1982)

“[...] sua posição a favor do aborto não encontra respaldo na alegação de menos gastos ao Estado, gastos estes referentes às implicações dos abortos clandestinos mal feitos, pois se liberado o aborto, tenha certeza aumentarão e “em muito” o número de abortos, e aí podemos comparar a futura massificação do aborto após a liberação com a massificação do ato sexual após a pílula”(São Bernardo do Campo - SP, 09 de setembro de 1982).

Ambas as cartas estão respondendo a um mesmo programa exibido dia 8 de setembro de 1982. Pelas falas dos telespectadores evidencia-se que Marta Suplicy apresentou um discurso favorável ao aborto e que para sustentar seu posicionamento, apresentou argumentos e dados que sustentam a como sendo um problema de saúde pública que afeta as mulheres e onera o Estado. Ambos registram terem absorvido isto – *milhões de mulheres que morrem; menos gasto ao Estado* -, contudo sustentam seus pontos de vistas partindo da moralidade conservadora que pregar a manutenção da vida do feto ou que o aborto aumentará a libertinagem e será praticado como método contraceptivo. As falas de ambos telespectadores dão o tom de como o aborto era discutido no período e de como os argumentos eram feitos, recebidos e replicados quando os posicionamentos eram contrários à prática. Dados estatísticos/ religião, vida da mãe / vida do feto, gastos do Estado / promiscuidade, aborto/ negligência de métodos contraceptivos, etc. Em Junho de 1983, a *Folha de São Paulo* realiza uma série de reportagens e artigos sobre o aborto, sua receptividade e o ponto de vista das mulheres a sobre. A primeira delas publicada no Suplemento Mulher em 19 de Junho de 1983 “*Aborto, um crime tanto para a médico como para a mulher*”, a segunda, de 26 de junho de 1983 é anunciada logo na capa do jornal com a afirmativa “*Maioria é contra legalização*”, a terceira na mesma edição no Suplemento Mulher “*Aborto, uma questão de saúde pública no país*” e por fim e última, em 3 de julho de 1983, também no Suplemento, “*O aborto no mundo, com leis sempre restritas e sem nenhuma permissividade*”. Não analisarei cada uma das matérias ou artigos pois acredito que os títulos já demonstram a maneira como o jornal opina editorialmente a respeito do tema – como já analisado por mim – e também como este o faz a mediação logo nas manchetes e títulos. Questionava-se a legislação em vigor, o posicionamento da classe dirigente e da sociedade

moralista assim como se realizava o comparativo com outros países que passaram pela mesma situação que o Brasil. Os dois telespectadores acima citados, se inserem nesta questão pois: foram representados como integrantes da maioria contrária; estavam dialogando como uma especialista/figura pública favorável; são uma parcela do público que deveria considerar e/ou mudar de opinião a respeito do aborto através de dados e indicativos favoráveis a campanha pró aborto. Todavia, como ressaltado na resposta dos telespectadores, a mediação feita possibilitava cada um lidar a sua maneira com o que era apresentado. Em ambas as cartas há indício de que muitos podiam compreender os dados fornecidos, já que os podiam reproduzir sem dificuldades mas isto não necessariamente expressava que concordavam ou que minimamente os aceitavam sem interpelações: antes a vida de a vida um inocente de o que a de uma de mulher que fez as escolhas erradas - bilhões ante a milhões -.

Com relação as campanha contra o aborto que também ganhar corpo nessa primeira metade dos anos 80, em minha análise, sua relevância cresce conforme em contrapartida aos movimentos favoráveis que se faziam cada vez mais audíveis. Até então o *status quo* não havia sido amplamente questionado e nenhuma mobilização política favorável havia se pronunciado e estabelecido. É com a persistência das feministas, com a difusão e visibilidade dos movimentos favoráveis que aquelas contrários se viram na obrigação de “conscientizar” e “conquistar” a opinião pública:

“Vimos pela presente informar a V.sa. que está sendo realizada em Pindamonhangaba uma campanha contra a legalização do aborto, cuja finalidade é conseguir mil assinaturas, que posteriormente serão enviadas ao Congresso Nacional.

A Campanha consta de coleta de assinaturas em diversos pontos da cidade, palestras sobre o tema efetuadas por diversos cidadãos do mais diversos setores de atividades, apresentação de filme e “slides” em escolas, clube de serviços e outros locais apropriados, visando conscientizar toda a população sobre o problema que vai ganhando dimensão nacional [...]”(Sem data e local).

A Igreja Católica foi a mais ferrenha em fazer uma campanha contrária. Tida como uma aliada contra a Ditadura Civil Militar e a favor dos movimentos sociais que lutavam contra a carestia e em favor das classes desfavorecidas, a Igreja Católica agora se colocava na oposição e em combate a qualquer um que fosse a favor do aborto. O dogma a favor da vida desde a concepção não deveria ser questionado:

“Essa ofensiva dos grupos feministas, de levar a questão do aborto para as ruas e para a imprensa, significava uma ruptura consciente com alguns tradicionais aliados na luta contra a ditadura, dentre eles a Igreja Católica. A reação da Igreja veio sob a forma de diversos artigos na grande imprensa, acenando com a excomunhão para aquelas que defendessem o aborto” (BARSTED, 1992, p. 111).

Ainda assim, *Folha de São Paulo* em sua série publicações traz, em sua edição de 26 de junho de 1983, o artigo “*Uma prática proibida para os cristãos mas admitida com restrições pelo judaísmo*” no qual o rabino Henry Sobel esclarece quais são as interpretações dos judeus a despeito dos cristãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Prezada Marta

É com imemssa satisfação que passo a vos escrever para dizer que a sua volta a televisão com a seção o comportameno sexual, me trouxe novamente a alegria que havia perdido com o a sua saída da televisão.

Pois com a sua ajuda hoje sou outra pessoa, pois antes não entendia nada em matéria de sexo, o que acho que todo o ser humano deveria ser instruído desde a adolessemcia e é o que você esta tentando fazer, e apesar das pressões que os ignorantes fazem, pesso você que continue firme como sempre.

Sabe Marta, na minha opinião estas pessoas que estão te crucificando, deveriam fazer o comtrario, lhe agradecer porque você está fazendo em seu programa, aquilo que eles não tem coragem de fazer, que é dialogar com seus filhos, falar tudo a respeito, etc.

Pois na verdade a maior parte dos desajustos dentro da família brasileira é a falar de orientação sob o assunto sexo.

Sou uma jovem de 21 anos de idade, e solteira e também de boa formação moral o que faço questão de claro para as pessoas ignorantes no assunto referido, que me vê falar com tanto emtusiasmo sôbre sexo.

Agradecendo-te, e todas as pessoas que te apoiam no seu trabalho, despeço-me com elevada extima e comsideração:

Atenciosamente” (Belo Horizonte – MG, 8 de dezembro de 1982).

No decorrer desta pesquisa, procurei não somente recapitular a passagem de mulheres ordinárias - a luz do termo criado por Michel de Certau sobre os sujeitos comuns – apontando para as tecitudes de suas apreensões que foram afetadas positivamente pelas ações de outras mulheres que almejavam, através de suas lutas engajadas, a conquista de direitos básicos que pudessem garantir melhores qualidades de vida para todas e todos.

Partindo dos micros, com as histórias contidas na carta de cada mulher telespectadora para o macro com o contexto histórico social brasileiro, destacando os movimentos feministas, busquei demonstrar a relação de mediação que foi estabelecida entre os produtos e emissores discursivos e os receptores destes evidenciando os seus usos e práticas. Apesar das opiniões contrárias, retrógradas e misóginas (presentes até a atualidade), creio que esta pesquisa fez emergir as perspectivas de mulheres brasileiras sobre os discursos progressistas das feministas que chegaram até elas de várias maneiras e de como isto transformou positivamente os seus cotidianos. Esta missivista de Belo Horizonte demonstra a relação afetiva para com aqueles que novas falas que ela considerava proveitosas em meio a uma sociedade “ignorante”. As tratativas sobre o sexo em nada afetam negativamente o seu bom caráter e moralidade, pelo contrário, apenas os reforçava. A rede de sociabilidade estabelecida entre ela, os demais telespectadores, os apresentadores da *TV Mulher*, Marta Suplicy, feministas, entre outros, possibilitou a troca de informações, experiências e orientações que tinham como intenção trazer benefícios e melhoras a todos. Contudo, não deixei de apontar para o fato de que esta rede de sociabilidade

apesar de ter levados discursos liberalizantes, também exerceu poderes normatizadores sobre a conduta e pensamentos dos sujeitos uma vez que os orientava sobre como agir e pensar em determinadas situações. Estes sujeitos por sua vez não foram entendidos como agentes passivos que foram conduzidos sem apresentar nenhuma resistência. Apesar de todas as intenções e planejamentos dos emissores destes discursos liberalizantes e normatizadores, cada sujeito absorveu a sua própria maneira aquilo que lhes era de maior interesse, como nos exemplos citados nesta pesquisa de que uma determinada mulher apenas desejava atingir o orgasmo para salvar seu casamento e que demonstrava deixar de lado qualquer outra fala que preconizasse a autonomia da mulher, o direito ao corpo, sexualidade sadia, etc.

Porém, é importante se realçar que a presença e atuação das feministas na sociedade e nos meios de comunicação, fez com que a realidade de muitas brasileiras e brasileiros ganhassem novos parâmetros de ser/fazer e novas experiências que promoveram avanços no quesito democracia e igualdade nos micros e no macro.

Em 1985, o periódico feminista *Mulherio* (em parceria com o Conselho Estadual da Condição Feminina – SP) tratou, em sua edição número 21, do que chamou de “A década da Mulher”, que compreendia os anos entre 1975 e 1985. Nesta edição, o *Mulherio* abordou a trajetória dos movimentos feministas e femininos brasileiros apontando “o que mudou e o que tinha que mudar”. Segundo o balanço das editoras do periódico, nesses dez anos muitos problemas ainda não foram sanados e necessitam de soluções no que diz respeito às mulheres brasileiras. Para elas, apesar de conquistas efetivas ficarem mais restritas ao campo simbólico, há de reconhecer a relevância que o assunto “mulher” ganhou em nossa sociedade. Esta análise feita por integrantes dos movimentos de mulheres é significativa, pois ao reverem tudo o que foi realizado e conquistado até então, fez com que estas mulheres pudessem pensar e repensar suas condições enquanto sujeitos históricos que percorreram diversos caminhos até chegarem aquele ponto em específico. De movimentos que foram organizados de maneira quase que espontâneas e com algumas poucas integrantes por todo país ainda nos idos da década de 70 – sem mencionar o fato de que ainda vivíamos o auge das repressões de uma Ditadura Civil-Militar – a movimentos bem diversificados e organizados que conquistaram inclusive o direito a políticas públicas pensadas exclusivamente para elas. Com este panorama inicial, abro a discussão para se pensar que a tomada dos espaços públicos realizados pelas mulheres nas últimas décadas as libertou de antigas algemas que as mantinham atadas, ainda que com constantes resistências, ao silêncio e ao esquecimento. As amarras do passado ao serem rompidas através de cada vitória conquistadas às duras lutas as possibilitaram propor à

sociedade, questionamentos que revisavam diversos atributos até então naturalizados. Analisar este processo nos possibilita não somente compreender como se deu este processo, mas também distinguir como que as mulheres assumiram para si mesmas as rédeas de seus destinos e com isso novas maneiras de entender, fazer e pensar o mundo.

A historiadora estadunidense Joan Scott afirma que o gênero, ao ser utilizado como método de análise e de produção de saberes, deve ser entendido como um novo paradigma, uma nova metodologia ou ainda uma nova história. Não somente no que concerne as mulheres, mas todos os indivíduos que compõem a sociedade. Apesar de ser associado a ideia de um puramente do sexo biológico das mulheres, o gênero como categoria de análise deve abarcar também os homens, não os tratando de maneira separada pois as informações que dizem respeito as mulheres também dizem sobre os homens:

“O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, 1989, p. 7)

Supera-se assim a interpretação de oposição binária da sociedade e das produções históricas. Abrem-se alternativas analíticas do gênero através de experiências e linguagens próprias. Algo não mais hierárquico e limitado, pois o gênero é “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Ibidem: 21)

Partindo de uma análise similar, a filósofa estadunidense Judith Butler ao tentar desmontar o que é ser “mulher”, ou ainda, o que é ser “mulher”, “homem”, “heterossexuais”, “homossexuais”, etc., desmonta os discursos de poder institucionalizados e normatizadores das singularidades dos sujeitos submetidos a eles, ou seja, ela propõe uma análise do processo de subjetivação que possa romper com uma lógica de poder considerado como certo, saudável e aceitável por todos. Em outras palavras, libertar a singularidades de cada sujeito. Para isto, Butler toma como premissas o exame do sexo e de gênero que segundo ela são construções discursivas historicamente produzidas para serem tratadas como correlatas, ou seja, o binarismo homem/mulher heterossexuais/homossexuais.

Judith Butler entende que é preciso questionar, e com isso romper, com a concepção biológica determinista e naturalizadora que estabelece a desigualdade entre “homens” e “mulheres”:

“a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo

esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei inexorável. Quando a “cultura” relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino” (BUTLER, 2003, p. 26)

A autora compreende então que a cultura, como premissa, estabelece desde o nascimento o que seremos e como iremos nos comportar. Somos compelidos através da cultura, desta maneira, a uma heterossexualidade reprodutiva compulsória. Judith Butler compreende os gêneros como sendo performáticos ao decorrer de atuações que sigam atos interiorizados do possa vir a ser mulher ou homem.:

“é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a quase cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substancia, de uma classe natural do ser.” (Ibidem, p. 59)

Ao tomar e domar os corpos, assim como construções discursivas, este não seria mais o ponto de partida do sujeito mas o seu destino final. O corpo performático sob a análise de gênero de Judith Butler nos permite problematizar as identidades do ser, sejam eles “homens”, “mulheres”, “heterossexuais” ou “homossexuais”.

Tanto Joan Scott e Judith Butler, partem dos estudos genealógicos promovidos pelo filósofo francês Michel Foucault, que ao longo de sua trajetória acadêmica (e principalmente em seus últimos estudos) procurou analisar os processos de construções identitárias dos sujeitos. A partir do século XVIII Foucault identifica diferentes técnicas que inovam no controle dos corpos que ficavam presos no *“interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, proibições ou obrigações.”* (FOUCAULT, 1988, p. 126)

As novidades nos esquemas que tornaram os corpos dóceis estariam presentes nos controles que tratam o corpo como uma unidade indissociável e altamente detalhada e que exercem constante coerção que controla os movimentos, gestos e atitudes. Também foram alvos deste controle, elementos significativos que ditavam a eficácia dos movimentos e sua organização interna como a coação das forças:

“A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante que vela sobre os processos da atividade mais sobre seu resultado e se exerce de acordo com a codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade- utilidade, são o que podemos chamar de as “disciplinas” (Ibidem)

Essas disciplinas, presentes há tempos na sociedade, tornaram-se entre os séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação sobre os corpos. Esta “arte do corpo”, como denomina Foucault, visa não só o aumento das suas habilidades, mas também a formulação de mecanismos que o tornam obediente e útil: “Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.” (Ibidem, p. 127)

Nascem, assim, corpos dóceis, disciplinados e submissos que aumentam suas forças (em termos econômicos de utilidade) e diminuem as mesmas em termos políticos de obediência. Tais forças coercitivas não nasceram do nada, foram se multiplicando e sendo geridas em diferentes origens e localizações, como em colégios, hospitais, organizações militares e prisões. Através das técnicas de sujeição dos indivíduos nasce um novo corpo natural, comandado por movimentos e portador de forças e sede de algo durável.

Foucault, contudo, reconhece que o poder exercido nos corpos não é necessariamente repressivo, ele é tênue e por vezes estimulado, produzindo nos indivíduos efeitos no âmbito do desejo e na estimulação do autoconhecimento e do controle de si:

“Razão geral e tática que parece ser um por si mesmo: é somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos. O poder seria aceito se fosse inteiramente cínico?” (Ibidem, 1999, p. 83)

Como já dito, uma das preocupações de Foucault é de demonstrar que apesar das relações de poder estar enraizadas no conjunto de redes sociais não há um “poder fundamental” que a tudo controla e domina. O filósofo francês afirmou em um de seus estudos: “lá onde há poder há resistência” (Ibidem, 1988b, pp. 104-105). Ou seja, apesar de do poder ser heterogêneo, estar presente em diversos lugares e de se reproduzir através do tempo, a resistência configura-se como uma relação constitutiva que está sempre presente. Desta maneira, as formas e lugares de “governo” são ainda exercícios do poder que consiste em “conduzir condutas”, ou seja, um agir sobre as possibilidades de ações de outros sujeitos.

A historiadora Margareth Rago ao remontar os percursos de suas pesquisas nas quais interpretou histórias de ativistas feministas, aponta para o fato de que estas executaram atitudes parresias, ou seja, atitudes que ousaram dizer a verdade custando o que custassem. Estas ousadias, no contexto da história nacional, tiveram um preço alto mas puderam alargar os conceitos do ser e viver mulher:

“Sabemos que, desde Eva, a curiosidade levou a mulher não só à perdição, mas à responsabilização pela queda do primeiro homem e de toda a humanidade. [...] Assim, a subjetividade nos feminismos é levada à dimensão política, já que constituir-se livre e eticamente significa uma luta ininterrupta contra as formas de sujeição, de captura e de sedução que incidem sobre as mulheres, a cada instante” (RAGO, 2019, p. 9).

Através da narrativa das telespectadoras missivistas, com as aparentes miudezas de seus cotidianos que estimuladas traduzir em palavras os sentimentos e pensamentos que as compunham, estas mulheres registraram em pedaços de papéis indícios que nos permitem hoje vislumbrar, minimamente, como eram as brasileiras do início da década de 80. Assim sendo, a partir reflexões postas nesta pesquisa, questiono: Será que estamos mais distantes ou próximos delas? O que superamos e o que teremos de superar? Quais questões deixaram de existir, transformaram-se ou foram substituídas?

Creio que enquanto historiadores, somos agentes sociais responsáveis que provocam e incomodam as sociedades ao lembrá-las o que elas anseiam em esquecer ou que preferem ignorar em nome de uma aparente harmonia e progresso. Estas missivistas são algumas das mulheres que compõe a história nacional e internacional e que enquanto sujeitos históricos contribuem com suas narrativas e experiências para que possamos refletir o que fomos, o que somos e o que almejamos ser.

Outrora queríamos gozar e usar a potência de nossos corpos, mas ao nos libertar podíamos nos ater a um novo modelo de modernidade e autossuficiência. Deixamos de ser assim? Deixamos de nos automatizar, aperfeiçoar nossos corpos? Abandonamos os modelos de autogestão? Paramos de vislumbrar modelos e exemplos que nos são bombardeados diariamente? Quantidade? Qualidade? Modernidade? Sexualidade? Performance?

Analisar o passado, os conhecimentos e as trajetórias dos indivíduos que compõem as tramas sociais nos permitem refletir sobre os nossos avanços e possíveis delimitações. Mais que superar ou perpetuar, compreender e problematizar são as chaves para que possamos construir no presente as estruturas que futuramente poderão nos sustentar uma sociedade que se visa mais democrática e igualitária.

Estas mulheres, das consideradas ordinárias ou as feministas que se destacaram, evidenciam que a possibilidade de mudança e de transformação é possível. A parresia destas mulheres foi fundamental para a construção de um Brasil mais plural, igualitário, e democrático. Das feministas que saíam as ruas e se expunham na mídia com seus “discursos radicais” – que as levaram a ser caracterizadas pelos seus críticos como “mal-comidas”, “mal-amadas”

“masculinas”, “supérfluas”, etc. – àquelas consideradas comuns e que se “entusiasmavam” em falar das novas oportunidades em se experienciar seus corpos e sexualidades – como registrou anteriormente nossa telespectadora de Belo Horizonte –. Temos a elaboração de uma rede de sociabilidade importante que foi engendrada nas últimas décadas do século XX e que ao longo dos anos trouxe e traz para as mulheres brasileiras conquistas de direitos básicos que as asseguram melhores qualidades de vidas. Como afirma a história Margareth Rago, estas “artistas de si” com suas maneiras alegres, solidárias, feministas e positivas construíram outras novas redes sociais e novos territórios de afetos. (Ibidem: 10)

REFERENCIAS

ALMEIDA, Heloísa, B. de. *Trocando em miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 27, n. 79, 2011.

BARSTED, Leila, de A. L. "Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: dez anos de luta feminista". IN: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 178-211

BEAUVOIR, Simone, de. *O Segundo Sexo*, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BÉJIN, André. Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. In: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (Org.). *Sexualidades ocidentais*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. "O poder dos sexólogos e a democracia sexual". In: ARIÉS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs.). *Sexualidades ocidentais - contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 236-254, 1987b.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivística Objetos, Princípios e Rumos*. São Paulo Associação De Arquivistas De São Paulo, 2002.

BOAS, Sérgio, V. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: UNESP, 2008.

BOOF, Leonardo. *Rose Marie Muraro: a saga de uma mulher impossível*. Wordpress, 2014. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2014/06/22/rose-mrie-muraro-a-saga-de-uma-mulher-impossivel/>>. Acesso em: 12/03/2019.

BORGESA, Joana, V. Leitoras e leituras feministas no Brasil, Argentina e Uruguai (1960-1985). In: *Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, 2009, Florianópolis. Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, 2009.

_____. *Trajetórias e Leituras Feministas: Brasil e Argentina (1960-1980)*. 2013. Tese de (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BORGES-TEIXEIRA, Nincia, R.; VALÉRIO, Maristela, S. A "nova" mulher: o estereótipo feminino representado na revista Nova/Cosmopolitan. *Verso e Reverso*, ano XXII, n. 49, 2008/1. Disponível em :<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/view/5758/5216>> Acessado em: 16 outubro 2013.

BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular: Leituras de Operárias*: 13 ed. Petrópolis, Vozes, 2009.

BRANDÃO, Antonio, C.; DUARTE, Milton, F. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 2008.

_____. Em busca do tempo perdido: mulheres e políticas públicas no Brasil - 1983/1993". *Revista de Estudos Feministas*. 2º sem., número especial. Rio de Janeiro: Ciec/ECO/UFRJ, 1994.

BUCCI, Eugênio. Ainda sob o signo da Globo. In: _____; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004. p.220-240.

BUENO, Heitor, C. *Uma conversa entre amigas: a relação entre a chamada imprensa feminina e as mulheres brasileiras*. Rio de Janeiro: ARS Histórica, 2014. Disponível em: <<http://www.historia.ufrj.br/~ars/images/7ed/artigo%20-%20heitor%20bueno%20-%20%20uma%20conversa%20entre%20amigas.pdf>> Acesso em: 15/09/2018.

_____. *Querida amiga Marta: sexualidade, feminismo e poder no programa TV Mulher*. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Estudos Pós-Graduados em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BUITONI, Dulcília, H. S. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. *Mulher de papel*. 1981. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Escola de Comunicação e Artes, São Paulo.

BURIGO, Joanna. *Amor & Sexo e o mimimi machista*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/amor-e-sexo-e-o-mimimi-machista>>. Acesso em: 04/03/2019.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 11-42, jan. 2013. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>>. Acesso em: 26/03/ 2019.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAGA, Adriana. Corpo e Mídia: fragmentos históricos da imprensa feminina no Brasil. In: *Anais do 10 Encontro da Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR) - Mídia: 2 séculos de História*. Espírito Santo, 2003.

BRANCO, Rosele M. *Lá onde há poder há resistência*. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CAVALCANTE, Ilane, F.; MORAIS, Maria A. C. de. A mulher na imprensa das décadas de 1960 e 1970. Trabalho apresentado no 14ª Congresso de Leitura do Brasil. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais14/Sem03/C03013.doc> Acesso em: 10 setembro 2014.

CERTEAU, Michel, de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Ana, M.; Silvestre, Rosa, M. A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado. Uma Reflexão Sobre Poder, Mulher e Saúde. In G. Venturi, M. Recamán, & S. de Oliveira (Orgs.), *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, 2004, pp. 62-74. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

COSTA, Albertina, de O. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação* – São Paulo, 1970. *Cadernos de Pesquisa* (66), São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988.

COSTA, Valmir. *Com repressão, não há tesão: a censura ao sexo no jornalismo de revistas no Brasil do século XIX ao Regime Militar (1964-79)*. Caligrama (São Paulo. Online), v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/caligrama/article/viewFile/64647/67288>>. Acesso em: 15 agosto 2019

COSTA, Ana, M.; Silvestre, Rosa, M. A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado. Uma Reflexão Sobre Poder, Mulher e Saúde. In G. Venturi, M. Recamán, & S. de Oliveira (Orgs.), *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (pp.62-74). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006

DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas – Sexualidade e Erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

DUARTE, Ana, R. F. D. “Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América”. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1. Florianópolis jan./ abr., p. 287-293, 2006, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 abril 2014.

_____. “Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América”. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1. Florianópolis jan./ abr., p. 287-293, 2006, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 abril 2014.

_____. *Carmen da Silva – o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir - Nascimento da prisão*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995. Disponível em: <<http://www.gpef.fe.usp.br/teses/o-sujeito-e-o-poder.pdf>>. Acesso em: 9/01/2019.

_____. Técnicas de Si. In: *Dits et écrits*. Tradução de por Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento. Paris: Gallimard, Vol. IV, p. 783-813, 1994. Disponível em: <http://metodologiaangel.files.wordpress.com/2010/10/foucault-michel_astc3a9cnicas-de-si_1982.pdf> Acesso em: 12/01/2019.

_____. A escrita de si. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política*. (E. Monteiro e I. Barbosa, Trad.). (pp. 144-162) Rio de Janeiro: Forense Universitária

_____. (2004b). Foucault. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política*. (E. Monteiro e I. Barbosa, Trad.). (pp. 234-239) (Original publicado em 1984) Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2004c). O cuidado com a verdade. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política*. Ditos e escritos V. (E. Monteiro e I. Barbosa, Trad.) (pp. 240-251) Rio de Janeiro: Forense Universitária

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política*. Ditos e escritos V. (E. Monteiro e I. Barbosa, Trad.) (pp. 264-287) Rio de Janeiro: Forense Universitária

_____. (2004e). Uma estética da existência. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política*. Ditos e escritos V. (E. Monteiro e I. Barbosa, Trad.). (pp. 288-393) Rio de Janeiro: Forense Universitária

_____. Verdade, poder e si mesmo. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política*. Ditos e escritos V. (E. Monteiro e I. Barbosa, Trad.). (pp. 294-300) Rio de Janeiro: Forense Universitária

FRASER, Nancy. *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*. Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-22, jul./dez. 2009.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: o coração desvelado*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. vol. 4. Apud IONTA, Marilda Aparecida. As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriquetta Lisboa e Mário de Andrade. 2004. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

GELLACIC, Gisele, B. *Despindo Corpos - sexualidade, emoções e os novos significados do corpo feminino*. 1961-1985. 2014. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

GOLDENBERG, Mirian (org.). Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontro. Rio de Janeiro: Record, 2000. APUD: LIMA, Luisa Guimarães. *Você mulher em revista*. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/60076143875123951577356075566605757842.pdf>> Acesso em: 13/11/ 2019.

GOMES, Angela, de C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 82, p. 61-86, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8/9/ 2019.

HAMBURGER, Esther, I. Telenovelas e interpretações do Brasil. *Lua Nova*, v. 82, p. 61-86, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 /9/2019.

_____. Diluindo Fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia (Org) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HEILBORN, Maria, L.; DUARTE, Luiz, F. D.; PEIXOTO, Clarice; LINS, Myriam, de B., Myriam (Orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond/CEPESC, 2004.

_____. Gênero: uma breve introdução. In: *Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs*. Rio de Janeiro: IBAM/Instituto de la Mujer, 1995.

KEHL, Maria Rita. “Eu vi um Brasil na TV”. In: COSTA, Alcir Henrique; KEHL, Maria Rita e SIMÕES, Inimá. *Um país no ar: a história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense/Funarte, 1986.

LEÃO, Bruna. *Globo e feminismo mainstream*. Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/single-post/2017/01/29/Globo-efeminismo-mainstream>> Último acesso em: 04/03/2018.

LIMA, Luísa, G. *Você, mulher em revista*. Estudo sobre uma modernização do discurso de gênero, na década de 70. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Belo Horizonte. 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/60076143875123951577356075566605757842.pdf>> Acesso em: 13 de novembro de 2018.

_____. Carmen da Silva. *O feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

LIMA, Tatiane. *Estreia de Amor & Sexo: Feminismo na TV?* Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Estreia-de-Amor-Sexo-Feminismo-na-TV>> Acesso em: 04/03/2018.

LUZ, Inês, P. da. “*A Nova Mulher*” *As Contradições do Modelo Feminino na TV MULHER*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1988.

MATOS, Júlia, S.; SENNA, Adriana, K. de. *História Oral como fonte: problemas e métodos*. *Historiæ*, Rio Grande, v.2, n.1, p. 95-108, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Comunicação e mediações culturais. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, n.1, jan. 2000.

MARQUES, Ana, M.; ZATTONI, Andreia, M. Feminismo e resistência: 1975 – O centro da mulher brasileira e a revista *Veja*. *História Revista*, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 55-76, dez. 2014.

MELLO, João, M. C. de; NOVAIS, Fernando, A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MÉNDEZ, Natalia, P. *Com a Palavra, o Segundo Sexo: Percursos do Pensamento Intelectual Feminista no Brasil dos Anos 1960*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MIGUEL, Raquel, de B. P. *A revista Capricho como um lugar de memória (décadas de 1950 a 1960)*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Disponível em: http://www.tede.ufsc.br/tesesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=974 Acesso em: 12 janeiro 2015.

MORAES, Letícia, N. de. *Cotidiano e política em Carmen da Silva e David Nasser*. São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

MURARO, Rose Marie. *A Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. *Os seis meses em que fui homem*. 3. ed. Rosa dos Tempos, 1991, p. 16-21.

NASCIMENTO, Lilian Soares do. O corpo do Mulherio: possibilidades interpretativas nas páginas do jornal *Mulherio* sobre os corpos das mulheres (1981-1988). Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT5_lilian%20soares%20do%20nascimento.pdf> Último acesso em: 10/11/2014.

NECKEL, Roselane. A “sexualidade e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos 1970”. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan/Jul. 2007.

Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/444/413>> Acesso em: 14/05/2013.

PEREIRA JR, Luis A. *O Filme Pixote: um artefato pedagógico de controle e regulamentação das infâncias (1980-1985)*. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/paper/view/885>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

PARKER, Richard, G. *Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PITANGUY, Jacqueline. Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: memórias para o futuro. IN: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. P. 80-96

PINTO, Céli, R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso>.

_____. Do privado ao público na política brasileira. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2008, vol.23, no.67, p.170-173. Acesso em: 26/03/2019.

PONTES, Heloisa, A. *Do palco aos bastidores: o SOS Mulher e as práticas feministas contemporâneas*. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP

QUINALHA, Renan, H. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Acesso em: 26/09/2019.

RAGO, Margareth; TAVARDOVSKAS, Luana. "O prazer solitário: o corpo em êxtase no imaginário ocidental". In: Flávia Regina Marquetti; Pedro Paulo Funari - *Corpo a corpo. Representações antigas e modernas da figura humana*, Editora FAP-UNIFESP, p. 263-280, 2014.

_____. *A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

_____. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*. *Labrys, Estudos Feministas*, n. 3, janeiro/julho 2003. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosain.com.br/labrys/labrys3/web/bras/margal.htm>> Último acesso em: 08 setembro 2014.

_____. *O Prazer no Casamento*. In: . Campinas: IFCH/UNICAMP, ano 2, n.2, p.69-88, 1996.

_____. *Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos*. Dept. de História, 2004, UNICAMP. Disponível em: <http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf>.

_____. *Descobrimo historicamente o gênero*. Cadernos Pagu, n.11, p.89-98, 1998

_____. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 23, e180515, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100150&lng=pt&nrm=iso>. Último acesso em 06 jan. 2020.

REIS JUNIOR, Antônio; LAMAS, Caio, T. P. A infância aniquilada sob censura em Pixote: o cinema brasileiro entre interdições e liberdades. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)* v.3,n.2, jul/2014 – dez/2014/ ISSN 2238 – 5126

RODRIGUES, Márcia (Org.). *Exercícios de Indiciário*. Vitória: Programa de História Social das Relações Políticas da UFES, 2006. (Coleção Rumos da História)

S’ANTANNA, Denise B. Cultos e enigmas do corpo na história. In: TREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. L. *Corpos e subjetividade em exercício interdisciplinar*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Texto original: Joan– Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989.

_____. As infinitas descobertas do corpo. *Cadernos Pagú*, Campinas, n.14, p. 235-249, 2000.

_____. “É possível realizar uma história do corpo?” IN: SOARES, Carmen. Org. *Corpo e história*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 64, fev. 1988. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741988000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 outubro 2014.

_____. "Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro". *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 31-48, 2001.

SANTOS, Thiago, M. R. (2017). «Identities sociais em dias de Modess». *Revista Mosaico* (10): 27-47. Consultado em 23 de julho de 2018

_____. (2015). “Aqueles dias” em dias de Modess: o advento da “mulher espontânea” na expansão urbana do Brasil. Brasília: Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília

SUPLICY, Marta. *Conversando sobre sexo*, Editora Vozes, Petrópolis. 1983.

_____. *De Mariazinha à Maria*. Editora Vozes, Petrópolis. 1985.

_____. *Condição da Mulher - Amor, Paixão, Sexualidade*. Editora Brasiliense, São Paulo. 1984.

_____. *Reflexões sobre o cotidiano*. Editora Espaço e Tempo, Rio Janeiro. 1986.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: *Mulher e Política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SORJ, BILA. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro*. Formação e contexto. 1ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, v. 1, p. 99-107.

SOUZA, Mércia, C. de. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e suas implicações para o direito brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito Internacional*: Belo Horizonte: CEDIN, 2009. Disponível em <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume5/arquivos_pdf/sumario/mercia_cardoso.pdf> Acesso em 14 abr. 2010.

TAMIÃO, Juliana, S. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)* (Dissertação de Mestrado), 2009. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

TABAK, Fanny. A Década da Mulher como forma de participação e pressão política: avaliação e balanço. IX Reunião Anual da ANPOCS. *GT Mulher e Política*. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/9-encontro-anual-da-anpocs/gt-10/gt21-6/6147-fannytabak-decada/file>> Acesso em 26/03/2019 .

TELES, Maria, A. de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: brasiliense, 1993.

TERESI, V. M.; OLIVEIRA, M. M. G. S. *Convenção Da Mulher: Incorporação No Brasile Influência Da Sociedade Civil*. Leopoldianum (UNISANTOS) , v. 43, p. 151-170, 2017.

VIEIRA, Manuela, do C . Mulheres e discriminação: estudo sobre a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. *Revista Jurídica Da Presidência* , v. 18, p. 583-602, 2017.